

Cristiana Andreia Rodrigues de Sousa

2º Ciclo de Estudos em Sociologia

Um lar, uma família: a voz das instituições que acolhem crianças e  
jovens

2013

Orientador: Prof. Doutora Alexandra Lopes

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Versão definitiva



**“Ser criança é acreditar que tudo é possível.  
É ser inesquecivelmente feliz com muito pouco.  
É se tornar gigante diante de gigantescos pequenos obstáculos  
Ser criança é fazer amigos antes mesmo de saber o nome deles.  
É conseguir perdoar muito mais fácil do que brigar.  
Ser criança é ter o dia mais feliz da vida, todos os dias.  
Ser criança é o que a gente nunca deveria deixar de ser.”**

**Gilberto dos Reis**



## **Resumo**

Esta dissertação aborda a problemática da institucionalização de menores por abandono e falta de cuidados. Esta é uma área de política social que tem assistido a vários desenvolvimentos, nomeadamente pela revisão das leis que envolvem os direitos e deveres das crianças e pela execução de medidas que têm melhorado as equipas técnicas.

As instituições de acolhimento têm o papel de proteger os menores, quando os seus cuidadores não são capazes, sendo responsável pela socialização primária e pela construção de um protejo de vida, que facilitará o seu futuro. Para tal são mobilizadas competências profissionais diversas, mas são intervenientes no processo as orientações normativas gerais que enquadram a atividades dessas instituições. O objetivo principal desta investigação é analisar os discursos dos atores representantes das instituições para identificação dos elementos estruturantes da forma como representam, legitimam e normalizam a ação social no campo da inserção social das crianças e jovens institucionalizados. Recorre-se a entrevistas semi-diretivas, aplicadas aos técnicos de duas instituições como metodologia de desenvolvimento empírico, num registo iminentemente qualitativo, pois pretendemos perceber os significados que os atores sociais dão às suas ações.

As principais conclusões do estudo apontam para a reprodução da naturalização dos papéis da família, com destaque para a naturalização dos papéis de género dentro desta, assim como a classificação como desviante do abandono oscilando entre a justificação pela estrutura e pela agência. Por outro lado, o estudo demonstra a coexistência, eventualmente paradoxal, entre elementos discursivos de rejeição da instituição total com práticas que apontam para a sua reprodução.

**Palavras-chave:** desenvolvimento da criança; discursos dos técnicos; instituição de acolhimento; inclusão social; abandono; risco.



## **Abstract**

This master's thesis discusses the problem of the institutionalization of children by neglect and lack of care. This is one of the fields of social policy that has witnessed several developments, including the revision of laws involving the rights and duties of children and the implementation of measures that have improved the technical teams.

Host institutions have the duty to protect minors when their caregivers are not able to do so, being responsible for the primary socialization and the construction of a life project, which will facilitate their future. For that, they mobilize a variety of skills, which in turn are guided by the general normative guidelines which govern the activities of these institutions. The main objective of this research is to analyze the discourses of the representatives of the institutions to identify the structural elements that represent, legitimize and standardize social action in the field of social inclusion of children and institutionalized youngsters. We have conducted semi-directive interviews inside two institutions as a method of empirical development, along the lines of a qualitative research design that aims at capturing the meanings that social stakeholders give to their actions.

The main findings of the study point to the reproduction of the naturalization of social roles of the family, in particular to the naturalization of gender roles within it, as well as to the classification as deviant of child abandonment oscillating between structure and agency's justification. Moreover, the study demonstrates the coexistence, eventually paradoxical, between discursive elements of rejection of the total institution with practices that point to its reproduction.

**Keywords:** child development; discourse analysis, child care institutions; social inclusion; abandonment; risk.



## **Résumé**

Cette dissertation examine le problème de l'institutionnalisation des enfants par la négligence et le manque d'attention. Celui-ci est un sujet de la politique sociale qui a connu plusieurs développements, notamment la révision des lois portant sur les droits et les devoirs des enfants et la mise en œuvre des mesures qui ont amélioré les équipes techniques.

Les institutions d'accueil ont le rôle de protéger les mineurs quand leurs aidants ne sont pas capables d'être responsables par la socialisation primaire et la construction d'un projet de vie, qui facilitera leur futur. Dans ce domaine ils sont mobilisés plusieurs compétences, mais ils sont aussi impliqués dans le processus des lignes directrices générales de nature normatif qui régissent les activités de ces institutions. L'objectif principal de cette recherche c'est l'analyse des discours des acteurs qui représentent les institutions, afin d'identifier les éléments structurels qui représentent le chemin, qui légitiment et normalisent l'action sociale dans le domaine de l'inclusion sociale des enfants et des jeunes placés dans une institution. Nous avons utilisé des interviews semi-structurés appliqués à deux institutions comme la méthode de développement empirique, dans un record qualitatif, afin de pouvoir obtenir les significations que les acteurs sociaux donnent à leurs actions.

Les principales conclusions de cette étude soulignent la reproduction de la naturalisation des rôles de la famille, particulièrement la naturalisation des rôles de genre dans celle-ci, ainsi que la classification comme déviant de l'abandon oscillant entre la justification par la structure et par l'agence. D'un autre côté, cette étude démontre la coexistence, éventuellement paradoxale, entre les éléments discursifs de rejection de l'institution totale, avec les pratiques liées à leur reproduction.

**Mots-clés:** le développement de l'enfant; les discours techniciens ; l'établissement d'accueil ; l'inclusion sociale ; l'abandon; le risque.



## **Agradecimentos**

À minha orientadora Prof. Doutora Alexandra Lopes, por ser uma inspiração e ter sempre uma palavra de incentivo, mesmos nos momentos mais difíceis. Obrigado por todas as horas de trabalho que me dedicou, por nunca desistir desta dissertação e me ajudar incondicionalmente!

A todos os Professores do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras Universidade do Porto, pelos conhecimentos que me transmitiram ao longo destes 5 anos!

Ao meu pai por todos os anos de paciência, fazer parte da minha vida e por todas as noites em claro. Obrigado por todo o investimento!

A toda a minha família (Avó, Tia Celeste, Tia São) muito obrigado pelo apoio; mas especial às minhas primas, as minhas irmãs: obrigada Sandra por seres uma inspiração e acreditares em mim, e à Jéssica, obrigado por todas as gargalhadas e abraços quando mais precisei; porque me ajudaram nos momentos de mais desespero! Obrigado por fazerem a minha vida mais feliz, vocês são essenciais!

Às minhas musas do Fantastic 4 (Tânia, Vera e Sara) por serem um pilar, a minha alegria e a minha força, obrigado por todos estes anos repletos de gargalhadas, lágrimas e sorrisos, obrigado por acreditarem em mim e serem as melhores amigas e companheiras que eu poderia ter. É uma honra terminar esta etapa da minha vida ao vosso lado!

À Praxe de Sociologia pelas pessoas inesquecíveis que conheci e por todos os momentos que levo comigo para a vida. Obrigado por ajudarem a me descobrir e a ser uma pessoa diferente. Sociologia do meu coração!

Aos meus amigos (Marisa, Joana, Sara) por todos os momentos felizes ao longo de toda a minha vida e por não desistirem de mim!

Obrigado em especial à minha Mãe, que mesmo não estando presente fisicamente para ver mais uma das minhas conquistas, sei que consegui concretizar um dos teus sonhos! Obrigado por seres a minha alma, o meu refúgio, a minha força e por viveres eternamente comigo! “Trago o teu coração comigo/ (guardo-o dentro do meu coração) / Nunca estou sem ele/ (onde quer que vá, tu vais comigo, minha querida; /e o que quer que eu faça, é obra tua, meu amor)”. Este trabalho é dedicado a ti!



## Índice

|  |     |
|--|-----|
| <b>Resumo</b> .....  | i   |
| <b>Abstract</b> .....  | iii |
| <b>Résumé</b> .....  | v   |
| <b>Agradecimentos</b> .....  | vii |
| <b>Introdução</b> .....  | 1   |
| <b>Capítulo 1. Enquadramento teórico</b> .....   | 5   |
| 1. A institucionalização: a História e a política .....                                      | 5   |
| 1.1. Um olhar sobre o abandono e a institucionalização .....                                 | 5   |
| 1.2. O papel do Estado .....   | 7   |
| 1.2.1. A legislação .....  | 7   |
| 1.2.2. Medidas .....   | 11  |
| 1.3. A institucionalização em Portugal .....   | 13  |
| 2. Revisão teórica .....   | 15  |
| 2.1. A sociologia e a institucionalização .....  | 15  |
| 2.2. O lugar da criança na família .....   | 16  |
| 2.3. Crianças em risco .....   | 17  |
| 2.4. A família e a socialização .....  | 18  |
| 2.5. A instituição .....   | 19  |
| 2.6. O desenvolvimento da criança e os processos de vinculação .....                         | 24  |
| <b>Capítulo 2. Modelo de análise</b> .....   | 29  |
| <b>Capítulo 3. Metodologia</b> .....   | 37  |
| 3.1. Roteiros de investigação no contexto de instituições de acolhimento de<br>menores ..... | 37  |
| 3.2. Estratégias de aproximação ao objeto: a análise de discurso .....                       | 40  |
| 3.3. Aspetos operacionais: potencialidades e desafios .....                                  | 44  |
| 3.4. As Instituições de Acolhimento: Aldeia SOS e Casa do Vale .....                         | 46  |
| <b>Capítulo 4. Apresentação de resultados</b> .....  | 49  |
| 4.1. As instituições: principais características das instituições de acolhimento ....        | 49  |
| 4.2. Uma família alargada: laços biológicos e afetivos .....                                 | 59  |
| 4.3. Viver institucionalizado: razões e rotinas .....  | 66  |
| 4.4. Construção de um sonho: reações, projeto de vida e expectativas .....                   | 72  |
| 4.5. Viagem do passado ao presente: as competências adquiridas na instituição ..             | 80  |

|   |            |
|---|------------|
| <b>4.6. Integração social: responsabilidade civil de todos e de cada um .....</b> | <b>85</b>  |
| <b>Conclusão .....</b>  | <b>93</b>  |
| <b>Referências Bibliográficas .....</b>   | <b>99</b>  |
| <b>Anexos .....</b>   | <b>107</b> |
| <b>Anexo 1. Guião de entrevista Aldeia SOS .....</b>                              | <b>108</b> |
| <b>Anexo 2. Guião de entrevista Casa do Vale .....</b>                            | <b>110</b> |
| <b>Anexo 3. Grelha de análise de conteúdo clássica das entrevistas .....</b>      | <b>113</b> |
| <b>Anexo 4. Grelha de análise interpretativa das entrevistas .....</b>            | <b>116</b> |

## **Índice de Gráficos e Figuras**

### **Gráficos**

|  |    |
|--|----|
| <b>Gráfico 1.</b> Crianças e jovens em acolhimento por sexo e faixa etária ..... | 13 |
| <b>Gráfico 2.</b> Crianças e jovens acolhidas, por local de acolhimento .....    | 14 |
| <b>Gráfico 3.</b> Tempo de permanência no local de acolhimento .....             | 14 |

### **Figuras**

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1.</b> Esquema do Modelo de análise .....  | 36 |
| <b>Figura 2.</b> Esquema Síntese das semelhanças e diferenças entre as instituições analisadas ... | 91 |



## **Introdução**

As instituições de acolhimento de crianças e jovens abandonadas e em risco são fundamentais na vida destes menores que se veem privados dos cuidados parentais e alvo de processos de exclusão social, no entanto a sociedade e o Estado têm vindo a desconstruir estes pontos e feito fortes investimentos nesta problemática social. Desta forma, o nosso objeto de estudo é analisar os discursos dos atores representantes das instituições para identificar os elementos estruturantes da forma como representam, legitimam e normalizam a ação social no campo da inserção social das crianças e jovens institucionalizados; tendo como base o método qualitativo, na medida em que é fundamental interpretar o significado das ações para os atores sociais em estudo, para tal foram realizadas entrevistas semi-diretivas a oito técnicos de duas instituições de acolhimento, Aldeia SOS e Casa do Vale.

A presente investigação pretende responder à seguinte pergunta de partida: *Como é que os processos de inserção social das crianças e jovens institucionalizados são discursivamente representados pelos técnicos das instituições que as acolhem?* assim os nossos objetivos gerais e específicos são:

1. Perceber, através da análise do discurso dos atores representantes das instituições, a importância da instituição na definição de projetos de vida das crianças e jovens;
  - 1.1. Analisar a forma como a instituição acolhe as crianças e jovens;
  - 1.2. Observar o papel da instituição nas escolhas das crianças e jovens;
  - 1.3. Identificar as competências adquiridas pelos menores ao longo da sua institucionalização.
2. Compreender, através da análise do discurso dos atores representantes das instituições, a forma como a instituição insere a criança na sociedade.
  - 2.1. Aprender de que forma a instituição relaciona as crianças e os jovens com a família de origem;
  - 2.2. Observar as atividades que se estabelecem entre as crianças e jovens institucionalizados e a sociedade;

### 2.3. Perceber se a instituição é a melhor solução para as crianças e jovens institucionalizados.

Esta problemática teórica tem sido alvo de vários estudos, uma vez que o aumento das crianças e jovens em risco tem implicado a multiplicação de novas políticas que ajudam as famílias e fomentam a inserção das crianças na sociedade, até porque, apesar das transformações sociais e das mudanças dos valores sociais, continuam a ser muitas as crianças abandonadas ou que colocam em risco a sua segurança, desta forma, esta problemática continua a ser bastante atual, mas foca-se com bastante frequência nas crianças e não na visão da instituição, por isso é do nosso interesse estudar os discursos dos técnicos das instituições de acolhimento.

Por outro lado, não podemos desvalorizar a importância das instituições no quotidiano destes menores, na medida em que os técnicos e funcionários destas instituições são o novo pilar nas suas vidas, por outras palavras queremos dizer que estes adultos, apesar de não ocuparem o lugar dos cuidadores, têm que proteger e ajudar os menores e dotá-los de competências, para que possam fazer parte da comunidade, no fundo, as instituições fazem um trabalho de socialização, que é bastante diferente da família, mas que tem os mesmos objetivos, por isso é do nosso interesse perceber como é que esta socialização culmina na inserção social.

Deste modo, mesmo que estas crianças e jovens sejam acolhidos em instituições de acolhimento, onde têm acesso a bens materiais essenciais, como comida, roupa e uma casa com condições de habitabilidade, tentamos perceber de que forma é que a instituição ajuda a criança em termos sociais e emocionais, ou seja, quais os mecanismos colocados ao seu dispor no campo da inserção social.

A presente investigação encontra-se dividida em quatro grandes capítulos.

O primeiro capítulo, enquadramento teórico, foca a nossa atenção nos principais conceitos envolvidos, nas teorias que o analisam, bem como nos autores que o estudam. Ao longo deste capítulo apresentaremos a institucionalização das crianças e jovens como um tema transversal, na medida em que existe em todas as sociedades, sendo uma problemática que diz respeito a todas as ciências, quer sejam sociais ou exatas.

No segundo capítulo apresentamos o modelo de análise da nossa investigação, mais precisamente quais são os nossos objetivos e construímos o nosso modelo de análise, incluindo conceitos, dimensões, componentes e indicadores, isto é, fazemos um esquema gráfico da nossa investigação em torno do grande conceito: desenvolvimento da criança.

O capítulo 3, desenho metodológico, esclareceremos as nossas opções metodológicas subdivididas em quatro secções: a primeira, *roteiros de investigação no contexto de instituição de acolhimento de menores*, diz respeito às alternativas disponíveis e quais as vias que seguimos, nomeadamente os constrangimentos do objeto e quais as opções metodológicas (método escolhido); a segunda secção, *estratégias de aproximação ao objeto: a análise de discurso*, onde incluímos as técnicas que utilizamos, bem como a explicação da sua escolha; a terceira secção, *aspetos operacionais da pesquisa: potencialidades e desafios*, foca-se no desenvolvimento do trabalho de campo, isto é, os aspetos positivos e negativos, o que mudávamos se iniciássemos o estudo agora e ainda algumas pistas metodológicas futuras; a última a secção, as *Instituições de Acolhimento: Aldeia SOS e Casa do Vale*, é explicada a história, a missão e os objetivos das instituições em análise.

O quarto capítulo, apresentação dos resultados encontra-se também dividido em seis subcapítulos, de acordo com o modelo de análise e respondendo às sub-questões enunciadas no capítulo dois. Deste modo, no primeiro subcapítulo, *As instituições: principais características das instituições de acolhimento*, enunciamos as principais características das instituições, mais precisamente qual a sua missão, o seu papel na vida dos menores ou ainda quais as principais diferenças entre os diversos tipos de resposta ao abandono e ao risco; no segundo subcapítulo, *Uma família alargada: laços biológicos e afetivos*, pretendemos perceber como se estabelecem as relações entre os menores e as diferentes entidades envolventes (Estado, família, técnicos ou funcionários) durante a institucionalização; no subcapítulo, *Viver institucionalizado: razões e rotinas*, descrevemos as rotinas dos menores, bem como as razões que os levaram à institucionalização, ou seja, qual o contexto onde os menores vivem; o quarto subcapítulo *Construção de um sonho: reações, projeto de vida e expectativas*, diz respeito ao sentido que os menores dão à institucionalização, isto é, quais as suas reações, o que esperam do futuro e como desenvolvem o projeto de vida; a quinta secção, *Viagem do passado ao presente: as competências adquiridas na instituição*, é do nosso interesse perceber quais as atividades que os menores realizam e o seu contributo para as competências; e por fim, o subcapítulo, *Integração social: responsabilidade civil de todos e de cada um*, onde temos como objetivo perceber o papel da sociedade e do Estado na promoção da inclusão social das crianças e jovens institucionalizados.

No último capítulo serão apresentadas conclusões a que chegamos no final da investigação.

Assim, a escolha de uma temática estritamente relaciona com crianças e jovens que vivem em instituições de acolhimento tem como principal interesse apreender a forma como

as instituições integram as crianças na sociedade e como preparam os jovens para a vida social, com especial enfoque na preparação para o mercado de trabalho.

## **Capítulo 1. Enquadramento teórico**

### **1. A institucionalização: a História e a política**

O tema que nos propomos analisar é a exclusão de crianças e jovens institucionalizados, fundamentando-nos na reflexão acerca dos principais conceitos envolvidos, nas teorias que o analisam, bem como nos autores que o estudam.

Ao longo desta exposição, teremos oportunidade de compreender que a institucionalização das crianças e jovens é um tema transversal, que diz respeito a todas as sociedades e a todas as ciências, quer sejam sociais ou exatas. Desta forma, todas as ciências têm especial interesse sobre este tema e não é demais enfatizar a interdisciplinaridade do seu estudo, começando pelas ciências sociais como a Sociologia, Psicologia, Educação Social, Direito, Antropologia, Demografia, História; e acabando na área da saúde, salientando, por exemplo, estudos de enfermeiras que se preocupam com os cuidados e higiene das crianças e jovens institucionalizados.

#### **1.1. Um olhar sobre o abandono e a institucionalização**

Ao longo da história da Humanidade as crianças têm ocupado lugares diferentes na família, por isso, as razões para o abandono e para a institucionalização das crianças e jovens têm-se modificado paralelamente a esta mudança. Assim, não devemos pensar que o abandono das crianças é um fenómeno dos séculos recentes, já que esta problemática remonta à Antiguidade, ainda que com contornos diferentes dos atuais.

Tomando como exemplo a mitologia grega, deparáramo-nos com a descrição de vários casos de abandono de crianças que depois eram acolhidas por humanos ou até mesmo por animais, como é o caso de vários filhos de Zeus. Também há referência a casos em que as crianças eram abandonadas por serem consideradas uma ameaça ao rei, à cidade ou à comunidade, por possuírem malformações corporais ou por simplesmente não corresponderem às expectativas dos pais como, por exemplo, Hefesto (que era coxo).

Importa ainda ter em consideração que, nos tempos da Antiguidade, o abandono, o aborto e o infanticídio (morte indiscriminada de crianças) eram práticas não só frequentes como aceites e regulamentadas. Em Roma e na Grécia, os filhos podiam ser vendidos como escravos pelos próprios pais ou até mortos ou queimados se tivessem alguma malformação, pois esta era vista como um sinal de mau presságio para a comunidade.

Durante longos anos, a Igreja assumiu a responsabilidade para com as crianças abandonadas, sendo a Igreja Católica a responsável pela criação das primeiras leis para sua

proteção. Foi o imperador Constantino que, no ano 331 d.C., criou a lei da adoção que determinava que os pais não poderiam recuperar os filhos depois de os entregar para adoção. Contudo, o abandono e venda das crianças de famílias mais pobres permanecia uma realidade e, por isso, na Idade Média foram criados novos lares, mosteiros, asilos e hospitais que ajudavam todo o tipo de pessoas desfavorecidas. Todavia, a partir do século XII, a Igreja não conseguiu suportar a procura desmesurada destas instituições, o que determinou que também os municípios começassem a ter responsabilidade por estas crianças. De facto, o abandono das crianças tornou-se uma responsabilidade da família, da comunidade e do poder público, que carecia de legislação.

Assim, em 1783 foram criadas as Roda dos Expostos e as Casas de Recolhimento, para abrigar as crianças cujas famílias não possuíssem uma estrutura estável ou cujos pais se recusassem a criá-las (anonimato), com o objetivo de diminuir a taxa de mortalidade infantil, o infanticídio, o aborto e o número de crianças abandonadas nas ruas.

Outro marco importante, que alterou o modo como se encarava esta problemática, foi a industrialização no século XVIII, que culminou no aumento populacional, no êxodo rural, no agravamento da pobreza, no aumento de crianças ilegítimas e numa elevada taxa de mortalidade infantil. Deste modo, surgiram as primeiras preocupações com a organização do território e a higiene da população, que conduziram à criação de práticas de assistencialismo e serviços sociais associados às crianças sem pais. Estas eram levadas para as colónias como forma de povoar o território; serviam de mão-de-obra para trabalhos forçados; cumpriam serviço militar ou eram usadas como cobaias para experiências medicinais. Só no século XIX a filantropia chega às instituições como forma de assistência caritativa e é já no século XX que o Estado (bem-estar social) se torna mais interventivo e regulador. No pós-II Guerra Mundial começam a surgir medidas de proteção das crianças, porque o abandono, a pobreza e o abuso infantil começam a ser encarados como um problema social.

Esta pequena análise no tempo faz-nos perceber que as crianças têm vindo a ocupar lugares distintos na sociedade e que, desde as sociedades mais tradicionais às sociedades mais modernas, as crianças são abandonadas independentemente da classe social.

Em suma, podemos destacar três grandes responsáveis pelas crianças institucionalizadas: primeiramente a comunidade e os poderes locais, depois o poder central (municípios) e, por fim, o território nacional, ou seja, o Estado e a comunidade.

## **1.2. O papel do Estado**

Como vimos anteriormente, o Estado adquiriu um papel fulcral no apoio a crianças institucionalizadas, quer por orfandade ou abandono, quer por comportamentos de risco. Este apoio tem crescido ao longo dos anos, na medida em que se construíram mais instituições, criaram-se medidas de apoio a estas crianças e também se desenvolveram planos de formação de técnicos.

Desta forma, “As crianças e jovens, quando desinseridos do meio familiar, quer transitoriamente, quer por forma continuada, devem ser objecto da atenção privilegiada do Estado” (Decreto-Lei N°2/86: 4 e 5), ou seja, na atualidade é ao Estado e à sociedade que cabe a responsabilidade de proteger estas crianças e jovens.

Assim sendo, nos próximos subcapítulos, iremos focar a nossa análise na visão política da temática, abordando as leis subjacentes às instituições, crianças e jovens institucionalizados, os direitos e deveres das instituições e ainda as medidas e políticas sociais que se têm desenvolvido para melhorar o sistema de institucionalização.

### **1.2.1. A legislação**

Quando se estuda sociologicamente um fenómeno deve-se ter em conta todas as esferas da vida, assim o estudo das crianças e jovens institucionalizados está implicitamente ligado à esfera privada, no qual incluímos a família, e à esfera pública, onde abarcamos o Estado e a sociedade civil.

Por um lado, a família é responsável pelo cuidado, proteção, socialização e afeto da criança e jovem, isto porque é no seio da família que a criança se desenvolve e obtém o suporte que necessita. Deste modo, pais e filhos têm direitos e deveres: “1. Pais e filhos devem-se mutuamente respeito, auxílio e assistência; 2. O dever de assistência compreende a obrigação de prestar alimentos e a de contribuir, durante a vida em comum, de acordo com os próprios, para os encargos da vida familiar.” (Código Civil, 2011: 106).

Por outro lado, é da responsabilidade do Estado e da sociedade proteger e cuidar da criança e do jovem quando a família não se encontra capacitada para fazê-lo. Portugal, enquanto Estado-Providência tem uma especial preocupação com os mais desfavorecidos, elaborando políticas sociais que assentam na solidariedade e na segurança social, desenvolvendo um programa que visa a defesa dos direitos dos menores, “As políticas sociais dirigidas à criança e à família caracterizam-se de protecção, no que respeita ao acolhimento e internamento em instituições sociais...” (Ferreira, 2010: 233). De facto, após a implantação da República em 1910, o Governo português definiu que a “... protecção, educação e

correção dos menores abandonados, pobres ou maltratados, dos ociosos, vadios ou mendigos e daqueles que se constituem como autores de contravenções ou crime.” (Relvas; Alarcão, 2007: 60) é da responsabilidade do Estado, tendo sido decretadas leis aplicadas a esta temática que, apesar de ainda hoje estarem em vigor, têm sofrido alterações paralelas às transformações ocorridas na sociedade.

Todavia, em 1986 determinou-se que seria da responsabilidade do setor da segurança social, mais precisamente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), e mais tarde, em 2001, da variante Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) a “... protecção e (...[o]...) atendimento devidos às crianças e aos jovens que transitória ou definitivamente não possam estar integrados nas suas famílias de origem.” (Decreto-Lei N.º 2/86: 5), devendo criar um ambiente favorável ao desenvolvimento físico, intelectual e moral destas crianças e jovens e propício à sua futura inserção social.

As CPCJ “... são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.” (Decreto-Lei n.º 147/99: 6118). O Estado, através do Ministério Público protege legalmente os interesses da criança, quando esta “a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou o seu equilíbrio emocional; e) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; f) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto que lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.” (Decreto-Lei n.º 147/99: 6117).

Os objetivos das CPCJ’s são concretizados através de medidas de apoio aos pais e familiares, de autonomização da criança ou jovem, ou ainda de acolhimento familiar e institucional. Importa realçar que as CPCJ’s, apesar de independentes, atuam legalmente com base nas normas impostas pelo Estado português (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade).

No entanto, apesar do papel fundamental do Estado, a sociedade também pode intervir ativamente no auxílio destes menores, por exemplo, denunciando eventuais situações de risco às entidades competentes, directamente às CPCJ’s, ou indirectamente à polícia, às autoridades

judiciárias ou às instituições com ligação a crianças e jovens que posteriormente participarão às CPCJ's. Estas, por sua vez, fazem chegar o caso ao Ministério Público, a quem cabe decidir o destino da criança: a adoção ou a inserção num Centro de Acolhimento Temporário (seis meses).

Face a estas situações, o acolhimento de crianças em lares de infância e juventude tem-se mantido a resposta mais rápida e frequente por parte do Estado português. Contudo, tem-se verificado um aumento na procura de outras soluções, nomeadamente através da adoção e do acolhimento familiar, que são respostas que permitem colocar as crianças numa estrutura familiar muito próxima da família biológica, mantendo-se a preocupação com a sua singularidade e contribuindo-se para uma maior facilidade na sua inclusão social.

Desta forma, a adoção é definida como “... instituto que visa proporcionar às crianças desprovidas de meio familiar o desenvolvimento pleno e harmonioso da sua personalidade num ambiente de amor e compreensão, através da sua integração numa nova família.” (Governo Constitucional *cit. por* Cunha, 2005: 39), cuja principal preocupação é o interesse da criança ou do jovem, permitindo que os seus vínculos emocionais e as suas necessidades básicas sejam garantidas. Neste âmbito tem-se assistido a grandes avanços que, no entanto, ainda não se revelaram suficientes, já que o processo burocrático da adoção é ainda muito complexo e moroso, impedindo que mais crianças e jovens sejam adotados.

Já o acolhimento familiar é definido como “... uma prestação de acção social que consiste em fazer acolher transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para prestação de serviço, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa.” (Decreto-Lei n.º 190/92: 4210). Esta forma de solidariedade social facilita a inserção social e familiar da criança, onde o Estado é subsidiário. Em última análise, o objetivo consiste em assegurar o bem-estar dos menores, não só pela contribuição da família de acolhimento, mas também da família biológica. Esta deve acompanhar a criança, estabelecer uma relação com a família de acolhimento e alterar o seu contexto para assegurar condições favoráveis, com vista a receber futuramente a criança. Por outro lado, as famílias de acolhimento devem igualmente estabelecer contato com a família biológica e garantir o bem-estar dos menores.

Por fim, os lares de infância e juventude que, como citamos anteriormente são a resposta social mais comum no nosso país, “... têm por finalidade o acolhimento de crianças e jovens, proporcionando-lhes estruturas de vida tão aproximadas quanto possível das famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade.” (Decreto-Lei n.º 2/86:5). Assim, este tipo de acolhimento destina-se a “crianças e jovens até

18 anos de idade em situação de emergência social e/ou de perigo ou negligência...” (CNIS: 2).

Todos os lares de infância e juventude, apesar de financiadas pelo Estado, são entidades particulares e têm objetivos, direitos e deveres comuns. Como objetivos principais salientam-se: “Promover o respeito pelos direitos das crianças e jovens (...); assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do estabelecimento; promover a participação activa das crianças e jovens...” (CNIS: 1). Para além disso, devem garantir que a criança tenha habitação, alimentação, educação, acesso a atividades de lazer, entre outras necessidades. Nestas instituições as crianças institucionalizadas devem respeitar as regras e a rotina estipulada. Contudo, há particularidades individuais que também devem ser respeitadas pela instituição, nomeadamente no que respeita à etnia, raça, religião e sexo; assim a criança deve “ser respeitada na sua identidade pessoal e reserva de intimidade privada e familiar, bem como nos seus usos e costumes; usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal, adequados à sua idade e situação; (...) participar, de acordo com as suas capacidades, nas atividades desenvolvidas, mas igualmente na organização e funcionamento da resposta social...” (CNIS: 7). Por outro lado, as crianças têm o dever de “Respeitar todos os trabalhadores e voluntários do Lar, independentemente das funções ou cargos que ocupem; respeitar os pares; respeitar as normas, regulamentos e outras regras do Lar; respeitar e zelar pelos materiais e equipamentos da Instituição; respeitar o espaço do Lar e os espaços de proximidade.” (CNIS: 7).

No estudo *Lares de Crianças e jovens: caracterização e dinâmicas de funcionamento*, efetuado pela CNPCJR, estabeleceu-se que estas instituições devem manter o contacto com a família de origem e trabalhar em conjunto com a sociedade, para que seja possível concretizar um dos seus principais objetivos, a inserção destas crianças ou jovens na sociedade. Contudo, neste estudo caracterizam-se diferentes tipos de relação: com a família pode-se encontrar uma relação de proximidade ou de afastamento e com a comunidade uma relação de abertura ou de isolamento. Com base nestas possíveis relações, surgiu a designação de quatro tipos de lares: incorporação, acolhimento, acompanhamento e institucionalização. A conceção desta tipologia é fundamental para perceber a relação que as instituições estabelecem com a sociedade e com a família biológica da criança e jovem e quais as implicações na sua atuação. Desta forma, o primeiro tipo, lar incorporação, fomenta a abertura à comunidade, mas existe um afastamento em relação à família de origem. O segundo tipo, lar acolhimento, aproxima a criança da família de origem, mas isola-a da comunidade. O terceiro tipo, lar acompanhamento, é considerado o ideal já que aproxima a criança da família biológica e

também estabelece abertura à comunidade. Por fim, o lar institucionalização é tido como o mais fechado, pois isola a criança da sociedade e afasta-a da família.

Toda a legislação relativa à proteção das crianças portuguesas tem como base a Declaração dos Direitos da Criança, redigida pela ONU em 1959. Esta reconhece a criança como um cidadão dotado de opinião e determina que as suas necessidades básicas de sobrevivência devem ser sempre asseguradas, sem por em causa o seu desenvolvimento físico, intelectual e social. Assim, esta declaração tem como objetivo máximo garantir o interesse da criança, isto é, todas as decisões tomadas pelo tutor ou familiar em relação à mesma têm que ser tomadas em prol do que é melhor para a própria. Importa não esquecer que organizações como a ONU e a UNICEF salvaguardam os direitos das crianças por todo o Mundo.

Desta breve análise da legislação portuguesa podemos concluir que têm sido feitos progressos para combater o desrespeito pelos menores, mas que ainda existe um longo percurso pela frente, uma vez que somos um dos países europeus com maior taxa de institucionalização. Esta taxa tem vindo a diminuir nos países desenvolvidos porque estes apostam nas famílias de acolhimento em detrimento da institucionalização. Porém, em Portugal carece-se de um melhoramento no sistema de adoção e de um maior investimento nas famílias de acolhimento e nas próprias instituições, já que estas ainda se aproximam das instituições totais descritas por Goffman (elevado número de crianças, não têm em conta a singularidade e são bastante rotinizadas).

### **1.2.2. Medidas**

Têm-se adotado diversas medidas para apoiar as crianças e jovens que são abandonadas ou que se encontram em risco. Destas destaca-se a desinstitucionalização e o Plano DOM. A primeira está diretamente ligada às crianças e jovens; já o Plano DOM destina-se à formação de técnicos que trabalham em instituições de acolhimento temporário ou prolongado.

A União Europeia tem desenvolvido projetos que visam a desinstitucionalização das crianças e jovens, procurando inseri-las na sociedade e em famílias de acolhimento. Com esta finalidade têm-se desenvolvido vários estudos internacionais que demonstram os aspetos negativos da institucionalização e defendem o acolhimento familiar.

Nikolova (2009) fez um estudo sobre a proteção da criança na Bulgária e concluiu que a institucionalização não só é causa e consequência da pobreza infantil, como ainda causa sequelas no desenvolvimento da criança ou jovem. O governo búlgaro tem estabelecido como

prioridade a retirada das crianças e jovens de lares que, em vez de serem favoráveis à sua inserção social, geram exclusão social, discriminação e estigmatização. Para além disso, verificou-se que não garantiam as necessidades básicas, como alimentação, vestuário, aquecimento ou cuidados de higiene e não asseguravam o acesso a cuidados médicos e ao ensino, já que normalmente estavam situadas em zonas rurais, onde o acesso é difícil. Deste modo, concluiu-se que estas crianças viviam num ambiente prejudicial para a sua saúde, segurança, educação e afetividade, tornando imperativo a aposta do Estado búlgaro na desinstitucionalização.

Já em Portugal, as crianças acolhidas têm vindo a diminuir e a taxa de desinstitucionalização<sup>1</sup> tem vindo a aumentar. Em 2009 alcançou-se o valor de 21,4 %, resultado do forte “... investimento político, técnico e financeiro que tem vindo a ser feito continua a dar os seus frutos, quer do ponto de visto do esforço em garantir a concretização de projectos de vida em contexto familiar, quer no que diz respeito à intervenção que garanta a preservação familiar, evitando o recurso à institucionalização.” (ISS, 210:14), tendo-se conseguido alcançar os 22% em 2010.

Assim sendo, pode-se afirmar que a desinstitucionalização é considerada uma forma de proteção da criança, já que evita a sua institucionalização. Contudo, este processo implica um trabalho prévio com a família ou a conceção de um projeto de vida para a criança, que será abordado mais à frente.

O plano DOM (Desafios, Oportunidades e Mudanças) foi desenvolvido em 2007 com vista a tornar os Lares de Infância e Juventude mais qualificados, para que a promoção dos direitos das crianças seja mais eficaz, tendo como destinatários a equipa técnica destes lares. Este plano é ainda acompanhado por duas submedidas: a criação de recursos humanos quando a equipa técnica é inexistente ou a contratação de mais técnicos quando o seu número é insuficiente e a constante formação dos dirigentes, técnicos e educadores dos lares.

Quando edificado, o Plano DOM foi testado em 148 lares de infância e juventude, e a avaliação da equipa técnica foi assegurada por elementos externos. Todavia, a partir de 2010 o Estado estendeu este plano a todos os lares de infância nacionais “... pretende-se a curto prazo, a reformulação para um novo modelo de acordos de cooperação, com vista à implementação de um novo modelo de acolhimento...” (ISS, 2010: 8).

---

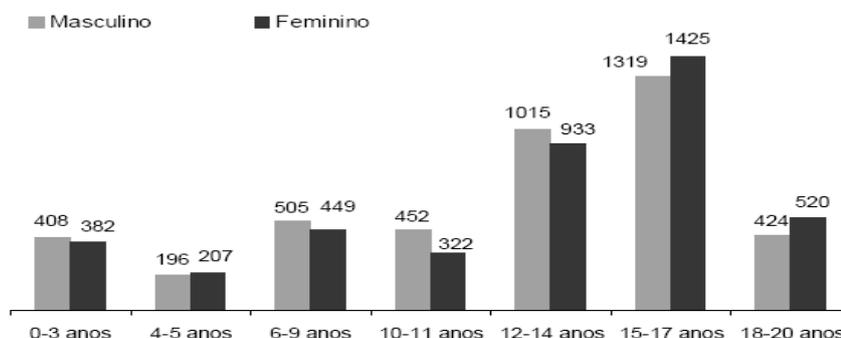
<sup>1</sup> “Entende-se por taxa de desinstitucionalização a percentagem das crianças e jovens que cessaram o acolhimento por terem sido concretizados projectos em meio natural de vida face ao total de crianças e jovens caracterizados no âmbito do Relatório.” (ISS, 2011:6).

Em suma, a nível internacional têm sido elaboradas várias campanhas de apoio às crianças e jovens institucionalizados, que são promovidas quer por organizações governamentais, quer por organizações não-governamentais. A nível nacional a desinstitucionalização e o Plano DOM foram duas medidas desenvolvidas para combater e melhorar a institucionalização em Portugal. No entanto, esta problemática social vai continuar a ocupar um lugar fulcral na agenda política de todos os países.

### **1.3. A institucionalização em Portugal**

Com base no Relatório CASA 2012 para o Instituto da Segurança Social foram contabilizados 8 557 crianças e jovens em situação de acolhimento em Portugal, sendo que o estudo caracteriza 11 147 crianças e jovens em situação de acolhimento e em cessação de acolhimento, este número tem vindo a diminuir ao longo dos anos, pois as instituições investem na criação de projetos de vida.

Para que a análise da institucionalização de crianças e jovens seja bem concebida é fulcral caracterizar genericamente a população em estudo baseado nos dados de 2012. Assim sendo, estamos perante uma população com um número semelhante de rapazes (50,5%) e de raparigas (49,5%); estando na sua maioria abaixo dos 15 anos, como podemos verificar no gráfico abaixo.

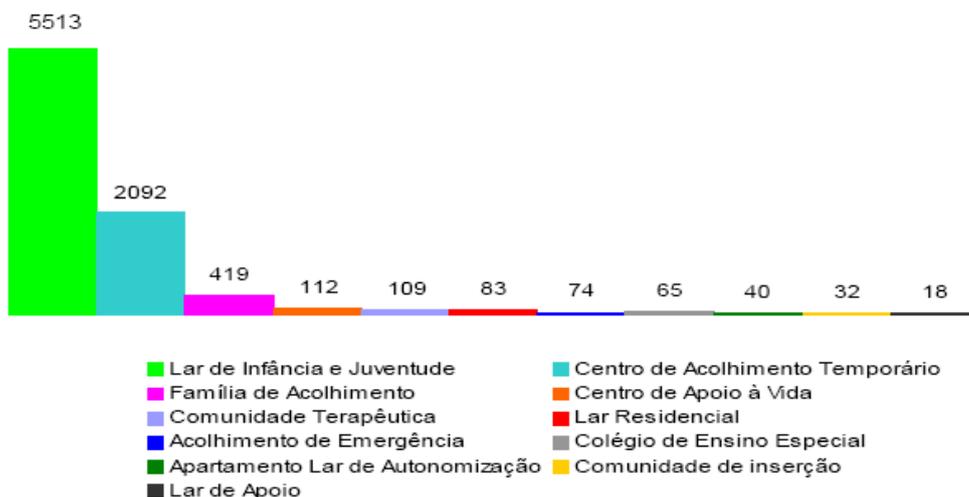


**Gráfico 1- Crianças e jovens em acolhimento por sexo e faixa etária.**

Fonte: CASA 2012: Relatório de Caracterização anual da situação de crianças e jovens

Segundo a legislação portuguesa existem diferentes tipos de instituições que acolhem e protegem as crianças, nas quais podemos destacar Centros de Acolhimento Temporário, Lares de Infância e Juventude, Unidades de Emergência, Casas de Acolhimento de Emergência, Apartamentos de Autonomização, Centros de Apoio à Vida, Lares Residenciais, Comunidades Terapêuticas, Comunidades de Inserção e Lares de Apoio, mas como já foi

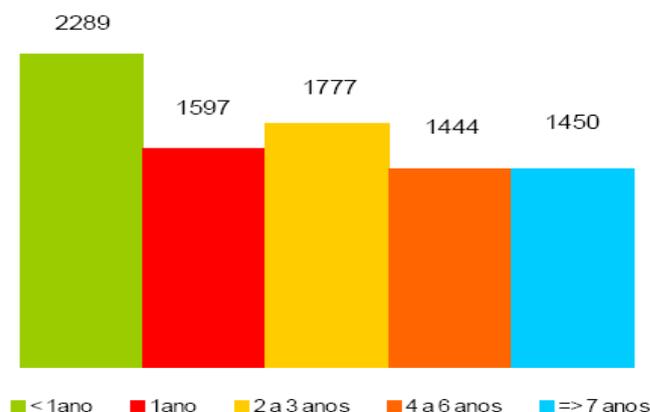
referido anteriormente, a principal resposta é a inserção de crianças e jovens em lares de infância e juventude, o que nos leva a concluir que na sua maioria os menores estão na instituição por mais tempo do que o necessário.



**Gráfico 2- Crianças e jovens acolhidas, por local de acolhimento.**

Fonte: CASA 2012: Relatório de Caracterização anual da situação de crianças e jovens

As medidas de acolhimento visam a retirada das crianças das famílias por menos de um ano, mas como podemos ver no próximo gráfico, a grande maioria das crianças e jovens fica longe da sua família de origem por mais de um ano. Este é um resultado que vai de encontro com as políticas idealizadas, isto porque defende-se que a criança deve voltar para a sua família de origem depois desta ser devidamente trabalhada e acompanhada, processo que tem uma longa duração.



**Gráfico 3- Tempo de permanência no local de acolhimento**

Fonte: CASA 2012: Relatório de Caracterização anual da situação de crianças e jovens

Como conclusão podemos afirmar que as crianças e jovens portugueses institucionalizados são na sua maioria menores de 15 anos de ambos os sexos. No que respeita ao regime de institucionalização é na sua maioria prolongado, pois encontram-se na instituição por mais de um ano, mesmo as crianças que estão em centros de acolhimento temporário permanecem na instituição mais que seis meses (tempo máximo de permanência), isto porque o seu objetivo é inserir novamente a criança na família, mas esta tem que ser trabalhada e mudada para que a criança possa retornar; ou nos casos de adoção ou de crianças que vão para famílias de acolhimento existe um processo moroso e bastante burocrático.

O Estado português, tal como os estados de bem-estar social, defende que a criança ou jovem deve ser inserida num ambiente estável e o mais próximo possível do ideal-tipo de família, mas a maioria das crianças e jovens são acolhidas em lares de infância e juventude.

## **2. Revisão teórica**

### **2.1. A sociologia e a institucionalização**

A sociologia tem vindo a desenvolver diversos estudos no campo da exclusão social de crianças e jovens institucionalizados, cuja temática pode ser inserida nas áreas da Família e da Exclusão social.

No caso específico da Sociologia da Família, é importante abordar diferentes conteúdos, tais como: o lugar da criança e as transformações ocorridas na família; o papel da instituição na vida da criança institucionalizada, uma vez que é quem tem a responsabilidade da socializar a criança; e os fatores que levam à institucionalização, nomeadamente se estão ligados ao abandono da criança ou ao facto desta estar inserida numa família de risco.

A Exclusão Social é fundamental para se perceber como é que a criança institucionalizada é incluída ou excluída na sociedade, se é ou não vítima de estigmatização, e ainda quais são os mecanismos da institucionalização.

Na Sociologia abundam temáticas ligadas ao lugar da criança na família, mas são raras as que focam a vida da criança em ambiente institucional. Desta forma, é importante dar voz às crianças, bem como compreender o papel das instituições que as acolhem, pois são essenciais para o seu desenvolvimento.

A sociedade deve agir em função de uma instituição que protege, educa e socializa, isto é que incute às crianças responsabilidade, que ensina comportamentos corretos e que é o pilar basilar nas suas vidas, uma vez que lhes proporciona uma família e um futuro.

No caso da criança, a instituição altera toda a sua vida quotidiana, a sua trajetória de vida e a forma como encara o mundo, a sociedade, a família e a ela própria. Assim, é do interesse da Sociologia estudar o comportamento do indivíduo num local desconhecido à criança e perceber de que forma é que a instituição vai alterar o seu modo de vida, a sua visão sobre o futuro, as suas expectativas e de que forma a vai auxiliar a integrar-se na sociedade, após esta alteração do trajeto habitual.

Não podemos esquecer que as crianças são uma fração da população que muitas vezes é esquecida e relegada para segundo plano, embora seja fulcral para o desenvolvimento da sociedade.

## **2.2. O lugar da criança na família**

A definição do que é ser criança e do seu lugar na família tem vindo a alterar-se ao longo dos tempos. Se na sociedade tradicional os filhos eram fundamentais para garantir o funcionamento da família e da vida doméstica (filhos eram importantes como mão de obra); na sociedade atual o nascimento dos filhos é planeado ao pormenor, pois são importantes para as expectativas afetivas dos pais.

Na sociedade tradicional, a criança era a estância do desenvolvimento humano mais frágil, isto porque dependia dos seus pais para tudo, nomeadamente trabalho, lazer, educação, entre outros. Assim, a família era o veículo de transmissão de valores e saberes.

Durante o Antigo Regime, o lugar das crianças dependia de cinco funções. Em primeiro lugar a função económica, os filhos eram fundamentais para a produção familiar, eram mão-de-obra nos negócios familiares; em segundo lugar, a função assistencial, onde os filhos eram fulcrais para cuidar dos pais quando estes não tivessem mais capacidade; em terceiro lugar a função de linhagem, pois era dever dos filhos perpetuar a família em termos culturais, patrimoniais e simbólicos; em quarto lugar, a função religiosa, onde o filho era encarado como uma dádiva de Deus; e por fim a função estatutária, pois os filhos tinham a obrigação de deixar descendência.

Porém, ao longo dos anos, a criança assume um novo estatuto social e uma nova função, a afetiva, que Karin Wall divide em três tipos: extrema (amor único), alargada (criança é importante para os pais e restantes familiares) e simbólica (filhos são fruto do amor entre os pais).

Todas estas transformações resultam na rutura com a macroeconomia da fecundidade, baseadas no custo-benefício de ter filhos, onde os pais tinham mais interesse nos benefícios económicos que a criança lhes podia proporcionar.

Nas sociedades modernas, a criança é símbolo de amor, ainda que, e voltando a realçar esta problemática, persistam famílias que, por não terem capacidades económicas ou psicológicas, abandonam as suas crianças que, muitas vezes, são levadas para instituições.

### **2.3. Crianças em risco**

Na atualidade, assiste-se frequentemente à institucionalização de crianças em risco, isto é, crianças cujas famílias são negligentes e têm comportamentos que colocam em causa a sua proteção. O facto de uma criança se encontrar em risco implica dificuldades no seu desenvolvimento e na sua inserção social, pois as suas famílias não têm condições necessárias para lhes garantir bem-estar, educação e mesmo um plano de saúde, ameaçando os seus direitos. Por isso, estas crianças têm de ser entregues a instituições que lhes possam garantir estas condições básicas de sobrevivência.

Maria Teresa Penha (1996) define que uma criança em risco é “... a criança que pelas suas características biológicas e ou pelas características da sua família está sujeita a elevadas probabilidades de vir a sofrer omissões e privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afectividade...” (Penha, *cit. por* Cunha, 2005: 26), onde podemos incluir a negligência, abuso infantil, maus-tratos, abandono, mendicidade, entre outros.

A criança é dependente dos adultos e fisicamente mais frágil, o que a torna mais predisposta à vitimização. Por isso, apesar de a família ser a instituição que mais proteção e ajuda deve dar à criança, em muitos casos, é o primeiro e principal foco de risco para a mesma, sendo esquecidos os direitos da criança e sendo esta, muitas vezes, sujeita a agressões físicas ou psicológicas.

A UNICEF é uma das organizações que se preocupa com a promoção dos direitos das crianças e, por isso, reuniu um conjunto de grupos de crianças que estão em risco, das quais se destacam: “1. Crianças em estratégia de sobrevivência; 2. Crianças maltratadas e abandonadas; 3. Crianças institucionalizadas; 4. Crianças em conflito armado; 5. Crianças em desastres naturais e ecológicos; 6. Crianças com necessidades específicas; 7. Crianças em situação de rua.” (UNICEF *cit. por* Cunha, 2005: 27).

Em suma, atualmente não são apenas as crianças órfãs e abandonadas que são alvo de proteção, mas também as crianças em risco têm sido protegidas das suas famílias, comunidade e sociedade, já que estas muitas vezes se esquecem que as crianças apesar de serem uma categoria social frágil são essenciais para a Humanidade.

## **2.4. A família e a socialização**

De facto, as sociedades atuais passaram por uma série de mudanças que influenciam diretamente a família, nomeadamente a diminuição da taxa de natalidade, de mortalidade e de fecundidade, do número de filhos por família, da idade para ter o primeiro filho e do casamento, enquanto aumenta o número de divórcios. Para além disso, deparamo-nos com uma população marcada pelo duplo envelhecimento, onde as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho e dão primazia à sua formação e profissão; e pelo aumento das famílias nucleares, monoparentais, reconstituídas, que substituem a típica família alargada da sociedade tradicional.

Podemos enunciar que da família nuclear fazem parte pai, mãe e um ou dois filhos, enquanto na família alargada vivem duas ou três gerações. Contudo, têm surgido diferentes opiniões acerca do conceito família. Segundo Fukui (1981) não existe um tipo de família, mas sim uma pluralidade de famílias, alterando-se a conceção da família nuclear como um novo lugar da mulher e da criança. Já Szymanski (1992) defende que uma família é um conjunto de pessoas que vivem numa relação duradoura, no mesmo espaço físico e social, com tipos de relações interpessoais específicas, pautados pela afetividade, onde os mais velhos (pai-mãe) educam, cuidam e protegem os mais desprotegidos, os filhos e os idosos. Para João Ferreira de Almeida (1994) vários tipos de família surgiram ao longo dos anos, mas o autor opta por defini-la como um grupo doméstico, cujos elementos estão "... ligadas por um laço de parentesco cujos membros adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças..." (Almeida, 1994: 101) que têm regras, funções e estratégias diversas, apesar de poderem fazer parte da mesma sociedade.

O principal papel da família é proteger e cuidar das suas crianças sejam elas biológicas ou adotadas, tendo de proporcionar a socialização primária da criança, isto é incutir na criança os principais valores, comportamentos, regras e normas que estão na base da sociedade onde está inserido; sendo essencial e imprescindível durante a infância.

O processo de socialização é contínuo, mas é a família que o inicia e o completa a par da escola, dos meios de comunicação, do trabalho, dos grupos de amigos e do grupo de referência. Na ausência da família é a instituição de acolhimento ou uma família adotiva quem completa as lacunas e socializa a criança. No entanto, quando a criança é institucionalizada, ela pode ser ressocializada, ou seja, as suas atitudes, normas e comportamentos são reestruturados e adaptados às regras da instituição.

## **2.5. A instituição**

Ao longo desta exposição temos abordado a temática da institucionalização, por isso é fundamental clarificar o conceito de instituição e analisar a teoria de Goffman sobre as instituições totais.

Sociologicamente a instituição está ligada à ordem cultural, por isso, pode ser definida como uma ideia criada no meio social ou pelo homem, que mais tarde se torna um conjunto de normas ou valores partilhados por um conjunto de indivíduos.

Max Weber nos seus estudos relaciona a instituição ao poder, uma vez que nela são impostas normas e valores, que devem ser aceites pelos indivíduos. Porém, são os estudos de Goffman que mais nos informam sobre as instituições, enquanto espaços fechados, designadas por instituições totais, como são exemplo prisões, conventos e manicómios (instituições estudadas pelo autor).

Citando Goffman (2003) uma instituição total é “... um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levando uma vida fechada e formalmente administrada.” (Goffman, 2003: 11), com a singularidade de funcionarem como barreiras às relações sociais do mundo exterior e de terem regras expressas para proibir os internados de sair. O autor determina cinco tipos de instituições totais: as instituições totais que têm como objetivo cuidar das pessoas incapacitadas, como é o caso das instituições que cuidam e protegem as crianças; as segundas são aquelas que têm de cuidar de pessoas que para além de não serem capazes são um perigo não propositado à comunidade (manicómios); as instituições que protegem pessoas que são uma ameaça propositada à sociedade (prisões); as instituições que têm o objetivo de albergar pessoas que têm de fazer algum trabalho que implique a institucionalização (quartéis militares, colónias); e por fim, as instituições que servem como abrigo ao mundo exterior, normalmente de cariz religioso (conventos).

Assim, a ida para a instituição total pode ser de livre vontade ou imposta pela comunidade, mas em ambos os casos o indivíduo que chega à instituição passa por uma série de rituais que o integram, isto porque as instituições concentram um número elevado de pessoas, por um grande período de tempo. A rutura com o exterior, na maioria das vezes, é total e o indivíduo é desprovido de todos os instrumentos que o ligam ao exterior (como telemóveis), obtém novas roupas (comuns a todos os internados) e acessórios e, às vezes, são tratados não pelo nome, mas por um número que recebem quando entram na instituição, como acontece nas prisões. Quando as relações com o exterior não são cortadas na sua totalidade, as visitas dos familiares ou amigos são apenas periódicas. E quando chegam à instituição devem

conseguir integrar-se, no entanto, esta não é uma tarefa fácil. Importa ainda ter em atenção que todos os internados fazem atividades em conjunto, que não têm em conta a individualidade de cada um e que têm horários intransigíveis, de difícil adaptação.

De facto, as instituições totais controlam rigorosamente o quotidiano dos seus internados, que são sujeitos a um grande constrangimento, uma vez que estas instituições seguem uma forte organização burocrática.

As primeiras instituições totais para crianças remontam à Idade Média, eram construídas fora dos centros urbanos e as crianças deviam respeitar as regras, ainda que estas não tivessem em consideração a sua singularidade e opinião. Para além disso, implicavam uma elevada concentração de menores regulados socialmente de forma rígida, o que conduzia a uma despersonalização e a um fechamento ao exterior, porque não mantinham uma relação com a família de origem. A autoridade destas instituições refletia-se nos castigos e punições sempre que ocorria algum tipo de desobediência; no entanto esta transgressão das regras pode ser uma forma da criança mostrar o seu desagrado, para que se faça ouvir as suas opiniões e as suas necessidades, ou seja, é um modo de rutura com as regras e valores da instituição.

As instituições totais para crianças e jovens com estas características tendem a diminuir, mas ainda são uma realidade nos dias de hoje. Atualmente existe uma tentativa para que as instituições se aproximem à família. Para isso, é necessário que haja uma redução do número de crianças; uma mudança no paradigma da importância da sua opinião, uma vez que a criança deve participar nas decisões, dando a sua opinião e respeitando a individualidade de cada um; uma maior abertura ao exterior, ou seja, uma relação com a família de origem (pois o objetivo deve ser devolver a criança ao seu seio familiar) e com a comunidade, para que futuramente haja uma integração social da criança fora da instituição. Assim sendo, as instituições atuais que acolhem crianças e jovens, ao preocupar-se com a exclusão social dos seus internados, incentivam à participação da comunidade envolvente na vida da instituição e permitem que os internados vivam o quotidiano da comunidade envolvente.

Podemos então definir como principais aspetos negativos da institucionalização: não assegura todas as funções da família; a sociedade estigmatiza estas crianças e jovens por serem institucionalizados; e ainda os vínculos afetivos que não estão presentes na família, são também muitas vezes esquecidos nas instituições.

Todavia não podemos esquecer que as instituições são fundamentais para as crianças e jovens abandonados ou em risco, por isso devemos destacar os pontos positivos da institucionalização. Segundo Zurita e Fernández del Valle (1996), quando uma criança é institucionalizada está sujeita a “... menos rupturas e adaptações mal sucedidas...” (Santos,

2010: 34), isto é a criança não tem que criar laços afetivos próximos com os membros das famílias de acolhimento, que futuramente serão cortados; estabelece comunicação entre a criança e a família biológica; as suas rotinas e regras oferecem à criança estabilidade e organização; "... capacidade de oferta de serviços especializados para o tratamento de problemáticas específicas (...); as experiências propiciadas pela vida em grupo podem ser benéficas para os adolescentes: facilidade no estabelecimento de laços com pares e adultos, desenvolvimento de sentimentos de pertença e de cooperação em relação ao grupo, interiorização dos valores e padrões de conduta e grupais, identificação com o grupo de pares e o desenvolvimento da própria identidade mediante atitudes, papéis e condutas de grupo;" (Santos, 2010: 34).

Desta forma, a institucionalização de crianças e jovens é uma problemática que deve ser analisada com cuidado especial, pois abrange uma população-alvo também especial, por isso o Estado deve trabalhar nas leis e normas deficitárias que envolvem esta problemática. Isto porque apesar das instituições serem uma oportunidade para a criança e uma forma de obter afeto, as instituições tratam as crianças da mesma forma, não tendo em conta as suas singularidades (mesmos horários, alimentação, jogos, etc.) e os seus gostos, o que vai afetar o desenvolvimento da criança ou jovem e a sua inserção social.

Na atualidade existem várias razões para a institucionalização, entre elas a orfandade, o abandono, negligência, maus-tratos (físicos e psicológicos), abuso sexual, trabalho infantil, autoridade extrema, mendicidade, comportamento desviantes, uso de drogas ou álcool, pobreza ou problemas de saúde, sendo a família afastada por incumprimento dos seus deveres para com a criança.

Desta forma, quando uma criança (principalmente recém-nascidos) é abandonada pela família de origem pressupõe-se que esta não tenha capacidade ou não queira cuidar, educar e proteger a sua criança e que, por isso, a deixa ao encargo de uma instituição. No entanto, para muitos, o abandono das crianças é fruto da pobreza e da miséria das famílias, o que conduziu à criação do estereótipo de que apenas as classes mais desfavorecidas abandonam os filhos, o que não é verdadeiro, já que, nas classes altas, as crianças fruto de relações extraconjugais também eram abandonadas nos séculos anteriores

As instituições têm-se adaptado às transformações na sociedade, aproximando os institucionalizados à comunidade e à família da criança ou jovem e, por isso, foram criadas políticas que têm como objetivo devolver a criança à sua família de origem após esta ter as condições necessárias para recebê-la novamente, com vista a diminuir os impactos do abandono no desenvolvimento da criança tal como Bowlby advoga.

Em Portugal existem três tipos de acolhimento: acolhimento de emergência; acolhimento temporário, como os Centros de Atendimento Temporário; e o acolhimento de longa duração, onde a criança é encaminhada para Centros de Atendimento Prolongado (Lares de Infância e Juventude).

O acolhimento de emergência, denominado por Unidades de Emergência, abriga crianças em situação de risco iminente, no máximo por 48 horas, sendo depois conduzidas para o Tribunal de crianças e menores ou para IPSS.

O acolhimento temporário, nomeadamente os Centros de Acolhimento Temporário e as famílias de acolhimento, destinam-se ao acolhimento de crianças por cerca de 6 meses, já que no final desse período a criança deve voltar à família de origem ou, se tal não for possível, ser encaminhada para uma família de adoção ou para um Lar de Infância ou Juventude. Este tipo de instituições proporciona à criança uma estrutura similar à familiar, para que no futuro ela possa reintegrar-se na sua família de origem. Tem-se feito um esforço para trabalhar com a família de origem com o objetivo de que a criança, no futuro, possa regressar.

Por fim, o acolhimento de longa duração alberga crianças e jovens cujas famílias estão desestruturadas ou cujos comportamentos obrigam a que sejam afastados da família de origem. Nestes locais pretende-se dar à criança uma estrutura de vida estável para que ela se possa desenvolver física, moral e intelectualmente, bem como inserir posteriormente a criança ou jovem na sociedade.

Nos três regimes supracitados pretende-se que a criança ou jovem volte para a sua família de origem ou que seja conduzida para uma família de adoção ou acolhimento. Durante a estadia da criança ou jovem pressupõem-se que lhe sejam proporcionadas uma série de condições inexistentes em casa, como proteção, educação, bem-estar e que se proporcionem competências pessoais e sociais que os ajudem a criar um projeto de vida.

O projeto de vida da criança ou jovem consiste numa planificação de ações que serão colocadas em prática no seu futuro e é uma preocupação dos três tipos de acolhimento abordados, na medida em que estes regimes têm técnicos que fazem um diagnóstico, intervêm e acompanham a execução deste plano, fundamental para desenvolvimento dos institucionalizados. Assim, o projeto de vida não só orienta o futuro, como ajuda a criança ou jovem na sua tarefa de reinserção na sociedade.

Não podemos esquecer que a sociedade ou comunidade que está envolta da instituição tem ganho cada vez mais importância para o desenvolvimento da criança, quer porque as crianças participam cada vez mais nas atividades da comunidade, quer porque a comunidade também participa cada vez mais nas atividades da instituição.

Como foi referido anteriormente, as crianças institucionalizadas são bastante estigmatizadas, quer-se com isto dizer que a criança é classificada socialmente porque vive numa instituição (um local que não é considerado o habitual), assim as pessoas identificam a criança, com base em determinados atributos (positivos ou negativos). Para Goffman (1982), autor que se preocupa com estas questões, afirma que a sociedade disponibiliza uma série de meios para categorizar as pessoas, através de atributos que são considerados normais e naturais para cada categoria, que tem um ambiente no qual se sente confortável, e quem corresponder a esses atributos é estigmatizado e excluído socialmente. A criança que é estigmatizada tende a aceitar a sua condição, mas não se esquece que pertence a um *grupo real*, um conjunto de crianças institucionalizadas que sofrem as mesmas privações. Com a Teoria do Estigma, o autor pretende explicar porque é que as pessoas tendem a inferiorizar alguém.

Todas as sociedades têm normas que são incorporadas pelas pessoas para que se possam integrar socialmente e a sociedade espera que cada um faça o que lhe compete. Contudo, os indivíduos podem conformar-se ou desviar-se, neste último caso não aderindo às normas.

Deste modo, as crianças institucionalizadas tendem a ser estigmatizadas porque têm atributos diferentes à sociedade considerada “normal” e pertence a uma categoria que segue determinadas normas e valores. No entanto, a criança pode tornar-se desviante se não cumprir as regras e normas da instituição. Este é o pano de fundo para a compreensão da exclusão social de crianças e jovens institucionalizados.

A origem da exclusão social está relacionada à ausência de trabalho e à pobreza, que causam isolamento. O indivíduo é privado dos seus direitos e não tem as mesmas possibilidades que os outros, crescem as desigualdades sociais, culminando na discriminação e na estigmatização. A exclusão chega a diferentes grupos sociais discriminados, que necessitam de políticas sociais que os integrem na sociedade. As crianças institucionalizadas são excluídas da sociedade porque são desiguais no facto de não terem família e viverem num contexto social diferente do habitual, que na maioria das vezes não desenvolve políticas que a insiram na sociedade, permitindo pelo contrário aumentar o *gap* entre a comunidade e as crianças institucionalizadas, pois são demasiado isoladas.

Tendo em consideração que as crianças e jovens já são uma categoria social fragilizada, que necessita de proteção e de serem socializados, para que possam responder às expectativas da sociedade e assim nela serem inseridos, esta fragilidade agrava-se ainda mais no caso das crianças institucionalizadas, privadas da sua família de origem e, muitas vezes,

necessitam de ser ressocializadas. Por isso, devem ser pensadas políticas sociais que aproximem as instituições à comunidade, para que não se sintam tão fragilizados.

## **2.6. O desenvolvimento da criança e os processos de vinculação**

A análise desta temática não pode ser concluída sem antes abordar as principais teorias sobre a institucionalização das crianças e jovens, destacando-se a influência de Bronfenbrenner e da sua Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, e de Bowlby, cujos estudos abordam a Teoria da Vinculação. É ainda importante realçar as duas perspetivas sobre a institucionalização de crianças e jovens. A perspetiva negativa defendida por Alysso Carvalho, em que o ambiente vivido na instituição é visto como algo prejudicial para o desenvolvimento da criança, com carências afetivas e falta de atividades; e a perspetiva positiva, apoiada por Dell’Aglia, em que a instituição é considerada a melhor opção, pois oferece à criança uma nova oportunidade.

A Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner, tem como objetivo estudar os processos de evolução e os variados fatores do desenvolvimento humano, sendo fulcral para entender as crianças institucionalizadas, na medida em que estas se encontram num determinado contexto de desenvolvimento. O desenvolvimento humano “... é o produto da interação do organismo humano em desenvolvimento com o seu ambiente...” (Bronfenbrenner, 1987: 35), nomeadamente indivíduos, objetos e símbolos. Não podemos esquecer que no caso do desenvolvimento na infância, as relações intensificam-se e tornam-se mais complexas à medida que se vai aproximando da idade adulta.

Para este autor, o termo ecológico refere-se à interdependência entre o indivíduo e o contexto no qual está inserido e o ambiente ecológico é um sistema de estruturas agrupadas, independentes e dinâmicas, em que cada uma está inserida na seguinte; é no ambiente ecológico que ocorrem os processos. E, para clarificar a sua teoria, Bronfenbrenner criou o modelo PPCT do desenvolvimento - Processos Proximais, Pessoa, Contexto e Tempo.

No primeiro ponto devemos perceber que os Processos Proximais são os meios privilegiados para o desenvolvimento, capacitando o indivíduo para dar sentido ao mundo, encontrando nele o seu lugar e transformando-o. No caso particular das crianças, são as atividades e as interações que elas desenvolvem, como as brincadeiras.

No segundo ponto deste modelo, a Pessoa, devemos ter em conta os fatores biológicos (habilidades) e sociais no desenvolvimento da pessoa, sendo que estes últimos são construídos ao longo da interação com o ambiente. Neste ponto é fundamental abordar as transições ecológicas, as mudanças de posição no ambiente por parte de uma pessoa fruto da alteração

do papel; podem ser de forma passiva (porque as pessoas sentem que os outros têm um comportamento diferente com ela), de forma ativa (relacionada com os recursos físicos, mentais e emocionais disponíveis) ou mais ativa (pessoa que muda de ambiente porque quer fazê-lo). As transições podem ainda ser classificadas como normativas, quando é esperado que a pessoa mude pois é algo comum à sua cultura; ou não-normativas, quando não é esperado que tal aconteça.

O terceiro ponto do modelo é o Contexto, que se refere ao ambiente e está dividido em quatro sistemas: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Do microssistema fazem parte os locais onde a criança passa mais tempo em atividades e interações, isto é são as relações que se estabelecem entre a pessoa em desenvolvimento e seu ambiente mais próximo, nomeadamente família, escola, vizinhos; para o autor é o "... padrão de actividades, papéis e relações interpessoais que a pessoa em desenvolvimento experimenta num ambiente, com características físicas e materiais particulares." (Brofenbrenner, 1987: 42). O mesossistema "... compreende as inter-relações de dois ou mais ambientes em que a pessoa em desenvolvimento participa activamente" (Brofenbrenner, 1987:44). Já o exossistema "... refere-se a um ou mais ambientes que não incluem a pessoa em desenvolvimento como participante activo, mas nos quais se produzem atos que afectam (...) o ambiente que compreende a pessoa em desenvolvimento..." (Brofenbrenner, 1987:44), nomeadamente o trabalho dos pais, na medida em que a pessoa não frequente estes ambientes, mas eles influenciam as suas atividades e interações. E ainda o macrosistema que engloba o contexto de qualquer grupo, cujos elementos partilham valores, crenças, comportamentos e normas e que vai influenciar o quotidiano e o desenvolvimento das pessoas.

O quarto e último ponto deste modelo diz respeito ao Tempo, pelo qual se entende a influência das mudanças ou continuidades no desenvolvimento ao longo da vida. Onde incluímos o microtempo (aquilo que acontece numa determinada atividade ou interação), o mesotempo (atividades ou interações ocorrem no ambiente imediato à pessoa) e o macrotempo (atividades ou interações que ocorrem dentro da sociedade).

Após esta breve contextualização da Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano é importante aplica-la à realidade das crianças e jovens institucionalizados, que têm como ambiente imediato as instituições e que, por isso, são o local com mais impacto nas suas trajetórias e no seu desenvolvimento. Portanto, as instituições são o microssistema, no qual a criança desenvolve atividades, interações, assumindo diferentes papéis durante um longo período de tempo na sua vida. Sendo que os Processos Proximais são estabelecidos entre as crianças e os funcionários; e estas relações podem influenciar de forma positiva ou negativa o

desenvolvimento da criança. Os Processos Proximais que se estabelecem entre os sistemas interdependentes (família, escola e instituição) são fundamentais para perceber o porquê de muitos lugares de proteção não funcionarem de forma eficiente e colocarem em risco o desenvolvimento da criança e jovem. No que respeita ao mesossistema podemos defini-lo como as redes de apoio sociais e do exossistema fazem parte a Comissão de Proteção de Menores, os concelhos municipais, diretores das escolas e das instituições, entre outros. Por último, o macrossistema que nos ajuda a perceber como é que a sociedade vê as crianças e jovens institucionalizados, através das suas políticas públicas, valores, crenças, entre outras.

Como já foi referido várias vezes a criança ou jovem é institucionalizada quando a sua família coloca em causa o seu desenvolvimento, dado que vive em situações de risco, nomeadamente de violência, mendicidade, negligência ou abuso, muitas vezes alienado, precariedade ou pobreza, pois muitas destas famílias vivem com dificuldades socioeconómicas.

Em síntese, quando a criança é institucionalizada ela muda de ambiente ecológico, ocorrendo assim uma transição ecológica, onde se alteram posições, atividades e papéis. Neste caso dá-se uma transição não normativa, na medida em que não é esperado que a criança seja privada da interação com a sua família de origem. Não podemos esquecer que o momento da institucionalização pode ser prejudicial para o desenvolvimento da criança ou jovem, uma vez que esta pode não ser aceite pelos envolvidos; a instituição pode não ter as condições necessárias reunidas, pode ser fechada demais e não promover a relação com o macrossistema, mesossistema e exossistema, nem criar atividades para serem desenvolvidas pela criança.

Seguidamente iremos abordar a segunda grande teoria sobre esta temática, a Teoria da Vinculação, de Bowlby, cujos estudos se desenvolveram em torno da separação entre mãe e filho, o que realça a sua importância na discussão acerca da institucionalização. Com efeito, os cuidados parentais (educar, proteger, cuidar, alimentar ou orientar) prestados no início da vida das crianças são essenciais para o seu desenvolvimento futuro. Também os laços que se criam entre a criança e os pais são fundamentais para o seu desenvolvimento, por isso Bowlby define vinculação como o "... sistema inato de comportamentos de aproximação do bebé às figuras cuidadoras, no sentido de adquirir a protecção de que necessita." (Pinhel; Maia, 2009: 509). A criança vê os cuidadores como alguém que a protege do ambiente e das situações de perigo e, à medida que o vínculo parental se intensifica, a criança perde o medo e torna-se mais segura. Entretanto, existem casos onde não existe uma vinculação segura, o que vai afetar o desenvolvimento da criança, quer em termos psicológicos, quer em termos sociais. A

criança em risco é um exemplo deste caso e, ao contrário da criança que se sente segura, esta tem competências pessoais mais baixas (autoestima) e menor capacidade de mediação com os adultos.

A institucionalização resulta numa separação a longo prazo da mãe e, conseqüentemente a criança sente-se abandonada e rejeitada, alterando o seu comportamento e tendo dificuldades em estabelecer relações com os outros. Além disso, as crianças que sofreram maus-tratos vivem numa situação mais agravada, pois chegam às instituições sem estruturas basilares e com maiores défices de desenvolvimento.

Podemos então dizer que separar a mãe da criança tem graves conseqüências para esta última, quer seja a curto ou a longo prazo, uma vez que a criança é privada de proteção e de um vínculo formado quando ela ainda é um feto, provocando um atraso no desenvolvimento da criança e tendo conseqüências graves na sua personalidade, já que não tem a figura da mãe para complementar a sua personalidade e consciência. Por isso, quando a criança cresce numa instituição a sua primeira fase de desenvolvimento nunca é completa, apesar ter um conjunto de agentes que a ajudam (em muitos casos são distintos ao longo da sua estadia), estes não criam verdadeiros vínculos com as crianças, ou seja, apesar da existência de funcionários e professores, estes nunca irão colmatar as lacunas deixadas pela privação materna, que na idade adulta pode-se transformar em depressão, angústia ou mesmo raiva.

Desta forma, a Teoria da Vinculação, defende que a institucionalização tem um lado negativo para o desenvolvimento da criança, uma vez que “... a institucionalização, o rompimento de vínculos e a privação materna deixaram marcas profundas e prejudiciais na criança...” (Costa; Rossetti-Ferreira, 2009: 115) sendo, por isso, apologista do acolhimento familiar, onde a criança pode ter uma figura materna “... pessoa para a qual a criança orienta o seu comportamento de apego” (Bowlby, 1984:23) ou mãe substituta “... pessoa para qual a criança está disposta, provisoriamente, a dirigir o seu comportamento de apego para diferentes pessoas...” (Bowlby, 1984:23).

Em suma, a criança quando é separada da mãe perde um vínculo fundamental para o seu desenvolvimento e construção da personalidade. Apesar das crianças institucionalizadas terem acesso às necessidades básicas não criam laços e vínculos afetivos, por isso, Bowlby defende que as crianças separadas da mãe devem ser acolhidas numa família, onde têm uma figura materna ou uma mãe substituta.



## **Capítulo 2. Modelo de análise**

Ao longo do capítulo dois iremos apresentar o modelo de análise da nossa dissertação, mais precisamente explicar os nossos objetivos e o próprio modelo de análise, onde enunciaremos os conceitos, dimensões, componentes e indicadores, para que seja possível explicar a inclusão social de crianças e jovens institucionalizados, através da análise dos discursos dos técnicos. Por um lado, esta é uma temática pertinente porque os menores são categoria social essencial nas transformações sociais ocorridas, nomeadamente na família, educação, demografia. Por outro lado, as crianças e jovens são um grupo vulnerável que necessita de encontrar mecanismos, medidas e organizações que deem voz às suas necessidades e problemas, defendendo os seus interesses e opiniões, muitas vezes esquecidos pelos familiares. O facto de escolher o estudo de crianças e jovens que vivem em instituições de acolhimento está ligado ao interesse em perceber a forma como as instituições integram as crianças na sociedade e como preparam os jovens para a vida social, com especial enfoque na preparação para o mercado de trabalho.

Não podemos deixar de esquecer que esta é uma temática bastante atual, pois o aumento das crianças e jovens em risco tem implicado a multiplicação de novas políticas que ajudam as famílias e fomentam a inserção das crianças na sociedade; no entanto, os menores são acolhidos em lares de infância e juventude, onde têm acesso a bens materiais e essenciais, como comida, roupa e uma casa com condições de habitabilidade, mas falta perceber de que forma é que a instituição ajuda a criança em termos sociais e emocionais, por isso o nosso objetivo é analisar os discursos dos atores representantes das instituições para identificar os elementos estruturantes da forma como representam, legitimam e normalizam a ação social no campo da inserção social das crianças e jovens institucionalizados, respondendo à seguinte pergunta de partida: *Como é que os processos de inserção social das crianças e jovens institucionalizados são discursivamente representados pelos técnicos das instituições que as acolhem?*

Mais detalhadamente pretendemos responder às seguintes sub-questões:

- 1.1. *Que elementos de legitimação do papel das instituições são veiculados pelos discursos dos técnicos?*
- 1.2. *Como são representados os diferentes atores sociais que intervêm no processo de institucionalização (família, Estado, escola, instituições de acolhimento, técnicos)?*

- 1.3. *De que forma é que o quotidiano dos menores institucionalizados influencia a sua inserção social?*
- 1.4. *Como é que as crianças e os jovens vivem a sua institucionalização e que expectativas têm para o futuro?*
- 1.5. *De que modo é que as crianças e jovens são ressocializados?*
- 1.6. *Como é que a sociedade civil e o Estado podem interferir mais ativamente na vida destes menores?*

Desta forma, os nossos objetivos gerais e específicos são os seguintes:

1. Perceber, através da análise do discurso dos atores representantes das instituições, a importância da instituição na definição de projetos de vida das crianças e jovens;
  - 1.1. Analisar a forma como a instituição acolhe as crianças e jovens;
  - 1.2. Observar o papel da instituição nas escolhas das crianças e jovens;
  - 1.3. Identificar as competências adquiridas pelos menores ao longo da sua institucionalização.
2. Compreender, através da análise do discurso dos atores representantes das instituições, a forma como a instituição insere a criança na sociedade.
  - 2.1. Apreender de que forma a instituição relaciona as crianças e os jovens com a família de origem;
  - 2.2. Observar as atividades que se estabelecem entre as crianças e jovens institucionalizados e a sociedade;
  - 2.3. Perceber se a instituição é a melhor solução para as crianças e jovens institucionalizados.

Ao focar a nossa análise na exclusão das crianças e jovens institucionalizados pretendemos perceber como é que as crianças e jovens que vivem em instituições são socializadas num local diferente da família, e assim esperamos compreender como é que elas são inseridas na instituição, e mais tarde como são inseridas na sociedade, isto é, quais são os

mecanismos que a instituição coloca ao dispor da criança e do jovem e como esses se inscrevem numa lógica de rutura com processos de exclusão social, isto é almejamos conseguir definir as principais funções da instituição e a forma como ela trabalha para integrar as crianças e os jovens.

Seguidamente enunciaremos os conceitos, dimensões, componentes e indicadores. Assim, o presente estudo incide sobre no desenvolvimento da criança em instituições de acolhimento, sem qualquer vínculo com a família de origem, tendo em conta o tempo que a criança está na instituição, qual o sentido que a criança dá à sua institucionalização, quais as competências que a criança adquire e qual o contexto da criança antes e durante a sua institucionalização. Ou seja, a percepção do conceito de desenvolvimento da criança deve ser definido à luz de duas dimensões: a instituição, uma vez que são menores institucionalizados, e a família, isto porque a criança não está vinculada à família de origem que a abandonou ou a coloca em risco (a família não é capaz de garantir as suas necessidades, segurança, saúde, educação, entre outras); sendo que devemos destacar as seguintes componentes: tempo, sentido, competências e contexto.

O desenvolvimento humano implica a avaliação do bem-estar dos indivíduos em diversos níveis da vida, como por exemplo a sua segurança e os seus direitos e forma como a sociedade ajuda as pessoas a obter um padrão de vida estável. Para as Nações Unidas (2010), “As pessoas a verdadeira riqueza de uma nação.” (Nações Unidas, 2010: 12). Assim, podemos definir o desenvolvimento como “... um processo de alargamento das escolhas das pessoas.” (Nações Unidas, 2010: 12), não esquecendo a sua liberdade, no entanto, o desenvolvimento humano envolve também a produção e distribuição dos bens, que são fundamentais para garantir as necessidades básicas das pessoas.

O desenvolvimento humano é medido através do Índice de Desenvolvimento Humano, que engloba três dimensões: saúde, educação e rendimento, mas é a última dimensão que envolve maior preocupação por parte dos chefes de Estado, uma vez que assistimos a um aumento dos problemas financeiros dos países desenvolvidos e dos países em via de desenvolvimento. Na década de 90, as Nações Unidas começaram a dar especial interesse a outras problemáticas, nomeadamente “... as necessidades básicas, (...) concentração de atenções nas crianças e (...) com a fome e a justiça social...” (Nações Unidas, 2010: 16); no que respeita à dimensão educação desenvolveram-se campanhas de combate à analfabetização. Assim, podemos dizer que este conceito tem em vista proporcionar um mundo melhor “... paz, a segurança, de desenvolvimento e erradicação da pobreza, de protecção ambiental e de direitos humanos, democracia e boa administração, com base num

conjunto de valores fundamentais que incluía a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza e a responsabilidade partilhada.” (Nações Unidas, 2010: 17).

Bronfenbrenner defende que o desenvolvimento humano “... é o produto da interacção do organismo humano em desenvolvimento com o seu ambiente...” (Bronfenbrenner, 1987: 35), isto é o indivíduo desenvolve-se tendo em conta o seu ambiente, sendo que pode haver um desenvolvimento bem-sucedido, quando o indivíduo é independente, criativo e está inserido na sociedade, mas quando o desenvolvimento é mal sucedido, o indivíduo está dependente de terceiros, não conseguindo interagir e estabelecer relações sociais.

A definição de desenvolvimento humano é fulcral para perceber o desenvolvimento das crianças, logo quando o analisamos o primeiro ponto que devemos ter em conta é o ambiente no qual ela vive, pois este vai influenciar de forma positiva ou negativa a evolução do menor. Desta forma, a criança deve estar inserida num ambiente de segurança física, proteção, saúde, as suas necessidades básicas devem ser garantidas e deve relacionar-se socialmente, mas se a criança encontrar fatores de risco no ambiente, como a ausência de um ou de ambos os progenitores, más condições de habitabilidade, baixo rendimento familiar, baixa escolaridade dos pais e um grande elevado número de irmãos, a criança encontra-se num ambiente que pode ser prejudicial para o seu desenvolvimento.

Desta forma não podemos confundir o conceito de desenvolvimento com o conceito de crescimento, o primeiro caso diz respeito “... aumento de complexidade do comportamento da criança.”<sup>2</sup>, devendo ser acompanhado pela família biológica, professores e médicos, enquanto “... o crescimento é o aumento de tamanho das estruturas...”<sup>3</sup>, ou seja, quando estudamos o desenvolvimento infantil, não devemos ter apenas em conta o seu desenvolvimento motor, mas também o seu desenvolvimento cognitivo (linguagem), emocional, comportamental, pois a sua estabilidade emocional vai influenciar o seu crescimento físico e mental; porém estes conceitos são interdependentes, uma vez que o desenvolvimento vai depender do crescimento da criança.

Erik Erikson em 1956 definiu oito estágios do desenvolvimento emocional e social de crianças e adolescentes, o primeiro diz respeito à confiança versus desconfiança, nos dois primeiros anos de vida a criança desenvolve confiança em relação ao seu cuidador; o segundo, autonomia versus dúvida e vergonha, que pode ir até aos quatro anos, a criança tem confiança

---

<sup>2</sup> Disponível em: [www < URL: http://www.alert-online.com/pt/medical-guide/desenvolvimento-problemas-de-desenvolvimento-a-importancia-de-uma-intervencao-precoce](http://www.alert-online.com/pt/medical-guide/desenvolvimento-problemas-de-desenvolvimento-a-importancia-de-uma-intervencao-precoce)

<sup>3</sup> Disponível em: [www < URL: http://www.alert-online.com/pt/medical-guide/desenvolvimento-problemas-de-desenvolvimento-a-importancia-de-uma-intervencao-precoce](http://www.alert-online.com/pt/medical-guide/desenvolvimento-problemas-de-desenvolvimento-a-importancia-de-uma-intervencao-precoce)

em si própria; o terceiro, iniciativa versus culpa, depois da pré-escola, a criança consegue imaginar, interagir, ajudar os outros e liderar, mas se há culpa a criança tem medo, não interage com os outros e é dependente do cuidador; o quarto estágio, indústria versus inferioridade, na escola a criança socializa com os outros, segue as regras, mas sente inferioridade, desconfiando do futuro e não se integra na escola; o quinto, identidade versus difusão ou confusão de papéis, o adolescente é independente e vive diferentes papéis, antecipando os acontecimentos; o sexto estágio, aprender a intimidade versus isolamento; o sétimo estágio generatividade versus estagnação, quando adulto casa, é pai ou mãe e ocupa uma profissão; o oitavo estágio, integridade versus desespero, no primeiro caso houve um bom desenvolvimento social e emocional, mas no segundo caso não ocorreu desenvolvimento. Assim, o autor define que a socialização é um processo de aprendizagem que vai desde a infância até à idade adulta, enquanto criança a pessoa era egocêntrica, mas o ao longo do processo de desenvolvimento transforma-se num adulto criativo, sensível e independente.

Para o desenvolvimento da criança é essencial que haja uma interação com os pais, isto é a criança deve compreender as emoções, para que possa ser possível inserir-se socialmente, interpretando e tendo em consideração os desejos dos outros; ter capacidade de regular as suas emoções, e ainda possuir empatia “... capacidade que a pessoa tem de entender a situação emocional do outro e de emitir respostas relacionadas com os sentimentos dessa pessoa...” (López; Vesgas, 2009:792). Estas três características são essenciais para o desenvolvimento social da criança, para que seja possível seguir os comportamentos e regras da sociedade, e seja inserida nela.

No caso particular do desenvolvimento da criança em contexto de institucionalização, as crianças são levadas para instituições de acolhimento quando os seus cuidadores não garantem as suas necessidades básicas, sendo da responsabilidade das instituições proteger e oferecer às crianças o que a família de origem não consegue, pois têm a “... função assistencial...” (Pereira, 2008:74). Assim, mesmo estando a criança é privada da família e inserida num ambiente estranho, a instituição coloca ao dispor dos menores mecanismos que ajudam no desenvolvimento da criança.

Como podemos observar na Teoria da Instituição de Evering Goffman, a instituição pode ser entendida como um local onde vivem indivíduos que não estão inseridos na sociedade, quer seja por livre escolha (convento) ou porque são obrigados (prisões e manicómios); são espaços que retiram a individualidade aos sujeitos, isto é a pessoa é desprovida dos objetos pessoais, segue horários e rotinas que são estendidas a todas as

peças que lá estão. As instituições que acolhem as crianças não estão totalmente desprovidas destas características, uma vez que a criança segue rotinas e horários uniformizados, mesmas as atividades de lazer são comuns a todas as crianças; no entanto estas instituições têm como objetivo proteger a criança, garantir o seu bem-estar e fornecer-lhe um conjunto de necessidades que a família de origem não é capaz de fazer, para que assim seja possível a criança ter um desenvolvimento bem-sucedido. Pereira (2008) afirma que a instituição é “... um ambiente a partir do qual os seus residentes cumprem uma variedade de actividades, funções e interações num ambiente com potencial desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afecto.” (Pereira, 2008: 78).

Uma outra dimensão importante é a família, que pode ser definida como um conjunto de pessoas que vivem numa relação duradoura, no mesmo espaço físico e social, com tipos de relações interpessoais específicas, pautados pela afetividade, onde os pais (pai-mãe) educam, cuidam e protegem os mais desprotegidos, os filhos e os idosos, por isso é o elemento fundamental para o desenvolvimento da criança, isto porque acompanha o seu desenvolvimento e crescimento desde que ela nasce, sendo ela que desempenha a função de socialização primária, com isto quer dizer-se que cabe aos cuidadores da criança ensinar-lhe os comportamentos, crenças, regras que estão em vigor na sociedade onde ela deve ser integrada. Ao longo do seu desenvolvimento, a criança estabelece um vínculo mais forte com um dos membros da família, normalmente com a mãe, pois é ela que se encontra mais próxima do menor, este vínculo será fundamental para que a criança no futuro possa estabelecer relações sociais, e desta forma se insira socialmente; assim, a vinculação é a “... ligação afectiva persistente que se forma entre a criança e uma pessoa singular, unindo-as através do tempo e espaço.” (Pereira, 2008: 33).

No entanto, quando a mãe ou o cuidador se ausenta e abandona a criança, o seu lugar deve ser ocupado por uma figura de vinculação, que irá suprimir todas as necessidades do menor e colocá-la num ambiente favorável ao seu desenvolvimento. Logo, quando a criança está desvinculada, o seu desenvolvimento é comprometido, pois se não é protegida, cuidada e socializada, ela não vai conseguir adaptar-se e integrar-se na sociedade da qual deve fazer parte.

Podemos então referir que a análise do desenvolvimento das crianças deve ser feita à luz da dimensão instituição, uma vez que o estudo incide sobre as crianças que vivem em instituições de acolhimento; e ainda da dimensão família, mais propriamente tendo em conta o facto dos menores estarem desvinculados da família de origem, ou seja, pretendemos perceber

até que ponto é que a rutura com a família influencia o desenvolvimento da criança e a sua consequente inserção social.

Deste modo devemos ter em conta quatro dimensões, que se encontram subdivididas em indicadores essenciais para prosseguir à recolha dos dados. Em primeiro lugar, o contexto, onde pretendemos enunciar as razões da institucionalização, qual a rotina que as crianças vivem na instituição, ou seja, como é o ambiente na instituição, e de que forma é que a instituição colmata o lugar da família de origem; em segundo lugar, o tempo, onde incluímos o tempo de institucionalização, a forma como o tempo de institucionalização influencia as relações sociais, bem como a relação com a família de origem; em terceiro lugar, o sentido, sendo importante perceber quais são as representações que a criança tem da sua ida para uma instituição de acolhimento, bem como quais são as suas expectativas e como é que a instituição as coloca em prática no projeto de vida de cada menor; e por fim, as competências, que englobam a socialização da criança na instituição (em muitos casos existe uma ressocialização) e quais as atividades que os menores realizam na instituição e com a comunidade, importantes para o seu desenvolvimento e futura inserção social e no mercado de trabalho.

O quadro analítico acima explicado é fulcral para perceber como é que as crianças que vivem em instituições de acolhimento são inseridas na sociedade e como é que elas estabelecem vínculos com os técnicos, funcionários e as outras crianças; não esquecendo o tempo que elas vivem neste ambiente, quais as razões que as levaram para lá, como é que elas veem a sua situação e a sua separação da família de origem, qual a sua rotina diária e de que forma é que as atividades que elas desenvolvem as ajudam a inserir-se socialmente, com base sua opinião e expectativas futuras, a instituição deve desenvolver um projeto de vida, que será fundamental para que o menor seja integrado na sociedade.

Em seguida, podemos observar o esquema analítico do nosso estudo:

*Um lar, uma família: a voz das instituições que acolhem crianças e jovens*

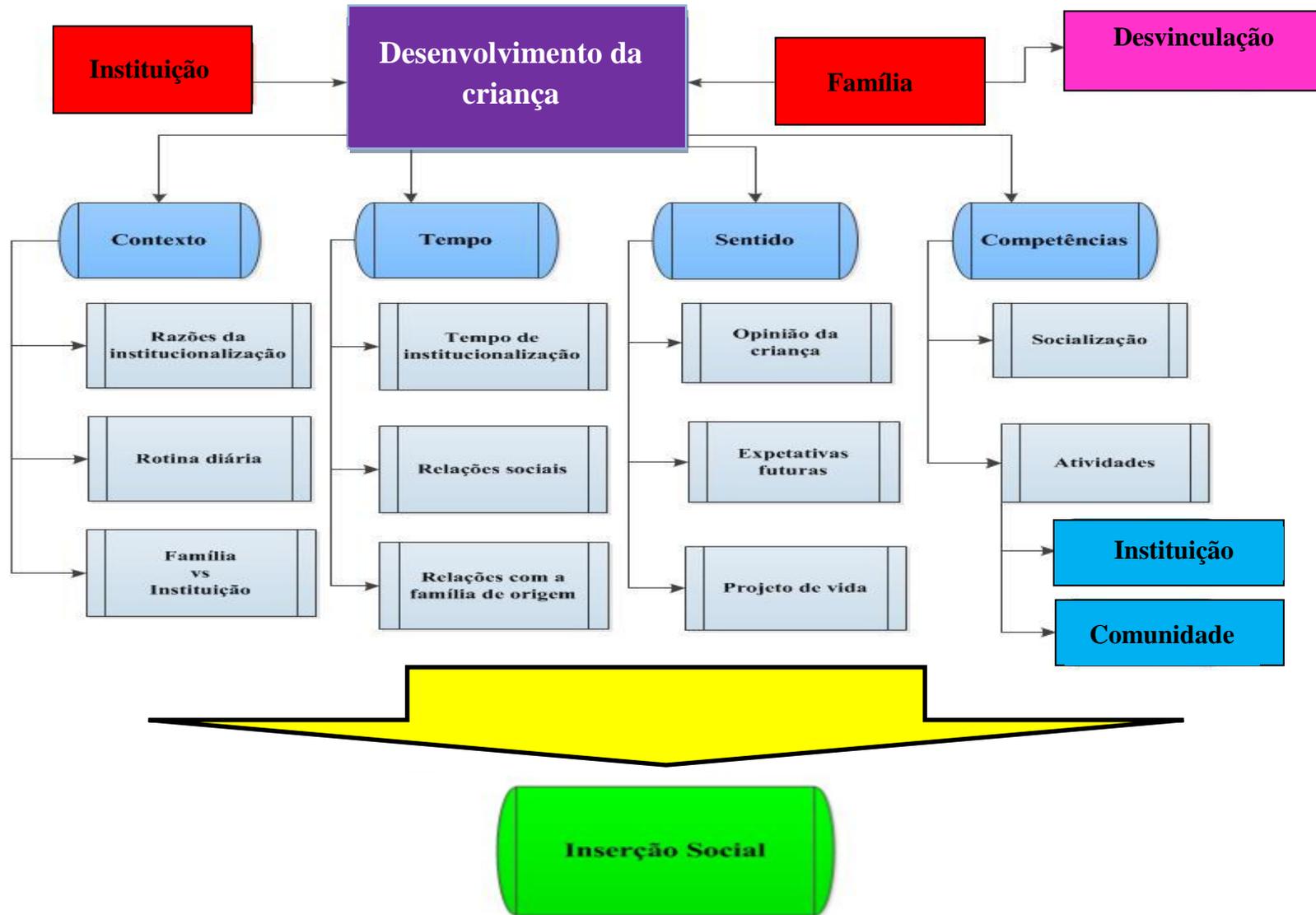


Figura 1- Esquema do modelo de análise.

### **Capítulo 3. Metodologia**

“A ciência é uma representação, intelectualmente construída, da realidade...” (Silva; Pinto, 2005: 11), uma explicação dos fenómenos e dos problemas, que são passíveis de resolver.

No decorrer do presente capítulo iremos explicar as nossas opções metodológicas, deste modo, o capítulo está subdividido em quatro secções: *roteiros de investigação no contexto de instituição de acolhimento de menores*, onde nos focaremos nas alternativas disponíveis e quais as vias que seguimos, os constrangimentos do objeto e quais as opções metodológicas; *estratégias de aproximação ao objeto: a análise de discurso*, no qual incluímos as técnicas que utilizamos, bem como a explicação da sua escolha; *aspectos operacionais da pesquisa: potencialidades e desafios*, que abarca o desenvolvimento do trabalho de campo, isto é, os aspetos positivos e negativos, o que mudávamos se iniciássemos o estudo agora e ainda algumas pistas metodológicas futuras; por fim dedicamos a secção as *Instituições de Acolhimento: Aldeia SOS e Casa do Vale*, à história, missão e objetivos da instituição em análise.

#### **3.1. Roteiros de investigação no contexto de instituições de acolhimento de menores**

Ao longo desta secção teceremos algumas considerações acerca das alternativas disponíveis, dos constrangimentos do objeto e quais as opções metodológicas escolhidas.

A temática sobre a institucionalização de crianças e jovens abandonadas e em risco é bastante variada, contando com uma série de pontos importantes para analisar; contudo a nossa investigação apenas se vai focar em determinados aspetos, na medida em que o tempo não nos permite abranger todo o tipo de informação possível de abarcar. Assim sendo descartamos algumas alternativas disponíveis, que não foram passíveis de analisar, das quais podemos destacar o papel da escola no quotidiano destes menores, optamos por nos focar no fator família, de forma a perceber o papel da família no quotidiano destas crianças e jovens; a visão e opinião dos próprios menores seria fundamental neste estudo, mas por razões que explicaremos posteriormente optamos por perceber o tema na ótica dos técnicos das instituições; uma outra alternativa seria verificar a diferença entre os diferentes tipos de instituições (centros de acolhimento temporário, lares de infância e juventude, unidades de emergência, apartamentos de autonomização, centros de apoio à vida, lares residenciais, comunidade terapêutica, comunidade de inserção e lares de apoio), com vista a perceber quais

os objetivos e serviços que estas dispõem; e ainda poderíamos compreender as várias diferenças e estudar as respostas dadas pelo Estado português à situação destes menores, mais precisamente a institucionalização, a adoção e as famílias de acolhimento.

A escolha do tema em análise desde o início que suscitou alguma reserva decorrente de alguns constrangimentos do objeto empírico, na medida em que o nosso estudo envolve crianças e jovens, que são por si só uma categoria social frágil, alienado ao facto de viverem fora do seu contexto familiar, torna-os uma população-alvo difícil de conseguir contactar.

Quando analisamos temáticas que envolvem crianças e jovens é extremamente complicado conseguir uma entrevista, uma vez que o processo de acesso a menores é demasiado burocrático, pois envolve a autorização dos pais. No caso do nosso objeto de estudo, o acesso aos menores torna-se ainda mais complexo, pois o processo revela-se ainda mais burocrático, isto porque os pedidos de autorização têm de ser enviados para uma série de órgãos, devendo ser efetuado com bastante antecedência. Esta série de dificuldades levou-nos a descartar de imediato a possibilidade de envolver as crianças e jovens no nosso estudo, apesar de um dos objetivos iniciais ser definir as trajetórias de vida de menores institucionalizados, mas foi colocado de parte, pois era impossível contactar com eles.

Um dos outros entraves do nosso objeto está relacionado com o facto da nossa presença se manifestar um fator de destabilização na rotina das instituições de acolhimento, ou seja, a ideia inicial desta dissertação seria estagiar numa instituição de acolhimento para que pudesse haver um contato mais profundo com os menores e técnicos, para que no fundo assistíssemos ao quotidiano de uma instituição; contudo, este objetivo tornou-se ainda mais complicado de realizar, na medida em que seria mais um técnico envolvido na rotina dos menores e estes últimos teriam de vivenciar novamente os seus problemas, o que poderia gerar ainda mais confusão na vida destas crianças e jovens.

Como está evidenciado nos pontos anteriores existe uma elevada carga emocional exigida aos menores, uma vez que têm que retomar os problemas, que em muitos casos querem esquecer ou então casos que eles próprios não percebem as razões por estarem institucionalizados; muitos são ainda os menores que têm graves problemas de adaptação e que não desejam comunicar, sendo-lhes mesmo difícil expressar as suas emoções aos técnicos das instituições com quem contactam diariamente.

Como último constrangimento podemos identificar o fechamento das instituições de acolhimento e a sua tardia resposta aos nossos pedidos. Assim sendo, após a pesquisa acerca das principais teorias e conceitos sobre o objeto empírico, começamos a delinear a organização do trabalho de campo, por isso contactamos várias instituições. Este foi o

momento da investigação mais complexo, uma vez que as instituições de acolhimento de crianças e jovens mostraram-se bastante céticas a aceitar a nossa entrada e incursão no campo, foi um processo bastante burocrático, pois estas instituições trabalham com crianças e a sua segurança e privacidade são a prioridade para estes estabelecimentos. Desta forma, durante os meses de Novembro-Janeiro foram realizados diversos telefonemas e enviados *e-mails* para que fosse possível encontrar instituições disponíveis para a nossa investigação, sendo que as únicas que colaboraram foram a Casa do Vale e a Aldeia SOS, no entanto o contato com as crianças e jovens era impossível, por isso o estudo foi reformulado para ir de encontro com os nossos objetivos e com as condições impostas pelas instituições, ou seja, existiu uma conjugação, para que os nossos objetivos fossem cumpridos, mas sem interferir e agitar o quotidiano destes menores. Assim sendo, optamos por realizar entrevistas semi-diretivas aos técnicos das instituições.

Os estudos sociológicos têm como base três tipos de metodologias possíveis: o método quantitativo ou extensivo, o método qualitativo ou intensivo, e ainda o método misto, onde o investigador cruza as práticas quantitativas com as práticas qualitativas. Todavia, a nossa investigação é assente no paradigma qualitativo, uma vez que o seu carácter interpretativo dá-nos acesso aos significados atribuídos pelos atores às suas ações bem como a sua opinião acerca do tema em análise; por outro lado, segue um modelo indutivo “... o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas...” (Creswell, 2007:35), pois têm em conta as experiências do indivíduo, bem como o significado delas para o indivíduo; e por fim, é um modelo descritivo, ou seja, existe uma descrição detalhada e pormenorizada do objeto.

Em suma, nesta investigação utilizamos o paradigma qualitativo, pois pretendemos estudar a integração social dos indivíduos e “... a pesquisa qualitativa preocupa-se com frequência com processos sociais.” (Moreira, 1994:94); e ainda pretendemos estudar as relações que se estabelecem nas instituições e na sociedade, até porque para Flick (2005) a investigação qualitativa baseia-se no estudo das relações sociais; sem esquecer que os estudos qualitativos estão assentes nos testemunhos dos atores sociais envolvidos, neste caso particular focamo-nos nos pontos de vistas que os técnicos das instituições de acolhimento têm acerca dos mecanismos colocados ao dispor dos menores acolhidos para a sua futura inclusão social.

### **3.2. Estratégias de aproximação ao objeto: a análise de discurso**

A presente investigação incide sobre a análise dos discursos dos representantes das instituições, de forma a perceber como as instituições de acolhimento inserem os menores na sociedade, isto é o nosso objetivo é, através da análise dos discursos dos técnicos, identificar os mecanismos colocados à disposição das crianças e dos jovens, para que estes não sejam excluídos da comunidade envolvente. Assim sendo, é fundamental compreender as principais características de análise de discurso na Sociologia, na medida em que os discursos são importantes “... para completar reflexões a cerca da relação entre linguagem e sociedade e analisar problemas sociais discursivamente...” (Caldeira, 2012: 1) e posteriormente para fazer uma análise da realidade social.

A análise de discursos tem vindo a ocupar um lugar importante nas abordagens das ciências sociais, tornando-a interdisciplinar e heterogênea, mas as diferentes ciências têm diferentes definições, origens teóricas e diferentes aspetos metodológicos, ou seja, o tratamento dos discursos difere de ciência para ciência. Podemos então afirmar que “Análise de discurso é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos...” (Bauer; Gaskell, 2003: 244), no entanto têm em comum o facto de não entender a linguagem como uma simples forma de descrever a realidade, na medida em que fazem um estudo profundo do discurso do indivíduo, identificando no discurso os problemas dos indivíduos em determinados contextos sociais e uma forma de solucionar esses mesmos problemas, identificando os mecanismos necessários; assim sendo para Azevedo (1998), todas as ciências sociais defendem que a análise do discurso é uma forma “... não transparente e não neutral para descrever e analisar o mundo social...” (Azevedo, 1998: 107), pois o investigador deve interpretar pormenorizadamente o discurso.

A Antropologia como ciência semiótica foca-se no estudo dos discursos, uma vez que cada sociedade e cultura têm a sua própria linguagem, até porque os indivíduos relacionam-se através de sistemas de comunicação. Deste modo, a comunicabilidade é o elemento fundamental de todas as relações sociais, sendo que esta visa a transmissão simbólica de troca de mensagens e essenciais para a compreensão da realidade social. A semiológica central, conceito que deriva da semiótica social, refere-se ao “...sistema de oposições em que ele [termo] está inserido...” (Bauer; Gaskell, 2003: 246), isto é o sentido que o indivíduo dá a uma palavra não está na relação entre o significante e o significado, mas sim nas oposições.

Quando analisamos o discurso dos indivíduos devemos ter em conta três aspetos importantes. Por um lado, ter em conta o discurso em si mesmo, que se refere “... a todas as formas de fala e textos (...) é apresentado como material de entrevistas, ou textos escritos de

todo o tipo.” (Bauer; Gaskell, 2003: 247). Por outro lado, a linguagem é construída e ao mesmo tempo construtora, ou seja, o discurso é construído, mas também constrói a realidade; assim para Azevedo (1998), o carácter construtivista da linguagem diz respeito à forma como cada atividade simbólica utiliza os seus recursos culturais para que os outros compreendam. Por fim, o discurso deve ser encarado também como uma ação, uma vez que é uma prática social resultante de determinadas relações de poder.

Outra característica dos discursos é o seu carácter interpretativo, pois a mesma frase em contextos diferentes leva a significados diferentes, por isso quando analisamos os discursos devemos ter em conta a sua conjectura, a forma como o indivíduo fala e até mesmo a sua linguagem corporal, isto porque a forma como o indivíduo usa o discurso e os seus efeitos no interlocutor são relevantes, assim “Uma maneira de testar nossa análise de discurso é olhar para a maneira como os participantes envolvidos respondem...” (Bauer; Gaskell, 2003: 249).

A abordagem individualista também está presente na análise dos discursos, pois incide no discurso dos indivíduos e as estruturas linguísticas são essenciais para a compreensão dada ao sentido.

Para Rocha (2007) a análise dos discursos tem como ponto de partida determinados pontos-chave discursivos, ou seja, a informação mais relevante presente ao longo do texto, tornando-se então uma informação importante acerca da realidade social em estudo, uma vez que são produto da construção social da realidade.

A análise dos discursos propriamente dita deve ser feita após a transcrição minuciosa dos textos (entrevistas, artigos, etc), fazer uma leitura crítica do texto e depois analisar as regularidades existentes nas observações e afirmações, ou seja, “... procura por um padrão nos dados.” (Bauer; Gaskell, 2003: 254) criando hipóteses de trabalho “... sobre as funções de características específicas do discurso, e de testá-las frente aos dados.” (Bauer; Gaskell, 2003: 254), no fundo o que Bauer (2003) defende “... é identificar cada problema, e como o que é dito se constitui em uma solução.” (Bauer; Gaskell, 2003: 254).

O investigador deve ter especial atenção à linguagem utilizada, aos detalhes e como todo o discurso se desenvolve, se existe uma coerência, se os indivíduos mudam de opinião ao longo do discurso. Desta forma, o investigador tem que “... produzir leituras de textos e contextos que estão garantidas por uma atenção cuidadosa aos detalhes, e que emprestam coerência ao discurso em estudo.” (Bauer; Gaskell, 2003: 256).

Em suma, a investigação dos discursos dos indivíduos “... constrói, regula e controla o conhecimento, as relações sociais e as instituições...” (Azevedo, 1998:108) através da linguagem, tendo ainda como objetivo “... examinar as formas pelas quais as pessoas utilizam

activamente a linguagem na construção do significado da vida quotidiana.” (Azevedo, 1998:108).

No que respeita às técnicas utilizadas na investigação, a nossa escolha incidiu sobre as entrevistas semi-diretivas aos técnicos das instituições e ainda na análise documental, de forma a percebermos o contexto institucional em Portugal.

As entrevistas estabelecem uma interação entre o investigador e um ou mais interlocutores, e são definidas por como uma forma “... que permite ao observador participante confrontar a sua percepção do «significado» atribuído pelos sujeitos aos acontecimentos com aquela que os próprios sujeitos exprimem.” (Lessard- Hébert et al, 1990:160), são também entendidas como “... uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações...” (Quivy; Campenhout, 1998: 192), este método de recolha de dados pode ser de três tipos não diretiva, semi-directiva e diretiva. A investigação sociológica opta regularmente pelas entrevistas semi-diretivas, uma vez as questões são relativamente abertas e o entrevistado tem alguma liberdade de resposta, mas o entrevistador segue um guião, “... um esquema de entrevista (grelha de temas, por exemplo).” (Ghiglione; Matalon, 2005: 84), fundamental para posteriormente fazer uma análise temática.

No caso particular desta investigação foram realizadas oito entrevistas semi-diretivas<sup>4</sup>, a três técnicos da Casa do Vale e a cinco técnicos da Aldeia SOS, com o objetivo de entender qual o trabalho da instituição, nomeadamente quais os mecanismos que utiliza para inserir a criança e jovem na sociedade, qual o trabalho que desenvolve com a família de origem, qual o quotidiano das crianças. O número de entrevistas estipulado está relacionado com o número de técnicos existentes na instituição, isto é o número reduzido de técnicos não nos possibilitou realizar mais entrevistas; no que respeita à diferença, esta está ligada ao facto da Aldeia SOS empregar mais técnicos que a Casa do Vale, até porque o número de residentes é maior, o que envolve uma equipa mais alargada; e ainda não podemos esquecer que existe uma saturação, ou seja, novos dados não trazem informações novas que sustentem a continuação de recolha de dados.

As entrevistas realizaram-se entre os meses Fevereiro, Março e Abril, foram gravadas e têm a duração média de 45 minutos (a mais longa tem 01:10:22 e mais curta 00:18:19). Os locais escolhidos pelos entrevistados são de dois tipos: gabinetes e salas de convívio, no primeiro caso os gabinetes dos técnicos são locais sossegados e com pouco ruído, e no

---

<sup>4</sup> Ver Anexo 1, p.108; Anexo 2, p.110.

segundo caso as salas de convívio das instituições que apesar de terem algum ruído, deu oportunidade ao entrevistador de observar uma pequena parte da instituição e a forma como as instituições tornam as suas salas o mais familiares possível, dando aos edifícios um toque mais pessoal e tornando-os o mais acolhedores. Ao longo das entrevistas foram registadas algumas interrupções por diversos fatores, nomeadamente o facto dos gabinetes serem partilhados por vários técnicos, por isso a chegada de um levava a que nos tivéssemos de deslocar para outro local; as entrevistas com o diretor e subdiretor foram interrompidas por alguns telefonemas, como órgãos máximos tinham de cuidar de alguns problemas que surgiram; e ainda a entrada de crianças e jovens que desejavam cumprimentar os técnicos após a sua chegada da escola.

A análise da entrevista deve ser realizada após a sua transcrição minuciosa da entrevista previamente gravada. No que concerne à própria análise da entrevista iremos utilizar a análise de conteúdo, o mais indicado para entrevistas semi-directivas, e que consiste na "... escolha dos termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, a «construção» do discurso e seu desenvolvimento são fontes de informações a partir dos quais o investigador tenta construir o conhecimento." (Quivy; Campenhoudt, 1998: 226), mais propriamente uma análise temática clássica para "... revelar as representações sociais ou os juízos dos locutores a partir de um exame de certos elementos constitutivos do discurso." (Quivy; Campenhoudt, 1998: 228), ou seja, existe uma redução gradual da informação, construindo-se paráfrases, afirmações sintéticas e identificam-se as palavras-chave do discurso do indivíduo.

As entrevistas realizadas foram analisadas à luz de duas grelhas de análise, uma grelha de conteúdo clássica<sup>5</sup>, onde estão discriminadas as dimensões presentes no modelo de análise e onde serão colocados os significados que os sujeitos dão às ações, e ainda uma coluna com os momentos em que ocorrem as explicações, de forma a perceber se os sujeitos fazem referência ao mesmo assunto, mas em momentos diferentes e se existe uma relação entre os significados; e uma grelha interpretativa<sup>6</sup>, onde destacamos as palavras mais significativas do discurso dos sujeitos. A execução destas duas grelhas é fundamental para a cientificidade da investigação, na medida em que uma análise detalhada dos discursos dos sujeitos dá-nos acesso a uma informação mais pormenorizada, percebemos como é que o sujeito concebe e organiza o seu discurso e podemos estabelecer uma relação entre as diferentes perguntas, perceber se o sujeito entra em discordância no seu discurso.

---

<sup>5</sup> Ver Anexo 3, p. 113.

<sup>6</sup> Ver Anexo 4, p. 116.

De forma a garantir o anonimato dos entrevistados, estes são identificados ao longo do capítulo de apresentação dos resultados por Entrevistado A, Entrevistado B, Entrevistado C, Entrevistado D, Entrevistado E, Entrevistado F, Entrevistado G e Entrevistado H.

A análise documental é outra técnica qualitativa de recolha de dados que implica uma pesquisa por parte do investigador de “... dados macrossociais, que apenas os organismos oficiais poderosos, como os institutos nacionais de estatística, têm condições de recolher.” (Quivy; Campenhoudt, 1998: 201), ou de “... documentos de forma textual provenientes de instituições e de organismos públicos e privados (leis, estatutos e regulamentos, atas, publicações...”(Quivy; Campenhoudt, 1998: 202), estes são essenciais para “... a análise de fenómenos macrossociais (...), demográficos, socioeconómicos...(..); mudanças sociais...”(Quivy; Campenhoudt, 1998: 203).

No caso particular da nossa investigação, a análise documental foi essencial para um breve contexto sobre a institucionalização em Portugal, de modo a perceber a população em análise, qual o seu tipo instituição vigente em Portugal, qual a o número de institucionalizados em Portugal e quantos homens e quantas mulheres.

### **3.3. Aspetos operacionais: potencialidades e desafios**

Na presente secção será apresentado do trabalho de campo, mais precisamente os aspetos positivos e negativos, pontos que mudaríamos no caso de começar a investigação agora e ainda pistas metodológicas para quem estiver interessado em aprofundar esta temática.

A elaboração do trabalho de campo foi marcada por aspetos positivos e outros aspetos mais negativos. Por um lado, deparamo-nos com grandes desafios, que depois de transpostos, são importantes para todo este processo: a dificuldade de encontrar instituições disponíveis, que foi um dos primeiros entraves para a passagem para o trabalho empírico; o facto das crianças não puderem entrar em contato connosco tornou-se um desafio, que nos levou a redesenhar a investigação; ao longo das entrevistas alguns dos técnicos tinham alguma relutância em falar e algumas das suas respostas são bastante curtas, o que nos leva a concluir que o guião deveria ser mais fechado; e ainda a falta de dados nacionais acerca da temática.

Por outro lado, podemos destacar os pontos positivos: abertura das instituições escolhidas, que se revelaram bastante acolhedores e disponíveis para colaborar e facilitar-nos o acesso a várias informações; esta investigação proporciona-nos uma visão dos técnicos que trabalham, cuidam e auxiliam crianças e jovens, aspeto que muitas vezes é esquecido pelas investigações relacionadas com a institucionalização; e ainda o facto das crianças serem

bastante acolhedores e desejarem conversar com o entrevistador, mesmo sendo ele um estranho.

Por fim, é importante destacar algumas vivências ao longo do trabalho de campo, nomeadamente a presença num aniversário de um dos residentes da Casa do Vale, onde se observou como é que os jovens interagem uns com outros, como interagem com os técnicos e como é que o jovem se relacionava com a família de origem que estava presente; e ainda enquanto esperava pelos entrevistados, o investigador teve a oportunidade de estar com os jovens da Casa do Vale, que queriam que ele entrasse nas brincadeiras, o que nos deu a oportunidade de perceber como são as dinâmicas entre os jovens e monitores.

No que respeita às mudanças que seriam operadas se a investigação se iniciasse agora, podemos destacar: uma participação das crianças e jovens na instituição, de forma a perceber o seu ponto de vista, onde poderia ser aplicado um inquérito, para que se pudesse compreender a sua opinião e como eles veem a sua institucionalização; procurar instituições que acolhessem crianças institucionalizadas desde a nascença, na medida em que seria importante entender como é que as instituições cuidam e desenvolve a inclusão social destes menores; e ainda seria importante incluir a visão das mães sociais, na Aldeia SOS, recolhendo testemunhos destas figuras de referência no quotidiano dos menores lá institucionalizados, nomeadamente qual o seu papel na vida deles, como optaram por aquele estilo de vida, entre outros pontos importantes.

Como podemos constatar ao longo das páginas anteriores são várias as temáticas e as opções que podemos escolher acerca deste objeto. Assim, no futuro é de fulcral importância continuar o estudo nesta área e aprofundar outras categorias de análise, das quais podemos destacar o trabalho realizado pela escola em parceria com as instituições de acolhimento; perceber como se desenvolvem os processos de adoção nas instituições em Portugal; compreender o crescimento das famílias de acolhimento e quais as suas vantagens em detrimento das instituições e da adoção; qual o estado de desenvolvimento das comunidades terapêuticas e das casas de correção no país; e apreender o trabalho das CPCJ's e da Igreja nas instituições de acolhimento.

Em suma, com base no modelo de análise desenhado e nos objetivos do estudo, a nossa investigação está assente no paradigma qualitativo, onde utilizamos técnicas como a análise documental e as entrevistas semi-diretivas essenciais para a análise dos discursos dos atores representantes das instituições para identificação dos elementos estruturantes da forma como representam, legitimam e normalizam a ação social no campo da inserção social das crianças e jovens institucionalizados.

### **3.4. As Instituições de Acolhimento: Aldeia SOS e Casa do Vale**

Na atualidade são inúmeras as instituições de acolhimento de crianças e jovens por todo o país, fundamentais para o desenvolvimento e proteção dos menores abandonados em risco, sendo que cada uma tem as suas particularidades, mas a sua função de ajudar os mais desfavorecidos é comum. Depois de uma pesquisa intensiva sobre as instituições de crianças e jovens na zona Metropolitana do Porto, a nossa análise incidirá na Casa do Vale e na Aldeia SOS, por isso é essencial perceber a sua origem, qual a sua missão e quais as suas funções.

A Casa do Vale foi fundada a 16 de fevereiro de 2004, no Vale de Campanhã, no Porto, com o objetivo de acolher 14 adolescentes do sexo masculino, entre os 12 e os 18 anos, que se encontram em perigo. Este centro de acolhimento faz parte da Crescerser- Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família e é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, cujo principal objetivo é proteger e defender os direitos das crianças e da família, procurando "... melhores respostas possíveis para ajudar a reconstruir afeto, sentimentos de autoestima, sentido de responsabilidade, confiança no outro e na vida, capacidade de projeção no futuro, esperança concretizada na efetivação de projetos de vida consentâneos com a dignidade e o direito à felicidade inerentes ao estatuto da criança como sujeito de direitos humanos e titular pleno da correspondente cidadania." <sup>7</sup>. Assim, a instituição deve contribuir para o desenvolvimento do jovem, tornando-o autónomo, responsável e solidário, bem como o ajudar a integrar-se socialmente.

Os Centros de Acolhimento desta Associação destinam-se a crianças e jovens em risco, desvinculados do seu meio familiar; a instituição deve conceber e desenvolver um projeto de vida para cada criança, estabelecendo uma relação entre a criança e a sua família de origem e a comunidade envolvente. Estes centros devem trabalhar com a família biológica, para que o regresso da criança seja possível, no entanto quando não o é, a criança é encaminhada para a adoção ou colocada num lar de infância e juventude, onde os menores são acompanhados de forma mais especializada.

Até ao momento já foram protegidas 800 crianças e jovens nestes centros, que posteriormente foram inseridas socialmente.

A Aldeia SOS é uma instituição internacional, fundada em 1949 na Áustria, com o intuito de ajudar no desenvolvimento da criança, até que esta se torne autónoma e independe, ou seja, que esteja inserida na sociedade, tendo como principal objetivo "... fortalecer as famílias vulneráveis, para que possam cuidar adequadamente de seus filhos, proteger as

---

<sup>7</sup>Disponível em: [www < URL: http://www.crescerser.org/index.php?conteudo=70](http://www.crescerser.org/index.php?conteudo=70)

crianças que foram privadas de cuidados parentais, proporcionando-lhes um ambiente familiar protetor para crescer, sentindo-se amadas e respeitadas, e acompanhar os jovens no seu desenvolvimento e independência.”<sup>8</sup>. Estes objetivos são conseguidos através da construção de um projeto de vida para cada criança e de um trabalho com a família biológica; no entanto, enquanto reside na instituição a criança é inserida numa família constituída por uma Mãe SOS e irmãos, que lhes transmite segurança e com os quais estabelece laços emocionais, respeitando-se a opinião que a criança tem sobre o seu futuro.

A instituição tem a particularidade de acolher crianças em risco, órfãs e abandonadas, construindo verdadeiras famílias, que englobam uma Mãe SOS, “... responsável por alimentar, cuidar e educar os menores, a quem as criança (...[e ainda são alguém com quem podem]...) compartilha das suas preocupações, deveres e alegrias.”<sup>9</sup>; e 6-8 crianças e jovens de ambos os sexos e que estabelecem um laço tão forte, que se tratam como irmãos, onde os mais velhos são o exemplo para os mais novos. Cada família vive numa casa, onde a mãe é a chefe de família e onde todos devem respeitar as regras e as rotinas estipuladas; e assim se forma a aldeia “... num ambiente de convívio e ajuda mútua, partilhando experiências.”<sup>10</sup>, tornando-se um meio importante para a integração social dos menores, na medida em que estabelecem uma série de atividades que estimulam a interação entre os menores e a sociedade.

Em Portugal, Associação das Aldeias de crianças SOS surgiu a 25 de Março de 1964, pela Dra. Maria do Céu para proteger as crianças desfavorecidas, e até à atualidade já existem três aldeias: Biecesse, em S. João do Estoril; Gulpilhares, em Vila Nova de Gaia; e na Guarda. No nosso caso particular, iremos cingir-nos à Aldeia SOS em Gulpilhares criada a 8 de Setembro de 1980, onde vivem 40 crianças e jovens entre os 4 e os 20 anos e 6 mães SOS; e é composta por “... 9 casas familiares, a casa do Diretor, a casa comunitária e administrativa, que inclui um salão (...) um parque infantil, um campo de futebol, uma piscina e um pomar.”<sup>11</sup>, existe ainda o lar autonomia para 7 jovens. Todas estas crianças participam em atividades da comunidade envolvente (cultura, desporto) e frequentam a escola, pois a sua formação é fundamental para o seu desenvolvimento social e pessoal.

---

<sup>8</sup>Disponível em: www < URL: <http://www.aldeias-sos.org/Conhece-nos/Pages/default.aspx>

<sup>9</sup> Disponível em: www < URL: <http://www.aldeias-sos.org/Conhece-nos/Pages/default.aspx>

<sup>10</sup> Disponível em: www < URL: <http://www.aldeias-sos.org/Conhece-nos/Pages/default.aspx>

<sup>11</sup> Disponível em: www < URL: <http://www.aldeias-sos.org/Conhece-nos/Pages/default.aspx>



## **Capítulo 4- Apresentação de resultados**

O presente capítulo destina-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos ao longo das oito entrevistas realizadas aos técnicos das instituições de acolhimento de crianças e jovens, Aldeia SOS e Casa do Vale, em confronto com o enquadramento teórico base da nossa investigação. Assim sendo, iremos responder à nossa pergunta de partida:

*Como é que os processos de inserção social das crianças e jovens institucionalizados são discursivamente representados pelos técnicos das instituições que as acolhem?*

Mas detalhadamente pretendemos responder às seguintes sub-questões:

- 1.1. *Que elementos de legitimação do papel das instituições são veiculados pelos discursos dos técnicos?*
- 1.2. *Como são representados os diferentes atores sociais que intervêm no processo de institucionalização (família, Estado, escola, instituições de acolhimento, técnicos)?*
- 1.3. *De que forma é que o quotidiano dos menores institucionalizados influencia a sua inserção social?*
- 1.4. *Como é que as crianças e os jovens vivem a sua institucionalização e que expectativas têm para o futuro?*
- 1.5. *De que modo é que as crianças e jovens são ressocializados?*
- 1.6. *Como é que a sociedade civil e o Estado podem interferir mais ativamente na vida destes menores?*

### **4.1. As instituições: principais características das instituições de acolhimento**

As instituições de acolhimento de crianças e jovens abandonados e em risco têm vindo a ocupar um lugar cada vez mais importante na sociedade, sendo alvo de investimentos por parte do Estado, assim ao longo deste subcapítulo pretendemos responder à seguinte questão *Que elementos de legitimação do papel das instituições são veiculados pelos discursos dos técnicos?*

A evolução ocorrida ao longo dos séculos no que diz respeito às razões da institucionalização resultou numa melhoria das respostas dadas pelas instituições, que se têm tornado menos fechadas e as suas preocupações estão mais ligadas ao desenvolvimento das crianças e dos jovens. Deste modo, a principal missão das instituições que estudamos, Aldeia SOS e Casa do Vale, é acolher, cuidar e proteger crianças e jovens, cuja segurança foi colocada em risco pelos seus familiares, assim o objetivo primordial é dotá-los de competências sociais e pessoais para que sejam integrados na sociedade.

*“Acolher as crianças que são retiradas das suas famílias (...) e fazer com que cresçam num ambiente (...) estável, mais tranquilo (...) adaptativo e prepará-las para (...) a vida ativa.”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

*“...ajudar as próprias famílias a estruturarem-se para que depois possam vir a acolher novamente os seus filhos (...) a intenção é dar a possibilidade a estas crianças de crescerem com tudo aquilo a que têm direito, seja a educação, sejam os cuidados de saúde, seja alimentação, o carinho (...) a principal missão da instituição é reabilitar (...) crianças...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

Assim sendo, na opinião dos técnicos das instituições, o papel principal destas entidades é servirem de retaguarda para estes menores, pois investem na formação escolar, com o intuito de facilitar o acesso ao mercado de trabalho; trabalham na sua pré-autonomia, preparando-os para o quotidiano; e ainda são a sua família, pois são figuras de referência, com os quais os menores estabelecem laços duradouros.

*“... é fundamental já que somos a família deles, como todas as crianças e jovens, a família é o mais importante para eles estarem inseridos na sociedade, nós aqui fazendo o papel de família temos esse papel fulcral (...) se calhar com mais possibilidades do que uma família dita normal, porque temos parcerias com empresas, com entidades que às vezes, com estágios escolares, acaba por ser mais benéficos...”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

*“o papel é muito importante, e acaba por ser central porque nós temos uma responsabilidade sobre eles, não é? E vamos orientando nesta integração (...) uma leitura ecológica da integração social, portanto, se a escola não trabalhar bem, o papel da instituição pode ser muito importante (...) é importante que haja uma boa vivência escolar, uma boa integração noutros contextos e se isto acontecer, nós aqui instituição vamos estando a orientar, temos uma responsabilidade até legal por cada um deles (...) mas o sucesso desta integração depende do modo como todas as outras instituições, vá lá em termos mais latos, funcionam bem com ele, interagem bem com cada um deles.”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

O número de residentes revela-se um aspeto que merece ser salientado, pois influencia a qualidade da intervenção. Ambas as instituições apostam num número reduzido de residentes, apesar da gestão do número de vagas ser feita em parceria com a segurança social. Por um lado, este aspeto revela-se bastante positivo porque permite à instituição desenvolver um trabalho assente na individualidade, onde os técnicos podem passar mais tempo com cada um dos menores; por outro lado, dedicam mais tempo ao trabalho com a família, fomentando as relações entre o menor acolhido a sua família, amigos e outras pessoas significativas; e, por fim, cria um ambiente o mais familiar possível.

A Aldeia SOS tem a capacidade de acolher 40 crianças e jovens, sendo que o número de vagas está quase sempre preenchido. Esta instituição tem a particularidade de dividir as suas crianças e jovens por pequenas unidades familiares chefiadas por uma mãe social, que cuida deles 24 horas por dia; assim, apesar de ser considerado um lar de infância e juventude, a instituição consegue criar um ambiente familiar e preocupar-se com a individualidade dos residentes. Já a Casa do Vale tem a capacidade de acolher 13 jovens.

*“39, são 19 rapazes e 20 raparigas (...) fez-se o acordo de cooperação com a segurança social para apenas 40, para se poder dar um acolhimento de qualidade (...) as casa têm 6, as mães às vezes já se vêm um bocado atrapalhadas porque são muitas crianças, então com 9 ainda era pior...”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

*“... o nosso acordo é de 13, portanto temos 13 jovens, dos 12 aos 18 (...) isto permite que haja uma ligação, para já com a instituição, que é forte (...) é mais fácil controlar (...) o ambiente é um pouco mais familiar, este familiar tem que levar muitas aspas...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

Todas as instituições têm critérios para efetivar o acolhimento de menores, existindo instituições que são responsáveis por determinado tipo de acolhimento.

O primeiro critério é o sexo da criança ou do jovem. No caso da Aldeia SOS, como instituição mista, acolhe rapazes e raparigas aspeto que se revela fundamental para o acolhimento de fratrias, ou seja, tem a especificidade de acolher grupos de irmãos, por isso é bastante procurada pela segurança social; ao passo que a Casa do Vale apenas acolhe rapazes entre os 12 e os 18 anos.

*“... nós acolhemos grupos de irmão, como somos uma instituição mista é possível os irmãos crescerem juntos, rapazes e raparigas...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

Segundo o que foi possível verificar nas entrevistas, os técnicos revelam a existência de critérios responsáveis pela rejeição do acolhimento de crianças e jovens.

A Aldeia SOS não acolhe crianças e jovens portadores com qualquer tipo de deficiência, seja ela mental ou física, uma vez que a instituição não está dotada de técnicos formados nestas áreas, nem foi edificada para crianças e jovens que tenham a sua mobilidade condicionada. Contudo, a Casa do Vale aceita jovens com pequenos problemas de foro mental, com alguns défices cognitivos.

*“...um dos critérios é que a criança não pode ser portadora de qualquer tipo de deficiência, porque nós não temos cá, por exemplo se for deficiente motor não temos, a instituição não está construída (...) para receber alguém com deficiência motora; se for uma deficiência mental também, as pessoas que cá trabalham, também não têm essa formação específica para trabalhar com essas crianças.”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

*“...miúdos com défices cognitivos acentuados, para além de problemas de comportamento, de perturbações de comportamento e de oposição...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

No que respeita aos critérios de rejeição da Casa do Vale podemos destacar a delinquência juvenil, isto é, a instituição não acolhe jovens delinquentes, pois o seu mau comportamento pode influenciar os outros residentes, não acolhendo também jovens com dependências, pois não existe na instituição um programa de intervenção terapêutica.

*“... existem alguns critérios que nos fazem não propriamente rejeitar A priori, até porque nós não podemos, em termos legais, (...) portanto há determinadas problemáticas que não se adequam tanto ao nosso modelo de intervenção, desde, nós não fazemos intervenção terapêutica (...) por exemplo têm dependências ao nível das toxicodependências muito grandes, não é lugar mais adequado, porque o tipo de intervenção que é necessária não é como esta que é uma casa de porta aberta, que eles saem de manhã e vêm ao fim do dia...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

Não podemos esquecer que a idade é aqui crucial no acolhimento, na medida em que quanto mais jovem for o menor mais fácil é a sua adaptação, por isso a Aldeia SOS acolhe prioritariamente crianças em idade jovem; já a Casa do Vale prioriza os jovens mais desprotegidos, pois necessitam de mais ajuda e acompanhamento.

Como nas famílias, as instituições de acolhimento procuram dar às crianças e jovens um ambiente o mais estruturado possível, traduzindo-se num espaço muito familiar assente em alguns pilares fundamentais que trazem estabilidade no quotidiano dos menores.

Os técnicos da Aldeia SOS apontam como principais pilares da instituição o lar/ casa, a base essencial de todas as famílias, onde as crianças se podem apropriar do espaço, têm o seu próprio quarto; a mãe social, que traz equilíbrio ao quotidiano dos menores; os irmãos, com os quais estabelecem fortes laços; e a comunidade envolvente, importante para a sua inserção social.

*“essencialmente a casa, que é o lar (...) quatro pilares que é: o lar, a mãe, os irmãos e a comunidade onde eles estão integrados...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

*“... temos que voltar a criar, a unir famílias, então criaram estes espaços assim, em que os pais tinham perdido os filhos e as crianças tinham perdido os pais eram juntos todos no mesmo espaço, porque todos eles precisam de ajuda, precisavam de ultrapassar perdas que tiveram ... ”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

Por sua vez, na Casa do Vale, os técnicos tentam criar um ambiente seguro e estruturado, pois os jovens que chegam à instituição têm relações de desconfiança com os outros, o local onde viviam era um espaço sem regras, e quando chegam à instituição são-lhes explicadas todas as regras, para que a sua integração seja o menos problemática possível.

*“... porque o ambiente é estruturado, procura-se que cada adulto saiba fazer o que tem para fazer (...) e grupo já vai cumprindo regras básicas, é assim, não se cumprem muitas regras, são adolescentes (...) isso é fatal como o destino, mas as coisas vão, existe uma normalidade na prática diária, a integração torna-se mais facilitada.”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“...tens aqui miúdos que se pretende que tenham um ambiente muito familiar, esta foi uma das primeiras instituições a ter um número reduzido de utentes são 13...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

Como verificamos ao longo da nossa pesquisa são várias as respostas do governo para a proteção de crianças e jovens em perigo, nomeadamente a adoção, as famílias de acolhimento, os lares de infância e juventude e os centros de acolhimento temporário; assim é do nosso interesse perceber, do ponto de vista dos técnicos, as principais diferenças entre os tipos de instituição, os quais podemos dividir em duas categorias: a família (famílias de acolhimento e adoção) e a instituição (Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento Temporário).

*“... a filosofia da nossa instituição é amor e um lar para cada criança (...) nós não somos aquele edifício grande e cinzento, com os corredores compridos e as camaratas (...) se faz mais sentido eles crescerem perto de uma família? Acho que sim, mas nós aqui conseguimos proporcionar-lhes isso...”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

*“para mim a única solução seria sempre a família de acolhimento, a adoção, é sempre a melhor solução (...) os lares de infância e juventude (...) supostamente destinam-se a crianças que não têm qualquer tipo de retaguarda, e aí, o trabalho será sempre de uma institucionalização a longo prazo, pelo menos durante a infância, até que haja uma autonomia...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

Na opinião de todos os técnicos, a resposta mais adequada para estes menores seria a adoção, uma vez que estas são verdadeiras famílias dispostas a trabalhar individualmente as crianças, onde os vínculos criados são mais fáceis de serem estabelecidos, na medida em que a criança é acompanhada por um pai e uma mãe que cuida e protege, dando atenção 24 horas por dia. Assim, podemos afirmar que existe uma conformidade ao modelo familiar tradicional e rejeição do contexto institucional.

*“...defendo sempre que a criança deve estar na família, independentemente se ela é a biológica, se é de acolhimento, adotiva (...) a instituição deve ser sempre o último recurso e por menos tempo possível...”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

Todavia, ainda existe um longo caminho a percorrer na adoção em Portugal, para além de ser um processo extremamente burocrático, em muitos casos tem a duração de vários anos, não existem muitas famílias predispostas a adotar, isto porque desejam crianças com determinadas características.

*“A adoção não é possível sempre, por várias razões (...) primeiro não há tantas famílias disponíveis quanto isso, porque as crianças para adotar não são todas pequeninas, bonitinhas, loiras...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

Assim, os técnicos que entrevistamos afirmam que a adoção de uma criança deve ser concretizada o mais cedo possível, para que esta se possa adaptar facilmente à sua nova família estruturada e para que o estabelecimento de laços e vínculos seja possível.

*“... depende (...) da fase desenvolvimental da criança, para já não há uma ponta ou outra, cada criança é uma criança, com as suas necessidades e especificidades e com as suas respostas, os seus projetos, agora quando elas são muito pequeninas, as crianças têm um timing muito próprio, rapidamente passam a fora*

*do prazo, a serem adotadas, que sejam o mais novas possíveis (...) para que possam criar vínculos (...) nas instituições raramente conseguimos construir vínculo, quer dizer nós fazemos, criamos aqui vínculos...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

No caso das famílias de acolhimento, estas também se preocupam com a individualidade das suas crianças e jovens, pois seguem também um modelo familiar, que é fundamental para a criação de laços e para a estabilidade emocional. Contudo, o número de famílias de acolhimento é ainda bastante diminuto, sendo necessário aumentar os investimentos neste tipo de respostas.

*“... a perspetiva de uma família de acolhimento está agora muito em voga e é uma perspetiva, porque permite a um miúdo que seja integrado num meio familiar, que também não será a sua própria família, mas é uma família e dar-lhe-á aqui um apoio muito mais individualizado que uma instituição com 13, 14 ou 25 miúdos lhe dará, mas não uma carteira muito grande de famílias de acolhimento em Portugal (...) as famílias de acolhimento, tem-se vindo a provar, quem estuda, há uns ganhos significativos na inserção destes miúdos, mas também é preciso haver aqui uma carteira de famílias predispostas a fazer este trabalho...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

Em Portugal existem vários tipos de instituições de acolhimento, mas a nossa investigação incide apenas em dois tipos: Lares de Infância e Juventude, Aldeia SOS, e os Centros de Acolhimento Temporário, Casa do Vale. Seguidamente iremos compreender a opinião que a sociedade tem sobre as instituições de acolhimento e identificar as principais diferenças, que os técnicos apontam, entre ambos os tipos, nomeadamente o número de acolhimentos, que influencia a qualidade da intervenção e o tempo despendido a cada menor.

A sociedade continua associar os Lares de Infância e Juventude às enormes instituições fechadas, grandes edifícios, onde não existe preocupação com a individualidade de cada menor.

*“... lar de infância e juventude, tinha à volta cerca de 120 acolhimentos (...) não deixava de ser um depósito, um depósito de crianças e (não havia tratamento especial) não podia, não podia...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“Que imagem é que têm dos miúdos, aquelas estruturas pesadas, que ainda as há, que ainda as há infelizmente e temos muitas instituições com 30, 40, 50 miúdos, ok? e a quantidade de instituições, enquanto as instituições privilegiam mais o número que a qualidade da intervenção, este tipo de intervenção é particularmente cara para o Estado, particularmente cara, mas poderá funcionar como um bom prognóstico, isto é temos um maior prognóstico, melhor prognóstico de intervenção individualizada...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

No entanto, as instituições atuais criam um ambiente mais familiar, preocupando-se com a individualidade e rompendo com as ideologias dos grandes orfanatos, as instituições totais definidas por Goffman (2003), caracterizados por espaços comuns (como as camaratas), onde os menores tinham um horário hiper-estruturado e não participavam na rotina e tarefas domésticas da instituição. Este era um quadro que dificultava a sua autonomia e a percepção da realidade fora da instituição; as relações com os funcionários e técnicos eram também vazias e bastante profissionais, no entanto, atualmente, os técnicos e funcionários estão bastante próximos dos menores, tornando-se figuras de referências para estes, sendo que em ambas as instituições estudadas, os ex-residentes têm o hábito de voltar à instituição para mostrar as suas novas famílias, isto só mostra como os vínculos construídos são fortes e como estes indivíduos contribuem para o desenvolvimento destas crianças e jovens.

*“...o facto de não termos camaratas grandes, onde crianças e jovens têm que partilhar um espaço que lhes é um pouco impessoal, pois não dá para decorarem o espaço à sua maneira (...) podem ajudar a fazer a ter algumas tarefas, a fazer o jantar, a pôr a mesa, a retirar a mesa, a arrumar a cozinha, tudo competências que eles têm que adquirir para a sua vida futura (...) a permanência das mesmas figuras também, por exemplo, na vida destas crianças é algo que é fundamental, claro que as mães sociais têm folgas e isso é complicado para eles perceberem, alguns estão muito apegados e custa-lhes a folga da mãe social (...) figura de referência, que é muito importante termos alguém que nos viu crescer e que nos e que nos vai dando algumas memórias e que nos vai dando uma imagem de nós próprios...”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

No que respeita aos lares de infância e juventude, estes são o último recurso para as crianças e jovens, na medida em que após todas as respostas terem falhado, os menores são colocados nestes edifícios, durante um grande período de tempo, até que à sua autonomia.

*“... a institucionalização é praticamente o último recurso, ou seja, uma pessoa que nos chega é porque todas as outras medidas falharam nomeadamente o acolhimento familiar, ou a colocação em meio familiar, a família biológica, a adoção, a autonomia de vida e no final é que aparece a institucionalização (...) o nosso modelo, é aquele que mais se aproxima do modelo dito familiar...”*

Entrevistado H, Aldeia SOS.

Já os Centros de Acolhimento Temporário, que ao longo dos últimos anos têm vindo a aumentar e a ser uma das principais respostas para os institucionalizados, têm como objetivo acolher e proteger o jovem, ao mesmo tempo em que trabalham com a sua família biológica para que o jovem possa regressar a esta.

*“... centros de acolhimento temporário é uma tipologia de intervenção diferente (...) a lei diz sempre que a primeira solução é o regresso à família e a intervenção em CAT é para que haja o regresso o mais cedo possível ao contexto familiar...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

A principal diferença entre este tipo de instituição e os lares de infância e juventude é que os centros respeitam mais a individualidade de cada um e criam um ambiente o mais familiar possível, para que seja possível a criação de laços e trabalhar com o menor, sendo visto como um espaço securizante, ou seja, um ambiente seguro, tranquilo e confortável, onde se desenvolvem um conjunto de atividades e rotinas, que permitem aos menores o seu desenvolvimento e uma preparação para sua autonomia.

*“...criar um espaço securizante (...) São uns miúdos que normalmente vêm com muitas fragilidades, com muitas inseguranças (...) o primeiro tempo é criar um espaço securizante, para que dentro da estrutura securizante eles possam ter o seu próprio crescimento...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

No caso da Aldeia SOS, apesar de ser considerado um Lar de Infância e Juventude cria um ambiente familiar, uma vez que é uma aldeia dividida em seis casas, sendo que cada uma tem uma mãe que cuida de seis crianças (no máximo), acolhendo num total de 39 crianças e jovens, sendo uma instituição que se preocupa com a individualidade de cada menor, criando verdadeiras famílias, com vínculos extremamente fortes.

*“... mas nós temos muito a perspetiva da família (...) o ideal para qualquer criança crescer num modelo familiar (...) é que os vai formar melhor para a vida, por isso mesmo este modelo institucional sempre defendeu um modelo mais familiar possível, claro que retrata um modelo monoparental, o que já de si não é mais usual, embora aconteça muitas vezes não é? E uma família grande com 7 crianças e jovens, portanto mas é muito idêntico ao modelo familiar exatamente pelos benefícios que tem esta convivência direta com o cuidador (...) com o qual eles vão crescer, queixando e a quem se podem reportar (...) trabalho em termo dos centros de acolhimento temporários para elas puderem ser adotadas mais cedo (...) mas grande parte das situações se calhar seria preferível terem ido para uma família de acolhimento ou mesmo para a adoção...”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

Por conseguinte, apesar da ausência de laços com a família biológica, os jovens estabelecem uma relação próxima com os técnicos das instituições, como podemos comprovar ao longo dos discursos dos técnicos existe uma defesa da qualidade institucional, pois os menores criam laços afetivos com os técnicos e funcionários, que mesmo não colmatando a

ausência dos familiares, são uma mais valia na sua vida. Até porque, quando os jovens deixam a instituição e constroem o seu agregado familiar, vão mantendo o contacto com a instituição.

*“... bom, essa ausência é impossível de colmatar na totalidade, por muito familiar que seja o nosso modelo, nunca é uma família, agora existe elo de ligação com a mãe, que é fundamental (...) os ex-utentes que já saíram daqui há 20 anos, que já têm família vêm aqui a casa da avó ao domingo. O elo de ligação com a mãe fica sempre, e assim, tentemos colmatar...”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

*“... fomos alguém que foi importante em determinada fase da sua vida e isto implica afeto...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

Em suma, podemos dividir as respostas de proteção de crianças e jovens em duas categorias: a família (adoção e famílias de acolhimento) e a instituição (Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento Temporário), onde a primeira se caracteriza por uma forte preocupação com a individualidade dos menores e na construção de um ambiente familiar estruturado; e a segunda caracteriza-se pelo acolhimento em instituição por um curto ou longo prazo, onde em muitos casos se consegue construir um ambiente familiar, apesar dos vínculos estabelecidos não serem tão fortes como numa família.

*“... a institucionalização é praticamente o último recurso (...) porque todas as outras medidas falharam nomeadamente o acolhimento familiar, ou a colocação em meio familiar, a família biológica, a adoção, a autonomia de vida (...) o nosso modelo, é aquele que mais se aproxima do modelo dito familiar...”*

Entrevistado H, Aldeia SOS.

Porém fica por abordar pelos técnicos os casos de insucesso e fugas nas instituições, pois podemos denotar que não existe um enfoque direto e profundo destes casos, ou seja, ficamos sem perceber se existem casos de inaptações ao ambiente, quais os principais motivos de insucesso e se existem casos de total rejeição.

*“...todas as fugas que nós aqui tivemos foram fugas nas primeiras 24 horas...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“...nós aqui não contabilizamos os casos, que não foram muitos, foram 9 acho eu de chegaram e foram logo embora nesse dia, por fuga, por recusa. Eu lembro-me de termos aqui um jovem, saiu a técnica, pediu para fazer uma chamada, telefonou para o gang e vieram cá de táxi buscá-lo...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

No decorrer da leitura deste subcapítulo podemos verificar que as instituições de acolhimento têm-se adaptado às transformações sociais e rompido com algumas características das instituições de Goffman, na medida em que estas valorizam o contacto com o exterior, enquanto nas instituições totais, a rutura com o exterior era um elemento chave na integração do menor nas grandes instituições de acolhimento; podemos também afirmar, que as instituições atuais preferem acolher um número reduzido de crianças e jovens, para que o trabalho individual seja possível, ao contrário dos antigos grandes orfanatos (instituições totais) que apostavam na grande quantidade de acolhimentos, desprovidos de relações com os funcionários, marcadas por um trabalho superficial com os menores; as relações com a família de origem são aqui fundamentais para o desenvolvimento dos menores e um ponto essencial, no entanto as visitas nos orfanatos eram bastante limitadas, pois poderiam ser prejudiciais. Todavia, ainda existem características das instituições totais que subsistem nos dias de hoje, nomeadamente os laços afetivos que se estabelecem, isto porque os técnicos não conseguem colmatar a ausência de vínculos com a família; e ainda a forte estigmatização que os menores são alvo.

#### **4.2. Uma família alargada: laços biológicos e afetivos**

O presente subcapítulo tem como objetivo perceber como é que o fator tempo influencia o quotidiano destes menores, mais detalhadamente é do nosso interesse entender como é que se processam as relações dos menores com as diferentes entidades durante a institucionalização, respondendo à seguinte sub-questão: *Como são representados os diferentes atores sociais que intervêm no processo de institucionalização (família, Estado, escola, instituições de acolhimento, técnicos)?*.

Quando estudamos a institucionalização de crianças e jovens é fulcral analisar o tempo médio que as crianças estão nas instituições. Tendo em conta o tipo de instituição que estudamos temos dois tipos de acolhimento, o acolhimento de longa duração (Aldeia SOS) e o acolhimento temporário (Casa do Vale), no entanto muitas destas crianças e jovens começam desde muito pequenas a residir em instituições, sendo a passagem de instituição em instituição inevitável, até que atinjam a autonomia de vida.

No caso da Aldeia SOS, os técnicos estimam que os menores estejam na instituição por um período de dez ou mais anos, dependendo muito do projeto de vida idealizado para a criança, isto é, se o objetivo é regresso à família ou a institucionalização até à maioridade.

*“... dez anos, se a criança entrar aos oito e sair aos dezoito (...) preparação para a autonomia de vida.”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

*“Tempo médio é aquilo, é consoante o projeto de vida, se, para reintegrar na família se calhar ficam aqui menos tempo, se for para autonomia de vida, já vão ficar aqui muito tempo, se for para adoção tentamos que já seja menor tempo possível, mas também depende das idades com eles chegam cá...”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

Já no Centro de Acolhimento Temporário, como é o exemplo da Casa do Vale, onde a média de permanência deveria ser de seis meses, os jovens acabam por ficar na instituição por um período mais longo, isto porque o período de seis meses revela-se um tempo bastante diminuto para a criação de laços entre os jovens e os técnicos, ou para trabalhar com a família, na medida em que é necessário efetivar uma permanência na instituição mais demorada, de forma a se identificar os problemas, procurar soluções e colocá-las em prática, até porque devemos desenvolver um trabalho meticoloso com a família para que a criança possa retornar ao seu agregado familiar e não regressar a uma instituição.

*“a última vez que essas contas foram feitas estava perto dos 4 anos...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“... 6 meses é o tempo mínimo que demora a construção de uma relação de confiança, para que se possa processar a mudança e a mudança dá-se dois passos para a frente, um passo para trás, um passo para o lado, um passo para o outro lado (...) cada caso é um caso, se é trabalhar a família, se é trabalhar o jovem para uma autonomização, é para trabalhar o jovem para aceitar a família que tem, demora muito tempo.”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

Quando identificamos a dimensão tempo foi do nosso interesse perceber como se estabeleciam as relações entre os menores e a sociedade durante a institucionalização, isto porque o estabelecimento de interações com a comunidade envolvente ao longo deste tempo é importante para o seu futuro e uma forma das instituições inserirem os seus residentes na sociedade. Assim sendo, podemos afirmar que a criação de relações sociais durante o período de institucionalização é um mecanismo forte que a instituição coloca ao dispor das crianças e jovens para a sua inserção social.

*“Saída da sua zona de conforto que é a sua casa, que é os seus amigos, o local onde mora e é integrado numa casa que é forçado a conviver num género de irmandade com outros jovens, com outros adultos...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

No momento em que chegam à instituição, os menores vivenciam uma situação de fragilização dos seus laços sociais, onde a falta de confiança é bastante notória, por isso o primeiro passo para que eles consigam relacionar-se com os indivíduos, é estabelecer relações de confiança com os técnicos e funcionários, sendo que no caso da Aldeia SOS, os menores estabelecem uma relação muito forte com a mãe social e com os padrinhos SOS, que são essenciais na sua vida, uma resposta que será analisada posteriormente.

*“... implica afeto que é crucial haver, nós não podemos ter relações higiénicas com os miúdos, anestesiadas, altamente profissionais, vazias de afeto, não... se nós queremos que estes miúdos aprendam a confiar (...) nós somos modelos, que aprendam a construir relações de afeto, então nós somos os modelos...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

*“... a própria figura de mãe social acaba por ser uma das figuras com as quais eles vão estabelecendo um laço, um vínculo afetivo maior e depois existem outras figuras, como por exemplo os padrinhos SOS, portanto pessoas que com o tempo vão constituindo-se como figuras importantes na vida destas crianças ...”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

Todavia, para os técnicos a principal forma de estabelecer relações sociais é colocar o menor num estabelecimento de ensino, por isso todos os residentes, de ambas as instituições, estão inscritos em escolas públicas, que para além de lhes proporcionar um futuro melhor, é também uma forma de estabelecerem amizades com crianças da mesma turma, mas que não se encontram institucionalizadas e ainda com os professores, que se tornam verdadeiros modelos para eles, existem mesmo casos de crianças que vão para casa dos professores, que se tornam figuras significativas nas suas vidas.

*“... a escola é aqui o fator principal (...) os vai preparar para uma profissão (...) tentar ao máximo proporcionar-lhes, situações de convívio com o exterior e também trabalho, para que sejam preparados...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

*“... neste momento nós temos 3 alunos numa escola e é um número muito grande naquilo que tem sido a prática dos últimos 6/7 anos, por norma um aluno numa escola, quando eu vim para aqui trabalhar há 8 anos (...) quase todos estavam na escola Nicolau Nasoni (...) depois estavam rotulados, o rótulo é uma coisa muito terrível e depois estes rótulos retroalimentam os grupos...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“... escolaridade, todas elas estudam em escolas públicas...”*

Entrevistado H, Aldeia SOS.

*“... e depois todos aqueles pormenores, como convidar os amiguinhos a vir cá a casa passar o sábado ou o aniversário, temos as portas abertas...”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

Um outro passo importante para fomentar o envolvimento com a comunidade passa por colocar os residentes em contacto com as atividades desenvolvidas pela comunidade, como é o caso das atividades desportivas ou da Igreja, que se revelam imprescindíveis para solidificar os laços sociais; e ainda manter uma relação próxima com os vizinhos.

*“... frequentam atividades, futebol, outros andam no coro, nas catequeses, todo esse trabalho é já para inseri-los...”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

*“Todos eles estão integrados por norma, numa atividade desportiva, não tem que ser, já tivemos um jovem em aulas de pintura, em aulas de guitarra...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“...integrar a comunidade, é a nossa vizinhança, saber viver bem com a vizinhança é uma coisa extremamente importante, não é? Saber estar bem e nós, nós profissionais que estamos aqui temos que saber dar o exemplo...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

Assim sendo, os técnicos identificam três formas fundamentais e primárias para que a criança e o jovem sejam inseridos na comunidade envolvente, ou seja, os menores devem começar por estabilizar as suas relações sociais com os técnicos, pois eles não estão habituados a ter laços fortes com os seus cuidadores; a ida para escola, por isso todos eles frequentam estabelecimentos de ensino públicos; e por fim envolve-los em atividades desenvolvidas pela comunidade, como por exemplo clubes de futebol, catequese ou clubes e ainda, sedimentar as relações com a vizinhança.

*“... o trabalho de integração é sempre um trabalho de parceria com a comunidade (...) o trabalho com as escolas, com os centro de formações, com clubes, por exemplo desportivos, com outras atividades e outros projetos, essa parceria é fundamental para ocorrer a integração efetiva desses miúdos.”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

A família tem o papel de cuidar e proteger os menores a seu cargo e como vimos as transformações nas sociedades trouxeram mudanças na família e no lugar que as crianças ocupam no seu seio, inclusivamente o Estado tem vindo a definir várias leis que promovem a

proteção dos mais jovens, que continuam a ser uma das categorias sociais mais frágeis das nossas sociedades. Deste modo, cabe à família garantir que todas as condições básicas estejam asseguradas, mas quando esta não consegue e coloca em perigo a segurança dos menores, estes são encaminhados para instituições que assumem esse papel, mas que na atualidade devem desenvolver um acompanhamento também às famílias, para que o retorno seja possível. Assim sendo, é fulcral analisar a relação que os menores têm com a família de origem durante o período de institucionalização, ou seja, a manutenção dos contatos com a família, que é devidamente trabalhada e ajudada.

*“temos que trabalhar isso, ou seja, nós temos uma tarefa ingrata, porque temos que formar homens e mulheres até aos 21 anos prontos para a vida ativa, nos dias de hoje se alguém está pronto para uma vida ativa aos 21 anos? é muito difícil, então temos que trabalhar muito a família, para o caso deles, quando eles saírem terem alguma retaguarda (...) tem que estar sempre no projeto de vida dos miúdos...”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

Apesar deste quadro familiar negativo, os técnicos das instituições afirmam que existem laços fortes entre as crianças e os seus cuidadores, mesmo que estes não se desenvolvam nas melhores condições, esta é a única realidade que eles conhecem, por isso existem casos onde o corte do contato com a família é difícil, uma vez que as crianças estão ligadas aos seus cuidadores, nestes casos a adoção e o acolhimento familiar processam-se com alguma dificuldade, porque as crianças têm uma relação forte com a sua família.

*“... as relações inter-familiares são muitas vezes muito fortes em termos afetivos (...) agora como dizia alguém: só o amor não basta (...) são as dinâmicas familiares, de forma a serem mais normativas (...) mais adequadas para o desenvolvimento da criança e do jovem e também para o desenvolvimento individual do pai e da mãe, porque o desenvolvimento não acaba quando acaba a adolescência, já há muitos anos que se diz isso é um processo contínuo e ajudar o jovem, se há dinâmicas para ajudar o jovem, não é para prejudicar os adultos (...) perceber, as dificuldades na família”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“Agora dizem, ok, aos 14 anos estes miúdos mantêm uma relação com os pais, que é uma relação (...) que não responde às necessidades deles, mas que é uma relação pautada por grande afetividade, faz sentido a adoção? Eles vão boicotar tudo, eles têm uma família, ok? se calhar é isso que faz sentido infelizmente...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

Muitos também são os casos onde corte nas relações se concretiza de forma radical, ou porque a família promete aspetos à criança que não pode concretizar ou porque a relação

traria um retrocesso no desenvolvimento já feito, ou ainda porque a família não procura estabelecer contato com os seus menores.

*“... a relação depende muito daquilo que a família de origem também pretende (...) tirando as exceções que o tribunal não permite esse contato por haver uma medida de adaptabilidade da criança (...) não pode haver qualquer contato, tem que ser vedado o contato com a família com a criança que vai ser adotada (...) a família pode fazer o contato semanal, mensal, quinzenal, depende muito daquilo que é benéfico para a criança e então nós vamos regulando ao longo do tempo, mas tentamos que este contato se vá mantendo (...) grande número em que a família não procura (...) estas famílias verbalizarem coisas que não devem, não terem noção das coisas que vão transmitindo às crianças, da perturbação que isto pode vir a provocar, muitas vezes percebemos que as visitas não são benéficas e tentamos espaçá-las mais...”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

O contato com a família é feito através de visitas, no caso da Aldeia SOS as crianças são visitadas pelos pais, quando estes podem ou querem; já no caso da Casa do Vale, a grande maioria dos jovens passa o fim de semana em casa dos pais, bem como as férias.

*“vão a casa, vão de fim-de-semana, vão aos feriados, vão parte das férias, podem ir à família nuclear, como podem ir à família mais alargada, podem ir para casa de pessoas significativas (...) nunca permitir que o afastamento leve ao desinvestimento e ao esquecimento, eles são parte de uma família (...) nós temos que encontrar outros vínculos, outras pessoas que possam ser amigas (...) o jovem também compreender a família que tem e aceitá-la como tal e autonomizar-se dela, isto é, aceitar como ela...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

*“... o período na família por norma é muito mais reduzido, por norma aos fins-de-semana ou a períodos de férias, quando esta existe...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

A instituição também desenvolve um trabalho próximo com a família, no caso da Casa do Vale, este trabalho é mais profundo e visível, pois o objetivo dos Centros de Acolhimento Temporário é o regresso a casa, por isso há um forte investimento neste campo; já a Aldeia SOS está a desenvolver um projeto intitulado: fortalecimento familiar, ou seja, ajudar as famílias de origem, mas este apenas está em vigor na Guarda, assim, os técnicos fazem mais um encaminhamento para os serviços que a família se deve dirigir, fazendo ainda um contacto semanalmente para se inteirar das suas melhorias.

*“... aquilo que nós fazemos é mais um trabalho de encaminhamento ...”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

*“... reabilitar esses laços afetivos, muitas vezes eles estão lá, não estão é colocados da forma adequada (...) não nos podemos esquecer que estes pais, por vezes, foram figuras maltratadas e reproduzem os modelos que tiveram (...) Nós incentivamos o fortalecimento das relações (...) Mas normalmente envolvemos os pais, cuidamos dos pais (...) conversas com pais, porque não são só pais, são figuras significativas, que têm uma relação de maior proximidade com jovem, em que fazemos uma reunião de dois em dois meses com as famílias ou elementos significativos, com o jovem, a avó (...) para trabalharmos com eles, para ajudá-los a partilhar experiências (...) não há receitas mágicas, antes de mais tem que haver um profundo respeito pelas famílias deles, são famílias muito apontadas com os dedos.”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

Deste modo, a instituição assume um papel fundamental na vida quotidiana destas famílias, desempenhando um papel de mediador entre a criança/jovem e a família; assim, as instituições têm que cuidar e proteger os menores, mas ao mesmo tempo fazer um trabalho, que é essencial, na família, para que esta mais tarde possa acolher os seus menores.

*“... tem um poder enorme sobre as decisões desta família (...) e se tu pensares que alguém tem a seu cargo o teu filho (...) és quem tem ao cargo todos os dias o filho (...) um papel muito importante e significativo na vida dessa dinâmica familiar (...) reintegração a nível familiar, porque a integração familiar deverá ser sempre o objetivo (...) retirada primeiro para estruturar o jovem e dar tempo à família para se estruturar, para que o mais rapidamente possível possa haver uma reunificação ...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

No decorrer da análise dos discursos dos técnicos podemos observar que a família biológica é um elemento de contradição e coerência, na medida em que apesar das famílias serem desestruturadas e não garantirem as necessidades dos menores, estas têm um elo com os menores, pois a sua principal expectativa é o regresso a casa, o seu local seguro. Está também assente o facto destes familiares serem julgados sem que a sua história de vida seja conhecida, e caímos muitas vezes no erro de os culpabilizar.

*“... famílias profundamente desorganizadas, desestruturadas, que não lhes conseguem impor limites...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

*“... antes de mais tem que haver um profundo respeito pelas famílias deles, são famílias muito apontadas com os dedos.”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

*“Estão a sair de contextos mesmo que não sejam muito positivos, são os contextos que eles conhecem, portanto existe uma segurança própria e vêm para contextos que não conhecem...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

### **4.3. Viver institucionalizado: razões e rotinas**

Quando a criança e jovem chega à instituição são muitas as novidades e alterações que se operam na sua vida, que muda drasticamente, logo esperamos compreender como é o seu quotidiano na instituição, respondendo à seguinte sub-questão *De que forma é que o quotidiano dos menores institucionalizados influencia a sua inserção social?*.

Como pudemos verificar no decorrer da nossa pesquisa, ao longo dos séculos a razão para o abandono e respetivo acolhimento dos menores tem vindo a sofrer alterações, fruto das mudanças sociais que se verificaram, nomeadamente as melhores condições de vida e apoios do Estado, mas o abandono é uma problemática permanente nas sociedades contemporâneas. Deste modo, destacamos como principais causas da institucionalização a desestruturação familiar e razões mais ligadas ao comportamento do próprio menor, que colocam em causa a sua segurança; estas rompem com as razões mais ligadas às malformações do bebé ou recusa dos pais em cuidar do menor porque este era fruto de relações extraconjugais.

Por um lado, nas razões ligadas à desestruturação familiar, podemos destacar os comportamentos dos cuidadores que são prejudiciais para o desenvolvimento das crianças e jovens, nomeadamente maus-tratos, negligência, abandono, falta de cuidados básicos e abusos sexuais; a par desta falta de cuidados parentais, estas famílias disfuncionais são também caracterizadas pela combinação de comportamentos desviantes, com relevância para o alcoolismo com um contexto de carências económicas, marcadas pelo desemprego.

*“Tudo o que tenha a ver com maus-tratos e falta de competências parentais (...) falta de cuidados básicos: escola, alimentação, saúde...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

*“... negligência, portanto grande parte das crianças e jovens não recebiam os cuidados primários vá os cuidados de higiene, não iam com frequência às consultas (...) não iam à escola assiduamente (...) muitas vezes as mães têm dificuldade em impor a sua autoridade e em conseguir gerir o comportamento (...) Há situações de consumo, de álcool principalmente, de drogas não podemos dizê-lo porque não é a maioria das situações ...”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

Em muitos casos assistimos a famílias monoparentais ou casos onde são as crianças que tomam conta dos pais, porque estes não têm condições psicológicas para cuidar dos seus filhos; casos ainda onde são os avós, tios ou familiares mais distantes que cuidam destas crianças abandonadas, mas quando as condições económicas se tornam bastante complicadas, os menores são encaminhados para casas de acolhimento.

*“... a determinada altura os pais destas crianças deixaram de saber ser pais, isso passa por tudo desde o abandono, desde os maus-tratos, desde a negligência, desde os problemas financeiros, passa por tudo.”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

*“vêm normalmente pelas piores razões que são sintomas de algo que está muito mal há muito tempo, normalmente vêm assinalados pela escola, porque faltam à escola e têm problemas na escola e portanto a família acha que o problema é o menino (...) vêm com famílias profundamente desorganizadas, desestruturadas, que não lhes conseguem impor definir limites (...) são miúdos que exercem uma certa parentificação, são os miúdos que tomam conta das famílias, das mães...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

Para Bowlby (1984), os cuidados parentais, bem como os laços afetivos criados na infância são fulcrais para o seu desenvolvimento pessoal e social; o autor ainda afirma que a vinculação estabelecida entre o bebé e a figura do cuidador (na maioria das vezes, a sua mãe) promove a segurança e a proteção necessária para o seu desenvolvimento. Contudo, quando os pais não asseguram as condições necessárias para o seu desenvolvimento, a culpa da institucionalização é direcionada para a família, mais precisamente, para a mãe, uma vez que o vínculo é muito mais forte, pois ela é a principal figura de referência do menor.

Todavia, quando analisamos os discursos dos técnicos denotamos que os pais se desresponsabilizam, colocando a culpa nos menores, este sentimento negativo irá dificultar a sua aceitação e adaptação, como iremos ver posteriormente.

*“São os pais, no fundo a família desorganizou-se, desestruturou-se, não vamos por aqui culpas, porque às vezes são famílias que lhes faltam algumas competências, falta-lhes muitas coisas, debatem-se com muitos problemas, mas a família desorganizou-se e quem sai penalizado na mesma lógica é o filho...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

*“... mãe ligou-me muito zangada a dizer: a comissão de proteção de menores vai-me retirar os outros filhos, por causa dele (...[menor institucionalizado]...), tive que desmontar isso, que ele era responsável por aquilo que fazia, mas que ela seria responsável pelo papel de mãe, e que se as crianças fossem retiradas, era com certeza porque ela tinha uma dificuldade nessa área (...) os pais desresponsabilizam-se e passam muito o ónus da institucionalização para os miúdos, e chegam cá com a certeza absoluta que não servem para nada e que são responsáveis pela institucionalização, o que não é verdade...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

*“... há algumas situações de abandono por parte da mãe do agregado familiar, portanto as mães também abandonam os filhos com outros familiares, com o pai, seja os avós (...) mas também há muitas vezes esta história familiar que se repete, famílias que já, portanto, mas que não têm competências parentais, porque*

*já de si tiveram mães, que elas próprias também não vivenciar esta experiência do que é ser, do que é ter aqueles cuidados todos de afeto, à escola, à alimentação, etc.”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

Estamos perante um quadro familiar desestruturado, mas regular na vida destes menores, onde as relações familiares são marcadas por processos de vinculação pobres; estes pais reproduzem os modelos com os quais cresceram, ou seja, assumem os mesmos comportamentos com os quais cresceram, como por exemplo consumo de álcool, maus-tratos, entre outros.

*“... práticas sociais destrutíveis (...): o alcoolismo, as dependências várias, depois o desemprego de longa duração, estas problemáticas vão gerando dificuldades na forma como estas crianças e jovens, nos contextos familiares vão sendo cuidados, e muitas vezes independentemente das questões do afeto, a família deixa de ter condições (...) há as questões do abandono, as questões da falta de, enfim, miúdos que estão entregues a si próprios, que não tem nenhum a estrutura, não têm regras, são jovens que estão em perigo...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“... muitas destas famílias vieram de ciclos muito parecidos com estes, são quase reproduções: os pais já foram institucionalizados, famílias muito pobres, muito carenciadas economicamente, que decide muita coisa, não decide tudo, mas decide muita coisa, muita pobreza académica, escolar...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

Como podemos ver nos excertos acima citados os pais reproduzem os papéis que lhes foram ensinados pelos seus pais, ou seja, os pais destas crianças tratam delas da forma como os seus pais cuidaram deles; estas famílias são também marcadas por uma falta de estrutura, pois os cuidadores não assumem os papéis esperados, existindo casos, onde são os menores a cuidar dos seus pais ou familiares adultos e as relações existentes são bastante pobres. Estes pontos remetem-nos para a Teoria da Estruturação de Giddens<sup>12</sup> e para a dicotomia *estrutura vs. agência*<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> As sociedades são compostas por uma estrutura social, da qual fazem parte as regras e os recursos que são colocados ao dispor dos indivíduos, sendo que esta estruturação social resulta de sistemas de interações entre os indivíduos, que por sua vez reproduzem a sociedade, ou seja, assumem o papel que a sociedade espera deles, seguindo os seus comportamentos, regras, entre outros.

<sup>13</sup> Os indivíduos nascem em estruturas pré-existentes, onde as relações e papéis sociais são já existentes, os indivíduos têm que se adaptar, pois estas são anteriores a eles. Assim, a estrutura de uma sociedade é a organização das partes; enquanto a agência, diz respeito às ações e escolhas realizadas por cada sujeito, tendo em conta a sociedade onde está inserido e os recursos que esta coloca à sua disposição.

Em suma, as estruturas são um fator de limitação ou de benefício dos projetos dos indivíduos, ou seja, a estrutura influencia o indivíduo, mas as escolhas dos indivíduos têm também o poder de transformar a sociedade no qual ele está inserido.

Os comportamentos de riscos que os próprios menores têm e que colocam a sua proteção e segurança em perigo são também causas que levam à institucionalização. Estes conceitos (risco e perigo) têm vindo a ocupar um lugar de destaque, pois são cada vez mais os menores que têm comportamentos delinquentes e a institucionalização é a única resposta, uma vez que os pais já não são capazes de colocar regras.

*“... não tem nenhum a estrutura, não têm regras, são jovens que estão em perigo, depois isto vai-se vendo na escola, como lhe disse, em comportamento delinquentes e pré-delinquentes, que se vão verificando...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

Como já foi referido anteriormente, muitos destes jovens estão entregues a si próprios, possuindo uma vida marcada por uma forte ausência de regras e graves problemas escolares, até porque faltam com bastante regularidade à escola. No entanto, não podemos esquecer que a escola é um agente fundamental na vida destes menores, pois é ela que se apercebe dos primeiros sinais de falta de estrutura na vida dos jovens, sendo a principal entidade a identificar os casos, reencaminhando para a Comissão de Proteção de Menores.

*“... absentismo escolar...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

*“... primeira entidade a despoletar o processo é na escola que começa haver os primeiros indícios, ou de maus-tratos ou da negligência ou até do absentismo escolar, que é aquilo que despoleta o processo.”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

Por fim, podemos afirmar que a primeira diferença entre ambas as instituições reside nas razões de institucionalização. Se por um lado, a Aldeia SOS acolhe crianças e jovens cujos pais não têm a capacidade para cuidar dos seus filhos, onde existem maus-tratos e negligência; por seu turno, a Casa do Vale acolhe jovens cuja família não os protegeu, mas também acolhe jovens que têm comportamentos de risco, sendo que em ambos os casos, esta negligência, disfuncionalidade e desestruturação coloca em causa o desenvolvimento da criança ou jovem. Assim sendo, as novas razões que levam à institucionalização das crianças distanciam-se das antigas razões, se num primeiro momento as crianças eram abandonadas e recolhidas porque as suas famílias não queriam cuidar dos seus menores; na atualidade, as razões que levam à institucionalização prendem-se com a negligência, maus-tratos, falta de cuidados parentais ou porque o jovem tem comportamentos de risco.

Estudar o contexto institucional onde estes menores vivem é essencial, deste modo descrever a sua rotina diária é fulcral para perceber como funciona a instituição e como é que os menores são envolvidos na sua dinâmica. Esta rotina tende a ser mais estruturada do que a vivenciada nas suas famílias, por isso os menores ficam relutantes na sua adaptação, pois estão num ambiente funcional e com regras, possuindo um horário, com atividades que têm de cumprir, este é um quadro bastante diferente do vivido em suas casas.

*“...nós temos um horário, que de partida é hiper-estruturado, isto faz muito sentido, porque nós recebemos aqui miúdos com uma falta de estrutura imensa (...) um ambiente hiper-estruturado vai ajudar-nos a ter segurança, e portanto há horário, há horário de levantar, há hora de tomar pequeno-almoço, hora disto (...) há um documento aí qualquer da casa que diz que o almoço é à uma hora, eu enfim, não me lembro da última vez que nós almoçamos às 13, porquê? Porque muitos vão almoçar na escola, depois há um que sai à 13:15...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

Como a maioria dos técnicos afirma é uma rotina dita normal, igual a qualquer criança e jovem que esteja no seio da sua família biológica. Ao longo dos discursos existe um constante acentuar na normalidade por referência a um modelo familiar dominante centrado na figura da mãe, com a diferença de que se trata de uma família monoparental, onde o espaço e objetos são partilhados por um maior número de irmãos.

*“... as rotinas são rotinas muito idênticas a qualquer outro lar ...”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

*“...rotinas destes jovens são iguais a qualquer umas outras, apenas partindo (...) nesta casa são 13 jovens, 13 jovens que são forçados a conviver como irmãos, e os irmãos também brigam, também dão cabeçadas e também se chateiam (...) são jovens que são forçosamente obrigados a partilhar muita coisas, é o que eu digo partilham as refeições, partilham quartos, partilham a máquina de lavar, partilham os dispositivos da casa, que são os computadores...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

O ponto essencial que marca a rotina destes menores é a escola, assumindo-se como um ponto fundamental para a sua integração social. Neste sentido, estar na escola e fazer os trabalhos escolares são atividades que ocupam grande parte do tempo da rotina diária dos nossos institucionalizados.

*“...de manhã acordam, a mãe a essa hora já está acordada, ajuda a preparar pequenos-almoços e os lanchinhos para ir para a escola (...) andam na escola normalmente, voltam estão aqui um bocadinho cá fora a*

*brincar uns com os outros, conversar sobre a escola,(...) depois de isso estar feito, se há testes ou não estudam um bocadinho (...) é perfeitamente normal, chegam, fazem os trabalhos de casa...”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

*“Vão para a escola (...) depois quando regressam da escola, eles por hábito almoçam todos na escola (...) depois vêm para o salão comunitário, ou para o gabinete dos educadores fazer os trabalhos de casa, ou seja, fazer as tarefas que têm para fazer, muitas vezes vêm para explicações, para ter algum apoio escolar junto de alguns voluntários que temos connosco...”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

Na rotina destes menores não poderia faltar espaço para atividades mais lúdicas, como fazer desporto, brincar; e ainda, atividades relacionadas com as tarefas domésticas, como arrumar o seu espaço ou colocar a mesa, uma forma de prepará-los para o futuro, mas fundamentalmente porque são aspetos que nas famílias estruturadas as crianças realizam, sendo então uma forma de criar um ambiente familiar estável e estruturado.

*“... brincam um bocado (...), estão a ver um bocadinho a ver televisão ou conversar ou a jogar...”*

Entrevistado H, Aldeia SOS.

*“... estão com os de casa a conversar ou cá fora, (...) depois é as normas normais, a partir das 7/ 7:30 é as horas que começam a recolher (...) é preciso por a mesa, é preciso preparar a mochila, já deixar a mochila, tem que estar tudo arrumado (...) e começar também a acalmar, começa a chegar a hora do jantar e depois de jantar vê um bocado televisão (...) os mais pequeninos, normalmente por volta das 9/9:30 já estão na cama, os mais velhos vão até às 10:30.”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

*“... têm as suas tarefas de pôr a mesa, ou todos têm uma escala em casa, que eles próprios fazem uns com os outros, claro que adaptado à idade de cada um, porque os mais pequenitos terão tarefas mais simples para desempenhar...”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

Deste modo, podemos verificar que os residentes da Aldeia SOS e da Casa do Vale têm rotinas normais idênticas a qualquer outro menor, no entanto seguem um horário mais estruturado, com regras que devem ser cumpridas, participando nas tarefas domésticas que envolvem a casa, de forma a criar um ambiente o mais familiar possível; não podemos esquecer que a escola é um pilar fundamental na vida dos menores para que o seu futuro esteja assegurado, por isso as instituições dão especial atenção à sua situação escolar, incentivando e ajudando nas tarefas escolares.

#### **4.4. Construção de um sonho: reações, projeto de vida e expectativas**

O desenvolvimento da criança no contexto institucional é marcado por grandes transformações na sua vida, mudanças estas que alteram por completo o seu comportamento, as suas relações, o seu estado emocional e o seu futuro, assim a opinião da criança e do jovem acerca da sua institucionalização é importante para perceber qual o sentido que elas dão a este processo, por isso a percepção da sua reação e da sua representação é fulcral para compreender o significado da institucionalização para eles, com o intuito de responder à pergunta *Como é que as crianças e os jovens vivem a sua institucionalização e que expectativas têm para o futuro?*. Deste modo, apesar de não ser possível conversar como os menores, na ótica dos técnicos as crianças e jovens atravessam várias fases, desde a revolta à aceitação, cabendo aos técnicos ajudar os menores a percebê-los e controlá-los.

*“... passam por várias fases, passam pela fase de deslumbrarem por um sítio novo, com uma casa nova, com pessoas novas e com pessoas da mesma idade não é? pela fase da revolta, de porquê que eu estou aqui, aqui não é a minha casa, eu quero a minha mãe e pela fase, pronto de aceitação, que é, não posso estar com os meus pais mas posso estar aqui e já é bom...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

Num primeiro momento, a grande maioria dos menores institucionalizados passa por uma fase de questionamento e revolta, pois não compreendem o porquê de serem retirados das suas famílias, e por isso durante um período de adaptação tentam boicotar as regras impostas pela instituição.

*“... reação mais frequente é a revolta, até porque aqueles que têm uma noção de que são institucionalizados, não estão a perceber porquê...”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

A sua reação não é homogénea, como as crianças são diferentes, também o seu modo de vivenciar a mesma situação é distinto, há crianças que reagem melhor à institucionalização por diversas razões: porque vivem em contexto institucional praticamente desde a sua nascença e por isso viver em mais uma é igual ou porque a realidade supera os seus pré-conceitos e acabam por gostar mais de estar na instituição, que lhes garante condições que os cuidadores não poderiam garantir. Assim após a sua chegada à instituição conseguem perceber que o quotidiano institucional é similar ao de uma família, onde existe uma preocupação com a sua segurança e com os seus desejos; o contrário do estereótipo de uma

instituição fechada, onde não se estabelecem relações próximas com os técnicos e funcionários.

*“... primeiro não estão à espera de encontrar de um espaço destes, nem este tipo de acolhimento nem, não vêm a contar que isto (...) há uma boa adaptação porque, ou seja, o que lhes falta a muitas delas é um conjunto de regras e de rotina, e eles aqui têm-nas, mas depois há toda a parte...”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

*“os miúdos vêm com os estereótipos da comunidade, portanto acham que vão para um colégio, que ficam fechados, que lhes vão bater, pronto que é pior que uma prisão, porque a prisão não é assim tão complicado para eles, porque têm muitos familiares na prisão, portanto é um meio em que eles já dominam e já controlam, não é assim tão assustador (...) entram desta porta para dentro ficam muito espantados, porque são recebidos de braços abertos (...), as pessoas se calhar pela primeira vez dão ouvidos sobre aquilo que gostam, aquilo querem, e a sua palavra pela primeira vez tem valor (...) e depois vêm-nos abraços e aos beijos e às zangas como numa família, que nos zangamos e tudo e acham estranho e depois os jovens entram em todo o lado, não há coisas estanhas...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

No entanto, segundo os técnicos, a maioria das reações é negativa, porque existe um distanciamento do seu espaço de segurança, ou seja, apesar da família não garantir o conforto necessário, os menores continuam a ter uma relação com ela, e com o espaço, que mesmo não sendo o ideal é o único que conhecem e a ida para uma instituição acarreta o convívio com pessoas que não conhecem num espaço que lhes é completamente distante, o que nos remete para sentimentos como o medo, receio, estranheza, angústia, ansiedade; para além de que entendem a sua institucionalização como um castigo, em muitos casos não por serem eles a cometer algo, mas um castigo para os seus pais por não conseguirem tomar conta deles, sendo eles a sofrer com os erros dos seus cuidadores. Contudo, com o passar do tempo eles vão desenvolvendo sentimentos de pertença ao grupo, mas sempre com o objetivo de regressar à família.

*“a reação mais frequente é o medo (...) receio (...) Estão a sair de contextos mesmo que não sejam muito positivos são onde, são os contextos que eles conhecem, portanto existe uma segurança própria e vêm para contextos que não conhecem, por norma, a reação é muito positiva, depois (...) de estarem por cá a presença foi sendo positiva...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“...e é um castigo, são eles que são penalizados, (...) há um conceito de castigo, vai sendo diluído há medida que se vai trabalhando com os jovens, há medida que eles vão ganhando aqui um sentimento de*

*pertença e vão-se relacionando e criando aqui relações significativas com as pessoas, mas isso é ao longo (...) quando temos um jovem que sai e gosta de voltar cá, dizer o que está a fazer, às vezes têm aqui os filhos e vêm aqui mostrar, vêm quase que dar aqui uma conta daquilo saudável, daquilo que está a acontecer na vida deles, e também mostrar-nos a nossa importância nesse processo ...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

Um fator importante na reação à institucionalização é a idade e se é a primeira institucionalização. Por um lado, quando as crianças são mais novas a adaptação e por consequência a sua reação é mais fácil, pois não têm muita noção do que se está a passar, não percebendo a falta de capacidade da família em cuidar deles, mas quando são jovens o processo é mais difícil, uma vez que os seus laços são mais sólidos. Por outro lado, o número de institucionalizações também afeta a sua reação, pois nos casos de repetição, os jovens já sabem o que lhes vai ser dado e o que devem esperar da instituição, ao passo que quando é a primeira vez existe medo e um sentimento de estranheza, porque vão com determinados estereótipos.

*“...geralmente os mais pequeninos adaptam-se mais facilmente, os mais velhinhos com 12/13/14 anos já é mais difícil...”*

Entrevistado H, Aldeia SOS.

*“...se for a primeira institucionalização é sempre um período de receio, de muita ansiedade e de perceber o que é que vai acontecer, porque ainda há, a maior parte dos miúdos não sabe o que é instituição, não fala casa, fala colégio é quase uma coisa remontada, até pelas vozes dos pais: olha que eu meto-te num colégio interno! (...) sensação de duvidar e de muita ansiedade...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

Estas situações envolvem uma série de sentimentos provocando uma ausência de reação, pois não conseguem lidar com o corte nas relações com os cuidadores, e ainda têm medo do que podem vir a encontrar nas instituições, porque apesar de terem acesso a cuidados que não teriam em casa, estão num espaço que lhes é completamente estranho.

*“... elas não demonstram geralmente uma reação (...) muitas vezes é raro nós ver, visualizar ou assistir a uma reação (...) surge é o sentimento de estranheza, mas porquê que eu estou aqui (...) revolta maior de inconformidade vá, com esta situação, porque depois defendem sempre a família e não conseguem fazer um pouco o luto desta situação, de conseguir perceber porque que estas coisas aconteceram, não conseguem perceber a realidade vivida pela família porque ela não aparece (...) reação de estranheza, o porquê que eu estou aqui, tava tudo bem, não consigo perceber porquê que eu vim para uma instituição...”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

Em suma, a reação que as crianças e jovens têm à sua institucionalização é bastante heterogénea, passando por diversas fases: o medo, porque não sabem o que vão encontrar, e a separação com o seu porto seguro chega a ser abrupta, uma vez que o corte dos laços tem que ser, em muitos casos, definitivo; seguido da revolta, questionando o porquê da família não ser capaz de cuidar deles; e por fim a aceitação, onde os menores começam a sentir-se parte da instituição e que este é o lugar, que os protege, mas sempre mantendo a expectativa de voltar para a família. De certa forma, acabam por sentir-se felizes, pois se não fosse a instituição de acolhimento não poderiam perspetivar um futuro, nem teriam acesso a determinados aspetos que são garantidos pelas instituições.

*“... eles sentem que têm sorte (...) a aldeia SOS proporciona algumas coisas, vai proporcionar algumas atividades e coisas que numa família, às vezes dita normal, não consegue...”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

A representação que os menores têm da instituição é relevante para perceber a forma como eles se inserem em contexto institucional e como veem a instituição que os acolhe. Na opinião dos técnicos, a maioria sente orgulho e gosta de estar na instituição, pois quando estão institucionalizados têm acesso a determinados bens, atividades e sentimentos que em casa não teriam; no caso particular destas duas instituições existe uma preocupação com a individualidade, ou seja, as atividades escolhidas, bem como a definição dos projetos de vida que são perspetivados tendo em conta os gostos, capacidades e características de cada criança e jovem. Assim, o principal sentimento positivo é o orgulho; e apesar de como vimos anteriormente haver um certo questionamento e dificuldade em se adaptar à nova casa, com todas as regras que acarreta, os menores acabam por desenvolver um forte sentimento de presença à instituição e ao grupo de residentes, criando-se verdadeiros laços, onde se tratam por irmãos, e no caso na Aldeia SOS a figura da mãe social que é um elo de ligação entre todos.

*“...gostam muito de dizer que são da aldeia SOS e a qualquer lado que vão têm orgulho em dizer que são da aldeia SOS e que estão cá a viver...”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

*“... vão conhecendo eles vão integrando e assumindo, desenvolvendo um sentimento de pertença à Casa do Vale, muitas vezes têm orgulho, só um ou dois é que não queriam dizer a ninguém, e nós respeitamos muito isso...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

*“... representação que eles têm é da casa deles, ao fim ao cabo, esta, portanto, acaba por ser a casa deles e ao longo do tempo (...) o local onde eles têm alguma estabilidade, e portanto eles referenciam a instituição como a casa deles e têm orgulho, têm orgulho na instituição, têm orgulho na aldeia SOS.”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

No entanto, a maioria dos residentes começa por sentir vergonha da instituição, os técnicos afirmam que existem casos de crianças que não querem que a comunidade saiba que eles vivem em instituições de acolhimento e por isso o facto de irem para a escola na carrinha da instituição lhes traz muita vergonha; assim, os técnicos procuram respeitar estes sentimentos e tentam ajudar a combatê-los, até porque estes sentimentos negativos vão evoluindo e com o tempo, eles acabam por se adaptar.

*“... existem momentos de uma certa vergonha: ah! Não quero que vejam a carrinha da instituição (...) antigamente havia aquele: eu sou o coitadinho da instituição, e agora não é que isso tenha mudado, porque as pessoas ainda facilitam muito devido a que eles estejam na instituição, mas pensam se calhar não têm tantos apoio, então vamos aqui nós apoiar...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

Deste modo, para os técnicos, a maioria dos jovens tem orgulho de estar na instituição, pois demonstra um sentimento de pertença, isto porque ambas as instituições desenvolvem uma dinâmica muito familiar, onde a sua opinião é levada em conta; este é um sentimento que vai sendo construído ao longo dos anos, porque a adaptação a esta nova vida acarreta uma série de mudanças, por isso é que uma das primeiras representações é a vergonha.

*“posso-lhe dizer que vestem a camisola, porque adoram estar cá, têm orgulho de estar na instituição, o que é muito positivo.”*

Entrevistado H, Aldeia SOS.

Atualmente as instituições de acolhimento desenvolvem um projeto de vida para cada criança e jovem, este envolve as atividades que o jovem participa, o percurso escolar ao longo dos anos, a história da relação com a família e ainda, o que o menor espera do seu futuro. Deste modo, os projetos de vida têm de ter em conta três saídas possíveis: a adoção, o regresso à família e a autonomia de vida; no caso da adoção, esta deve ocorrer o mais cedo possível, como já vimos anteriormente, quanto mais nova é a criança mais fácil é a sua adaptação à nova família e menos entraves vai colocar, pois a sua relação com a família biológica não é muito profunda; no caso do regresso à família de origem, deve haver um

trabalho paralelo com o menor e com a família, que deve se preparar e mudar para conseguir novamente a sua custódia; quando nenhuma destas soluções é possível e o menor vai ficar ao cuidado da instituição até à sua autonomia tem que haver um trabalho com o jovem para que este consiga sair da instituição e ter uma vida estável, sendo que nestes casos a retaguarda familiar é inexistente, os jovens veem-se muitas vezes sozinhos e com dificuldades, por isso as instituições ajudam-no e acabam por ser o pilar que eles não têm.

*“cada criança tem um projeto de vida (...) nós vamos definindo essencialmente três projetos de vida, que é a adoção, no caso de ser esta a opção mais viável; o regresso à família ou família alargada; e depois, por fim, a autonomia de vida, se nenhuma destas hipóteses foi possível até à data (...) projeto socioeducativo individual, para cada criança (...) onde definimos algumas atividades que cada criança vai frequentando para o seu desenvolvimento, tendo em conta das especificidades e as necessidades de cada criança...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

O trabalho com o projeto de vida é bastante individualizado e tem em conta a opinião da criança, da família e o que o técnico acha que é o melhor, com base nas capacidades do menor. Na primeira fase da construção do projeto de vida existe uma pesquisa minuciosa da família nuclear e alargada do menor, com o intuito de procurar algum familiar que reúna as capacidades necessárias para cuidar dele e para que a institucionalização seja a última solução; assim há uma pesquisa de todos os membros da família e amigos da família que tenham uma relação próxima com ele, mas se não houver ninguém que possa cuidar do menor num ambiente o mais familiar possível, ele é levado para a instituição. O técnico fica também responsável pelo trabalho com a família, ou seja, perceber o que a família precisa, o que ela tem que mudar, para que a criança possa regressar posteriormente, na opinião dos técnicos este deveria ser um aspeto mais trabalho, mas em muitos casos não há tempo para cuidar dos filhos e dos pais ao mesmo, por isso a Aldeia SOS acaba por fazer mais um trabalho de encaminhamento para os serviços.

*“... é individual e (...) temos que fazer uma muito boa análise do estado da família biológica, da retaguarda que está por detrás deles (...) tentar perceber as capacidades de cada um, as suas fraquezas e é a partir daí que vamos delineando, para onde é que vamos apostar, por onde é que vamos começar, reencaminhar (...) encontro daquilo que ele quer, para sentir motivado (...) não vamos estar a construir um castelo de areia gigante e no dia que eles saírem daqui para fora, na primeira onda vai tudo abaixo.”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

O projeto de vida é algo construído continuamente, mas que está em constante mudança, apesar de ser pensado no futuro do menor, muda consoante o seu percurso escolar, o seu desempenho nas atividades e as transformações na família, ou seja, o projeto pode ser desenvolvido com o objetivo de regresso a casa, mas se a família não responder às expectativas tem que haver uma reformulação.

*“...achamos que pode mudar e o que vai mudar, porque há possibilidade de mudar...”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

*“... projeto de vida é um processo muito contínuo (...) porque está em constante mudança e não é nada estanque (... )Portanto está mesmo sempre a ser construído, agora, lá está, portanto é atualizado constantemente, nós estamos constantemente a avaliar a família, a acrescentar informação ...”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

Toda a institucionalização está assente num trabalho em rede, que envolve instituição, Segurança Social, Tribunal, Comissão de Proteção de Menores, escola e família, todas são entidades que se preocupam com o desenvolvimento da criança e por isso estão em constante contato. O projeto de vida envolve um trabalho em rede entre estas entidades: as instituições têm um técnico de referência que faz a ponte entre as entidades e o menor, e ainda desenvolve o projeto tendo em conta o interesse e as expectativas de todos os intervenientes; a Segurança Social tem também um técnico do caso que avalia todo o trabalho, seja da instituição, seja da família; e ainda temos o caso da família que tem determinadas expectativas para o jovem, e a instituição que deve também ter em conta a sua opinião.

Todavia, a instituição não deve tomar decisões pelo menor, mas sim ser um mediador, isto é tendo em conta as expectativas do menor e as suas capacidades deve orientá-lo para o que ele deseja fazer.

*“...o projeto é definido (...) basicamente entre o técnico de referência, o monitor de referência, o jovem e a família, procura-se que haja aqui uma integração destes, porque a família tem expectativas, o jovem tem expectativas, às vezes são diferentes e nós a nossa expectativa é que as coisas corram bem (...) não pretendemos orientar (...) por duas razões muito simples: primeiro porque não temos nada a ganhar o que é que me interessa a mim se o tipo quer tirar um curso de jardinagem e eu enviá-lo para mecânica, quer dizer ele tem esse interesse muito bem, e depois porque esse tipo de orientação é empurrar, corre mal, o jovem é a figura central neste projeto de vida, agora o projeto de vida só formativo ...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“o projeto de vida tem haver com as expectativas dos jovens, com as limitações ou não que eles possam ter (...) depois tem que ir de encontro com as expectativas de vida do jovem (...) o projeto de vida tem que ser desenhado em consideração às expectativas dele, que é o regresso a casa e depois aquilo que como podemos orientá-lo...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

Assim sendo, este projeto envolve todas as dimensões da vida da criança e do jovem, desde a saúde até ao percurso escolar, trabalhando na sua autonomia ou no regresso à família, em parceria com outras entidades, o objetivo é tornar as expectativas do menor reais tendo em conta as suas capacidades. Contudo, nem todas as expectativas são exequíveis de serem aplicadas e os técnicos têm que desmontar esses ideais.

*“... trabalhamos várias dimensões: a escola, a instituição, a autonomia, a saúde, aquilo que for importante para aquele miúdo, naquele momento.”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

A definição do projeto de vida, como vimos, é assente nas expectativas futuras dos menores e para os técnicos este é dos maiores problemas, na medida em que grande parte das crianças e jovens não têm qualquer expectativa futura, em muitos casos porque não têm uma estrutura estável que os ajude a definir o que esperam do futuro, para além de que existe uma reprodução dos modelos que observam, ou seja, os pais não têm qualquer perspetiva futura, eles também não vão desenvolver essa capacidade.

*“...eu acho que o problema deles é falta de expectativas futuras ...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

Com base nas respostas dadas podemos distinguir três tipos de expectativas. Por um lado, os jovens acham que têm emprego acessível depois de cessarem o acolhimento, mesmo quando não têm cursos, deste modo as instituições têm como principal objetivo incentivar o desenvolvimento do percurso escolar dos menores; por outro lado, o regresso a casa, que é a resposta mais comum para o que desejam no futuro, mesmo quando as famílias não lhes asseguram todas as condições, os menores esperam sempre voltar ao seu espaço seguro; por fim, existe ainda a reprodução social, ou seja, os menores esperam seguir o futuro dos pais, sendo este negativo, nomeadamente viver do RSI.

*“...as perspectivas deles é que arranjam trabalho rápido e fácil (...) agora há miúdos que têm expectativas exequíveis e adequadas e há outros que têm a expectativa de serem astronautas e etc..”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

*“... de qualquer modo a expectativa mais presente aqui é o regresso a casa, é a primeira (...) quando se chega ao final do primeiro semestre (...) há aqui uma enfim uma desilusão (...) vai havendo aqui uma consciência do da forma como a família está, das necessidades da família, daquilo que se pode esperar da família (...) depois há uma série de expectativas mágicas (...) que têm que ser, que vão sendo desmontadas...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“... viver do RSI e ter uma casa da câmara (...) mas são miúdos que nunca ninguém lhes ensinou a construir o projeto de vida (...) não, e depois eles têm tanto medo de falhar, que boicotam antes de começar, para não terem a possibilidade de serem avaliados”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

Podemos assim afirmar que as expectativas das crianças e jovens institucionalizados estão bastante ligadas ao seu regresso a casa, à reprodução social e uma facilidade após a saída, o que nos mostra uma falta de conhecimento da realidade, no entanto as instituições e os seus técnicos tentam refazer estas ideias, insistindo para que os menores invistam no seu percurso escolar, pois é a única forma de garantirem um futuro e não seguirem os mesmos passos da família.

*“muitos deles não têm uma noção real do que se passa lá fora, apesar de nós insistirmos e de lhes explicarmos que as coisas não estão fáceis que têm que apostar no estudo, que têm que ser bem, bastante trabalhadores porque só assim vão conseguir atingir o sucesso, muitos deles não têm essa noção...”*

Entrevistado H, Aldeia SOS.

#### **4.5. Viagem do passado ao presente: as competências adquiridas na instituição**

Quando abordamos o desenvolvimento da criança é fulcral perceber quais as competências que ela vai adquirindo ao longo da sua vida, sendo a família e a escola, os principais responsáveis por dotar a criança de comportamentos, hábitos e regras aceites pela sociedade. No entanto, quando a criança é institucionalizada, todos estes aspetos têm que ser reensinados pelos técnicos, em muitos casos, os menores chegam à instituição sem qualquer tipo de regras, sendo importante respondermos à seguinte sub-questão *De que modo é que as crianças e jovens são ressocializados?*.

As instituições tentam não entrar em conflito com determinados hábitos, havendo uma filtragem dos seus comportamentos e rotinas, ou seja, os técnicos procuram dotá-los de

competências essenciais que eles não sabem; trabalhar nas competências que já têm ou procuram anular os maus hábitos.

*“...temos que contrariar esses hábitos, na medida do possível, mas também sem entrarem em conflito (...) no fundo nós sabemos que as crianças precisam de regras (...) acabam por se sentir bem com aquelas regras (...) que lhes estão a começar a ser impostas, o que não implica que muitas vezes questionem as regras, desafiem as regras (...) acho que tem mais a ver com a dificuldade não é tanto as regras, são mais os hábitos que elas trazem (...) e os novos hábitos que tem que adquirir...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

*“...tem que ser muito trabalhados, quais são aqueles que devem ficar e os que devem ser limpos, que devem ser anulados, e depois lá está, é individualizado (...) é com o dia-a-dia e é com as vivências, mesmo entre eles, eles limam estas arestas...”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

*“Depois há aqui as regras tem que nós chamamos aqui se calhar não de uma forma muito apurada mas a falta de regras, que é no fundo a falta de estrutura não é? Que por vezes é muito difícil esta integração, que passa pelo banho diário, por exemplo, isto às vezes é uma luta que ninguém imagina...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

As instituições têm a preocupação de facultar aos seus residentes novas experiências, estas tendem a ser diferentes daquilo que eles estão habituados a frequentar, muitas destas atividades não estão ao alcance daquilo que as famílias poderiam oferecer, assim têm acesso a novas competências, como idas a museus, cinema, concertos ou ver jogos de futebol.

*“...um dos grandes desafios que aqui se coloca é mostrar coisas novas é dá-lhes a mostrar coisas novas, até no âmbito das experiências culturais, por exemplo, nós vamos ao futebol, mas vamos ao teatro e procuramos ir ao cinema, levamos a exposições, é importante não é ressocializar ...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

Como já referimos anteriormente, muitos destes menores estão entregues a si próprios, por isso criam as suas próprias regras e hábitos, que em muitos casos não são os corretos, mas são uma forma de estruturarem as suas vidas, porque todos os seres humanos necessitam de regras para conseguir sobreviver. Este tipo de hábitos ou regras é o mais difícil de combater por parte da instituição, porque está fortemente enraizado no jovem.

*“é assim hábitos têm, regras já será outra questão, ora bem eles têm outros hábitos, agora esses hábitos geralmente são hábitos que eles próprios foram criando, não são hábitos que lhes foram impostos,*

*muitas vezes, foram hábitos de sobrevivência um pouco (...) curiosamente as crianças até se adaptam muito bem a este tipo de regra, às vezes oferecem resistência é claro (...) porque nós sabemos que todas as crianças querem regras, porque é uma forma de nós mostrar-mos que nos interessamos, que gostamos...”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

As instituições totais de Goffman assentam numa política bastante autoritária, onde a desobediência culmina em castigos e punições. As instituições analisadas tendem a romper com esta ideologia, no entanto quando os menores transgridem as regras existem castigos proporcionais às transgressões. Os técnicos da Casa do Vale optam por usar o termo consequência, em vez de castigo (que tem um cariz significativo mais pesado), o emprego deste conceito tem duas explicações: por um lado é uma forma deles se adaptarem à realidade, ou seja, na sua vida profissional futura existem consequências e não castigos; e por outro lado, as consequências são fruto das opções que tomam, nomeadamente se optarem por algo bom, têm uma consequência boa, mas se escolherem o negativo vão ter uma consequência negativa. Esta ideologia é colocada em prática da seguinte forma: o jovem pode sair da instituição segundo várias regras, os técnicos têm que saber com quem vão e têm uma hora estipulada para chegar a casa, se o jovem opta por chegar a casa depois da hora marcada, posteriormente ser-lhe-ão vedadas as saídas.

*“... nós dizemos que cá em casa não há castigos, não há de todo castigos, mas há consequências boas ou más, porque na sociedade nós temos consequências (...) somos nós que atribuímos, podemos ser injustos ou justos, quando nós dizemos que tens uma consequência, pode ser boa ou má, conforme o comportamento que escolhes estamos a passar a responsabilidade para o jovem, ele está a fazer uma escolha, ele sabe que o seu comportamento vai determinar uma consequência, positiva ou negativa, que não somos que escolhemos...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

Quando tentamos perceber como reagem as crianças e jovens a estas novas regras caímos numa certa contradição, na medida em que apesar de sabermos que as regras são essenciais e eles gostam, porque é uma forma do adulto mostrar que se preocupa com ele, a grande maioria contraria os novos hábitos e as novas regras, ou seja, existe resistência a regras simples, como comer com talheres ou ter de tomar banho.

*“... mas lá está com bastante resiliência da nossa parte vamos conseguindo , aos poucos incutir-lhes.”*

Entrevistado H, Aldeia SOS.

*“...é sempre uma perspetiva de reeducação (...) Porque já há um código educacional passado, seja da família, seja de instituição (...) há sempre um código educacional bom ou mau por trás (...) a mais normal é de*

*oposição (...) por norma a maioria deles foi por uma ausência de regras, uma desestruturação familiar (...) comportamento de satisfação, que é a regra ajuda-os a estruturar muito, e alguns têm bem essa noção porque precisava, gostam da regra, porque viveram sem regras e não gostavam (...) sentem falta disso..."*

Entrevistado F, Casa do Vale.

Como vimos durante a nossa pesquisa, a família é responsável pela socialização primária, especificamente por dotar o indivíduo de compreensão sobre os outros, perceber o que os outros esperam dele e ainda ajudá-lo a assumir o seu papel social. Assim, em contexto institucional, a socialização revela-se um processo longo e trabalhoso, uma vez que os técnicos têm que lutar contra as regras e hábitos já existentes e educá-los segundo o comportamento esperado em sociedade, tendo sempre em consideração a comunidade de onde a criança é oriunda, para que não haja um conflito e mais desestruturação na vida do menor.

*"... lá está nós não educamos, nós reeducamos e não é fácil, eles às vezes vêm com muitos vícios ou de linguagem ou já sem regras (...) E há castigos claro, adequados à asneira e adequados à idade (...) para eles é um bocado complicado ouvir num momento para o outro um não de um adulto, quando faziam aquilo e ouviam um sim..."*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

As atividades desenvolvidas pela instituição são fundamentais para os menores, pois são uma forma de adquirirem competências de uma forma positiva. Ambas as instituições são marcadas por uma vasta panóplia de atividades desenvolvidas em contexto institucional ou em parceria com a comunidade e com a escola; a variedade de atividades está ligada ao facto das instituições acolherem crianças e jovens com diferentes características, com diferentes idades, e no caso da Aldeia SOS de diferentes sexos, por isso a existência de várias atividades é uma mais-valia para os menores.

Em primeiro lugar é importante explicar que as principais atividades desenvolvidas pela instituição são realizadas no seu interior, podemos então destacar a existência de vários jogos sociais (cartas, bilhar, playstation); atividades mais ligadas às artes (música, dança, pintura); atividades desenvolvidas ao ar livre (praia, piscina, bicicleta), essenciais para que os jovens não se sintam presos e tenham mais liberdade; atividades mais ligadas à psicologia, para as ajudar a comunicar e a conhecer-se (dinâmicas de grupo e sessões de relaxamento); e ainda a ida a férias, quer seja com outras instituições ou no caso dos Piratas do Vale (uma forma dos residentes fazerem férias em contexto familiar).

*“...organizamos até durante as férias, a possibilidade deles irem a campos de férias com outros miúdos, não institucionalizados (...) trazer os colegas da escola cá uma vez por outra...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

*“...aqui dentro, nós temos playstation, matraquilhos, temos o bilhar, temos jogos de sociedade: jogos de cartas, monopólio, essas coisas todas, temos o campo de futebol lá em cima...”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

*“...à segunda-feira (...) eles têm o futebol aqui na casa (...) à terça-feira têm dinâmicas de grupo comigo (...) muito centradas em jogos (...) que se trabalha competências trabalho de equipa, de liderança, de ajuda a outro, pronto de comunicação, etc, onde se desenvolvem várias competências, mas que termina sempre com aquilo que eles mais gostam, que é sessões de relaxamento (...) à quarta-feira temos (...) jovem com vida, no fundo é o jovem que convida uma pessoa importante, duas pessoas importantes para vir, podem ser familiares, amigos e organizam o jantar, pode decorar as mesas, pode definir o menu, ajuda na confeção do menu e vai saber receber o outro (...) quinta-feira têm uma sessão de dinâmica de grupo, neste momento com dois programas, portanto é quinzenais, duas estruturas que vêm cá a casa dinamizar grupo com os miúdos, um ligado à SIDA e outro ligado ao desenvolvimento de competências sociais, é um grupo que se chama fios e desafios, e portanto quinzenalmente, interpelando, tão a trabalhar com os miúdos, e à sexta-feira como todos vão para casa, todos não, muitos vão para casa, é mais os monitores que estão mais com eles, é um momento de maior proximidade, muitas vezes vêm o filme e essas coisas e durante o fim-de-semana fazem atividades.”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

*“... organizamos uma colónia de férias que até se chama “Os piratas do Vale”, em que pegamos na carrinha e servimo-nos única e exclusivamente da carrinha, um mapa, um itinerário, campismo selvagem...”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

*“... eles gostam muito de atividades ao ar livre, porque não estão muito habituados a estar presos (...) portanto tudo o que tenha muito a ver com o exercício físico, a dança é qualquer coisa que consegue cativar grande parte deles, e que eu acho que é bastante terapêutico e esta expressão corporal é importante também.”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

As atividades realizadas em parceria com a escola são essenciais, mas praticamente inexistentes; apesar dos técnicos desenvolverem uma relação próxima com escola, esta tem vindo a diminuir o número de atividades, mas existem atividades como os clubes de inteligência, que apoiam os menores. Contudo, na opinião dos técnicos, a escola deveria desenvolver mais atividades e não acentuar a diferença entre as crianças institucionalizadas e as não institucionalizadas.

*“... clube da inteligência-emocional na escola ...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

*“...estão num projeto especial, que é a QPI (Qualificar para incluir) que é uma estrutura que dá apoio àquela turma, e que dá apoio extra-escola, em termos escolares, e são miúdos que precisam de um acompanhamento e de uma supervisão muito direta, mas normalmente optamos para cada um tenha o seu percurso, a sua escola, que não estejam na mesma escola, até para não se contaminarem...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

Por fim, as atividades desenvolvidas em parceria com a comunidade são fundamentais para a sua inserção social. A atividade que os menores mais gostam é o futebol, comum a todos, em ambas as instituições, mesmo as raparigas aderem com frequência à prática deste desporto; por outro lado, e mais os utentes da Aldeia SOS, estão bastante ligados às atividades da Igreja, nomeadamente a catequese, escuteiros ou coro; as instituições investem também em novas experiências, como já abordamos anteriormente, como fazerem teatro ou idas a atividades mais culturais; um outro tipo de atividades que os menores apreciam são as ajudas ao banco alimentar ou ajudar os sem-abrigo, pois são uma forma deles entrarem em contato com a realidade, ajudando pessoas que vivem em más condições.

*“...temos a catequese, os escuteiros (...) o coro também (...) isto são as atividades mais relacionadas com a paróquia (...) aulas de futebol ou aulas de dança, que também ajudam-nos a a integrar...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

*“... temos um grupo da associação Piaget, que vêm cá todas as semanas trabalhar com os mais velhos, trabalhar nas questões da sexualidade, da autonomia...”*

Entrevistado C, Aldeia SOS.

*“... as candeias é um grupo de jovens, que organiza uns acampamentos, vêm jovens de várias zonas do país, não vão todos, vão dois por cada faixa etária, de várias zonas do país durante uma semana criam uma dinâmica interna fantástica, um sentido de pertença, partilha, de jogos, com uma carga emocional muito forte...”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

#### **4.6. Integração social: responsabilidade civil de todos e de cada um**

Ao longo do seguinte subcapítulo pretendemos responder à seguinte sub-questão *Como é que a sociedade civil e o Estado podem interferir mais ativamente na vida destes menores?*, com o objetivo de perceber o que a sociedade e o Estado poderiam fazer para promover a inclusão social das crianças e jovens institucionalizados.

Nos últimos anos, a par das mudanças sociais ocorridas, as instituições que acolhem crianças e jovens têm-se adaptado às novas problemáticas e sofrido importantes

transformações que influenciam a proteção e o desenvolvimento dos menores. As instituições fechadas deram lugar a instituições mais abertas, no entanto continua-se a assimilar estes lares a instituições fechadas; assim achamos importante perceber porquê que continua a existir este estereótipo, os técnicos defendem que ambas as instituições são bastante abertas à comunidade, ponto importante para a inserção social, mas existem uma série de acontecimentos anteriores que dificultam a mudança de mentalidade da sociedade envolvente.

No passado, as instituições fechadas estavam muito ligadas à Igreja, onde existia um grande fechamento e se camuflavam os vários escândalos, que envolviam as crianças abandonadas e as instituições. Contudo, na atualidade é o Estado, o grande responsável por estes menores e tem implementado uma série de medidas que visam a diminuição da exclusão social e um aumento da ajuda social.

*“acho que havia aquela ideia dos orfanatos grandes, onde as crianças... tinham que viver fechadas senão fugiam (...) Pronto não é a nossa realidade, está muito longe dessa imagem, nós aqui temos as pequenas unidades familiares, o portão está aberto, as crianças vão à escola foram é... essencialmente a casa delas...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

*“...porque as sociedades são fechadas ao exterior (...) para além de uma série de pré-conceitos à volta disto (...) a pedofilia, o trabalho escravo, estas coisas, as pessoas não inventaram isto por acaso, para já não inventaram isto e claro que não foi por acaso, houve aqui esta história, do processo da Casa Pia, e antigamente (...) há aqui uma série de coisas mais ou menos escondidas...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

Uma das principais alterações ocorridas nas instituições é a ida dos residentes para escolas públicas e a realização das atividades na comunidade envolvente, isto é, se no passado as aulas eram dadas no interior da instituição, atualmente a ida para estabelecimentos de ensino público é um requisito essencial e irrevogável no quotidiano destes menores, uma vez que é um dos principais fatores que contribui para a inserção social. Também envolver-se nas atividades da comunidade e envolver a comunidade nas atividades da instituição torna-se fundamental para o convívio e a criação de relações sociais; assim sendo, podemos comprovar que há uma maior abertura ao exterior, que se revela fulcral para a rutura com os processos de exclusão social que estes menores são alvo.

*“... antigamente as instituições eram muito ligadas à Igreja e eram instituições muito grandes, que providenciavam tudo, era a instituição que acolhia o jovem, que lhe dava a formação escolar, porque a escola*

*era dentro de portas (...) as atividades desportivas eram também dentro de portas; as atividades recreativas eram dentro de portas e isso não faz sentido se tivermos em conta o paradigma de inclusão e inserção .... ”*

Entrevistado F, Casa do Vale.

Para os técnicos, as instituições onde trabalham são bastante abertas à comunidade, mas não negam que ainda existem muitas instituições fechadas ao exterior, apesar de ser uma realidade cada vez menor em Portugal. Em parte a continuação desta ideologia está bastante ligada à própria proteção destas crianças e jovens, ou seja, o envolvimento de várias pessoas e todas elas diferentes na sua vida pode levar à perpetuação da desestruturação, e o fechamento traz aos jovens uma certa estruturação e atenuação da agitação das suas vidas. Deste modo, os técnicos apontam que a abertura à comunidade envolvente é importante, mas esta tem que ser preparada, para não cair na vitimização dos menores.

*“...muitas instituições que têm algum receio de se mostrar à comunidade, não entendo porquê, porque o nosso trabalho, tem que ser um trabalho claro, (...) mas talvez haja muitas instituições renitentes a receber pessoas para proteger um pouco a identidade das nossas crianças (...) acho que temos que educar um pouco a sociedade nesse sentido, a perceber que as crianças que estão acolhidas não querem estar e portanto naturalmente não irão ver com bons olhos algum tipo de aproximação (...) dos coitadinhos, dos animais no jardim do zoológico, porque ao fim ao cabo muitas vezes (...) nos parece completamente ridículo pedir para as crianças faltarem à escola para que eles possam ver as crianças...”*

Entrevistado H, Aldeia SOS.

A institucionalização de crianças e jovens tem-se tornado uma problemática social cada vez mais significativa na esfera pública da sociedade portuguesa, nos últimos tempos têm aumentado os casos de negligência familiar e de comportamentos de risco por parte dos jovens, por isso a sociedade civil tem-se preocupado cada vez mais. Os técnicos afirmam que o número de voluntários tem crescido, mas esta preocupação poderia ser mais significativa, uma vez que os voluntários são essenciais, nomeadamente nas contribuições monetárias, explicações escolares ou realização de atividades que os monitores não estão tão familiarizados.

*“...o voluntariado tem tido aqui um papel interessante, neste momento está aqui um voluntário aqui a trabalhar por exemplo, não se deve nunca subestimar o papel do trabalhador, do profissional, até porque não faria sentido, acho que isso iria desvalorizar o papel do trabalhador, o valor do trabalho que já está tão desvalorizado neste momento (...) mas para não fugir aqui a sociedade civil tem um papel fundamental, porque as instituições de acolhimento pública ou privada são uma resposta da sociedade...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

Por outro lado, o apadrinhamento civil é outra forma da sociedade civil intervir de forma ativa na vida destes menores, mas bastante recente, consistindo no acolhimento de um menor, que é visitado ou visita estas pessoas significativas, durante os feriados, férias ou fins de semana, para além de ser importante para os menores é também uma forma de ajudar famílias que não conseguem adotar. Assim sendo, o apadrinhamento civil ajuda a criança e o jovem a criar laços fortes com pessoas significativas, que passarão a ocupar um lugar importante nas suas vidas.

*“sociedade civil pode intervir na vida destas crianças seriam eventualmente pessoas interessantes ou até mesmo fazerem uma divulgação desta nova figura legal que é vá o apadrinhamento civil, porque há muitas pessoas que querem adotar por exemplo, muitas pessoas que têm esta ambição há muitos anos e que nunca conseguiram (...) há muitas crianças a quererem (...) figura de referência mais presente (...) voluntariado, e eu acho que as pessoas que de uma forma geral até pelo nosso site acabam por ter informação e sabem que podem ajudar e contribuir com aquilo, com o pouco tempo que têm disponível e com aquilo que souberem fazer para ajudar (...) constituição de sócios, porque se nós não tivermos dinheiro também não vamos poder continuar a existir, portanto também é outra forma da sociedade com o pouco que seja, contribuir para que este tipo de obras possam existir e para que nós possamos continuar a dar resposta aos pedidos que vão sendo feitos.”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

O Estado português, enquanto Estado-Providência, tem vindo a dedicar especial atenção aos mais desfavorecidos, elaborando políticas sociais que assentam na solidariedade e na segurança social e desenvolvendo um programa que visa a defesa dos direitos dos menores, assim, tornou a institucionalização uma responsabilidade do Estado, desenvolvendo medidas importantes nesta área, desde logo a legislação, que visa a sua responsabilização pela proteção dos menores e ainda medidas como o Plano DOM, que tem como objetivo qualificar e formar as equipas técnicas das instituições. Cabe também ao governo financiar estas instituições, que recebem abonos para todas as crianças, sendo a Segurança Social que estipula este valor, bem como o número de acolhimentos que cada instituição faz.

*“...reforçamos a nossa equipa técnica, por causa do Plano DOM (...) porque este tipo de instituições precisam mesmo de mais pessoas ...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

*“... há aqui acordos com o Estado, isto é uma IPSS, e independentemente da nossa visão ideológica sobre as instituições particulares de solidariedade social e daquilo que é o Estado, o que existe aqui não é ajuda nem caridade, é um contrato e o Estado dá-nos...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“...recebemos uma verba que ronda neste momento entre os 700€ por criança está estabelecido em protocolo.”*

Entrevistado H, Aldeia SOS.

No que respeita aos futuros investimentos que o Estado poderia fazer, os técnicos apontam como principais o acompanhamento contínuo dos menores, ou seja, depois de cessar o acolhimento, o Estado deveria acompanhar a saída dos jovens, investindo assim em apartamentos de autonomização nas instituições, que consistem em casas onde os menores se preparam para a sua autonomia, nomeadamente como se gerência uma casa; a fiscalização das famílias biológicas, devendo ser responsabilizadas pela situação dos menores e não deixar de os contactar, porque acham que eles estão melhor sem o seu contato; em comunidades terapêuticas, isto é casas que acolhem crianças e jovens com dependências; prevenção da institucionalização, que consiste no desenvolvimento de um trabalho de vigilância junto das famílias sinalizadas; o recrutamento de mais técnicos para que possa haver uma resposta mais eficaz e rápida, uma vez que estes estão sobrecarregados de processos e não conseguem ceder o tempo suficiente a cada um; e por fim, construir pequenas instituições, que focam a individualidade de cada menor e criam um ambiente o mais familiar possível.

*“... devia ser tomada muito mais em conta a saída dos jovens (...) quando eles saem como é que eles conseguem arrendar uma casa, onde é que hoje em dia um jovem com 21 anos consegue sair para uma vida ativa (...) haver uma maneira de conseguir que estas famílias dessem a volta, mas obrigá-las a dar a volta...”*

Entrevistado B, Aldeia SOS.

*“a primeira responsabilidade do Estado é legislar de forma a proteger (...) respostas institucionais que se adequam mais às necessidades dos miúdos, já há pouco falamos em comunidades terapêuticas, há muito poucas e as dependências são uma realidade muito presente, estou a pensar na questão do haxixe que é uma dependência socialmente muito desvalorizada, mas (...) mas que é uma dependência e que causa problemas graves ao nível da desinserção social e um bocadinho para a exclusão (...) há uma grande desadequação das respostas sociais para as necessidades destas pessoas (...) saúde mental (...) outra coisa a nível da delinquência, existem centros educativos, daquilo que nós vamos sabendo e não é assim tanto é que as respostas que vão sendo dadas não são muito adequadas...”*

Entrevistado D, Casa do Vale.

*“o Estado tem que começar a pensar que gastar mais agora é poupar mais no futuro, porque podem gastar mais na institucionalização, gastar menos, pondo 50/60 miúdos numa instituição, mas depois vão pagar caro no que diz respeito aos comportamentos delinquentes transgressivos, prisões (...) apartamentos de autonomização (...) centros de acolhimento terapêutico(...) mais autonomização, maior abertura ao exterior, integração gradual, intervenção, nós temos miúdos profundamente sozinhos e que a primeira regra é, não deveriam integrar na escola, porque vão(...) minar a escola (...) contexto mais protegido, de intervenção mais*

*terapêutica, para trabalharmos o autocontrolo, o bloqueio emocional, todas essas coisas, para quando eles estivessem equilibrados pudessem, aí sim ser integrados no contexto escolar e ser trabalhados... ”*

Entrevistado E, Casa do Vale.

*“... a eterna questão da prevenção seria o ideal (...) as entidades competentes escolhessem investir mais em programas de fortalecimento familiar, como é caso que nós tentamos desenvolver mas que não há apoios (...) um acompanhamento próximo de cada um deles e portanto há oportunidades que naturalmente se calhar escapam e há coisas que não são feitas atempadamente se calhar, mas o que é certo é que se os técnicos se calhar tivessem com menos volume de trabalho, mas facilmente conseguiriam dedicar parte a fundo (...) não há nada que consiga apagar entre aspas uma institucionalização numa criança e ideia é que eles não tenham que vir para a instituição, claro que as instituições provavelmente nunca deixariam de existir, há sempre situações extremas... mas se calhar há situações que seriam evitadas e as crianças beneficiariam seguramente disso.”*

Entrevistado G, Aldeia SOS.

Em suma, o Estado é o principal agente na proteção das crianças e jovens institucionalizados, e apesar de ter investido fortemente nesta problemática social, alertando toda a sociedade civil para a negligência das famílias, existe ainda um longo caminho a percorrer e o Estado deve ser o primeiro a definir estratégias de combate ao abandono e à colocação dos menores em perigo.

*“mas esta faceta do Estado em acompanhar as crianças e fazer com que elas tenham os seus direitos é muito importante, porque nenhum de nós fica contente quando vê uma criança a pedir na rua (...) a criança não tem que pedir na rua, a criança tem que ser protegida, e se o pai e a mãe não a pode proteger então, o Estado tem esta obrigação de garantir que e ela esteja protegida...”*

Entrevistado A, Aldeia SOS.

A presente investigação teve como foco a análise de duas instituições, Aldeia SOS e Casa do Vale, com o intuito de perceber as principais diferenças e semelhanças nos campos do nosso modelo de análise: contexto (razões de institucionalização e rotina), tempo (tempo de institucionalização, relações sociais e relações com a família de origem), sentido (opinião da criança, expectativas e projeto de vida) e competências (socialização e atividades); as principais características (missão, número, prioridades e papel); e ainda a relação com a sociedade civil e a intervenção do Estado.

Em síntese, decidimos compilar todas estas informações no seguinte esquema:

## INSTITUIÇÕES ANALISADAS:

### SEMELHANÇAS

- ✓ **Missão:** acolher e proteger os menores;
- ✓ **Papel:** retaguarda, facilitadores;
- ✓ **Rotina diária:** o mais similar ao modelo familiar;
- ✓ Envolver comunidade e dar a conhecer o trabalho da instituição;
- ✓ **Relação com a família de origem:** fortalecimento dos laços ou corte nas relações;
- ✓ **Reação à institucionalização:** revolta seguida de adaptação positiva;
- ✓ **Expectativas:** reprodução dos modelos (pais) e falta de expectativas;
- ✓ **Projeto de vida:** individual e acompanhamento regularmente;
- ✓ **Socialização:** contrariar os hábitos e regras;
- ✓ **Sociedade:** voluntariado e conhecer melhor a realidade institucional;
- ✓ Escolas públicas.

### DIFERENÇAS

|                              | Casa do Vale                       | Aldeia SOS                   |
|------------------------------|------------------------------------|------------------------------|
| Denominação                  | CAT                                | LIJ                          |
| Número                       | 13                                 | 39                           |
| Residentes                   | Masculino                          | Misto                        |
| Prioridade                   | Mais desprotegidos                 | Fratrías                     |
| Razões                       | Jovens com comportamentos de risco | Famílias desestruturadas     |
| Tempo de institucionalização | 4 anos                             | 10/18 anos                   |
| Família de Origem            | Trabalho                           | Encaminhamento para serviços |
| Punição                      | Consequências                      | Castigos                     |
| Atividades                   | Desporto; Arte                     | Igreja; Desporto             |

Figura 2- Esquema síntese das semelhanças e diferenças entre as instituições analisadas.



## **Conclusão**

A realização desta investigação foi fundamental para compreender, a partir dos discursos dos técnicos, como é que as instituições de acolhimento inserem os seus residentes na sociedade, através da compreensão do seu quotidiano, das relações sociais que se estabelecem com a família de origem, com a comunidade envolvente e com a escola. Assim, podemos chegar a determinadas conclusões que serão apresentadas seguidamente.

Quando analisamos a institucionalização de crianças e jovens podemos definir dois tipos de resposta dada pela Comissão de Proteção de Menores, uma resposta mais familiar (adoção e famílias de acolhimento), caracterizada por um ambiente familiar estruturado e uma forte preocupação com a individualidade dos menores, e uma resposta mais institucional (Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento), um acolhimento em instituição de curto ou longo prazo, onde em muitos casos se consegue construir um ambiente familiar, apesar dos vínculos estabelecidos não serem tão fortes como numa família. No entanto não podemos esquecer que a institucionalização acontece sempre em último recurso e quando todas as outras respostas fracassam, mais precisamente quando a adoção e o regresso à família não é possível.

Podemos dizer que a institucionalização de crianças e jovens abandonados e em risco tem-se destacado cada vez mais no seio das problemáticas sociais. A par das diversas transformações ao longo dos anos, têm crescido as medidas e os investimentos por parte do Estado; na atualidade, as razões da institucionalização são bastante díspares das anteriores, ou seja, se no passado as crianças eram abandonadas porque os seus cuidadores não as desejavam e por isso as deixavam em orfanatos, no presente, os cuidadores são negligentes para com os seus menores, colocando em risco a vida destas crianças e jovens. Desta forma, é fundamental perceber quais os mecanismos de inclusão social, a partir do ponto de vista dos técnicos das instituições, um ponto raramente estudado porque grande parte destas investigações focam as vivências das crianças e dos jovens.

Num primeiro momento é essencial entender qual o papel de uma instituição na vida das crianças e jovens abandonados e em risco. Oriundos de famílias disfuncionais, estes menores veem a sua segurança colocada em causa por quem deveria cuidar deles, por isso a principal missão de uma instituição de acolhimento é acolher, proteger, educar e zelar pelos interesses dos seus residentes, colocando-os num ambiente estruturado e propício ao seu desenvolvimento, onde são realizadas uma série de atividades que os ajudam na inclusão social e a adquirir competências sociais e educacionais, e ainda existe um forte investimento

na sua educação, pontos fundamentais para a sua inserção no mercado de trabalho, a forma mais fácil de incluí-los na sociedade.

A sociedade tem vindo a desconstruir os seus estereótipos em relação às instituições de acolhimento, no entanto perpetuam-se as ideias erradas sobre a institucionalização, uma vez que continuam a existir instituições fechadas à sociedade que se caracterizam por grandes orfanatos fechados ao exterior, com um número elevado de número de residentes, onde as atividades e serviços são realizados no interior das instalações (escola, saúde, futebol), esta política dificulta por um lado a ajuda da comunidade envolvente, que não inclui os menores, e ainda não permite que os menores conheçam a realidade, ou seja, não trabalha a autonomia dos residentes, que quando cessam a sua institucionalização não têm qualquer retaguarda. Todavia, recentemente, são cada vez mais as instituições que fomentam a abertura ao exterior, dando a conhecer à comunidade envolvente como a sua ajuda é imprescindível para a manutenção destas instituições, isto é, a instituição dá a conhecer o seu trabalho e como os donativos sociais são implementados, assim a inserção social é facilitada pelo convívio entre os menores e as pessoas da comunidade, permitindo que os menores saiam da sua zona de conforto e conheçam a realidade; este tipo de instituição dá especial atenção à individualidade de cada residente, fazendo um trabalho com a família do menor e acompanhando o seu percurso escolar; assim, as instituições abertas ao exterior estabelecem uma rede de trabalho de confiança entre técnicos, jovens, família e serviços sociais (Tribunais, Segurança Social, Comissão de Proteção de Menores).

Um outro ponto que focamos ao longo da nossa investigação foi o percurso do menor, ou seja, o nosso objetivo foi criar um roteiro da vida do menor, percebendo como é que ele chegou à instituição, como é sua vida na instituição e qual é o futuro destes menores, assim distinguimos três divisões: antes, durante e após a institucionalização.

Em primeiro lugar, antes da institucionalização, definidos quais são as razões da institucionalização, que estão estritamente ligadas com a negligência (falta de higiene, má alimentação), os maus-tratos, o abandono, a falta de competências parentais, isto é, os cuidadores não protegem os seus menores, colocando em perigo o seu desenvolvimento, não investindo no seu futuro, uma vez que muitos não se preocupam com a presença em estabelecimentos de ensino; por outro lado, os menores também colocam em risco o seu desenvolvimento, através de comportamentos risco, onde destacamos a delinquência ou o absentismo escolar. Estas são as principais razões que despoletam a institucionalização das crianças e jovens, sendo que é a escola a principal informadora destas situações, reportando à Comissão de Proteção de Menores.

O segundo ponto é a estadia na instituição, onde começamos por perceber qual seria a principal reação à institucionalização, assim podemos afirmar que existe uma adaptação positiva e pacífica à instituição, mas esta é marcada por diversas fases desde revolta, questionamento, no entanto com a ajuda dos menores residentes começam a adaptar-se e a entender que a instituição é algo positivo que lhes aconteceu na vida. Quando chegam à instituição é concebido um projeto de vida para o menor que será desenvolvido ao longo da estadia do menor, do qual fazem parte as atividades, o percurso escolar e qual o objetivo do menor (regressar a casa, trabalhar na autonomia de vida ou a adoção), todo este processo tem em conta a opinião do menor, as expectativas da família e a confirmação dos técnicos, isto porque o projeto de vida tem que ter em conta as capacidades do menor; não nos podemos esquecer que o projeto de vida é um trabalho contínuo, que se encontra em constante mudança, baseando-se nos progressos ou recuos da criança ou do jovem.

A vida em instituição tende a ser a mais aproximada da realidade, isto é os técnicos da instituição tentam manter rotinas que as famílias ditas normais executam, como por exemplo frequentar a escola pública ou a participação nas lides domésticas, fazendo também parte das suas rotinas atividades em parceria com a escola (visitas de estudo) e a comunidade (futebol, catequese, escuteiros, entre outras) essenciais para a inserção social.

Durante a estadia na instituição, os técnicos fazem dois tipos de trabalho com a família de origem, se por um lado a Aldeia SOS faz um encaminhamento para os serviços que a família carece, uma vez que não tem estipulado um programa de acompanhamento da família; por seu turno, a Casa do Vale faz um acompanhamento da família, uma vez que os CAT têm como objetivo o regresso do menor à família, a família tem que ser trabalhada nos aspetos que tem que melhorar, sendo que grande parte dos menores vai passar os fins de semana a casa, com o intuito de fortalecer os laços com a sua família de origem.

A grande preocupação dos técnicos reside na retaguarda que os menores encontram após cessarem a institucionalização, ou seja, *quais os seus objetivos depois de saírem da instituição? o que encontram quando saem da instituição? quais os apoios? quem os pode ajudar?.* A resposta para estas perguntas deve começar a ser respondida a partir das expectativas destes menores, assim podemos afirmar que as crianças e jovens têm como principais expectativas o regresso à família, a reprodução do modelo familiar (viver RSI) e o acesso facilitado ao mercado de trabalho, estas respostas, para os técnicos, são resultado de uma fraca perceção do que é a realidade, mesmo que haja uma aproximação ao exterior, os menores têm expectativas, em muitos casos, pouco exequíveis, mas os técnicos vão

desconstruindo essas ideais e procuram que haja um investimento na educação, na medida em que esta é a principal forma de entrar no mercado de trabalho.

Ao longo da investigação ficou também assente a falta de apoio do Estado e da sociedade no pós-institucionalização, apesar de existir um forte investimento nestas áreas e ser crescente a preocupação com as crianças e jovens por parte da comunidade, podemos afirmar que ainda não existem retaguardas sólidas quando cessa o acolhimento, nomeadamente a falta de apoio para os ex-institucionalizados conseguirem uma residência. Contudo, a instituição continua ajudá-los quando não têm uma retaguarda familiar, apesar de não os acolher do alimentos, roupa, encaminha-os para potenciais empregos, ou seja, tenta ao máximo guiá-los e torná-los autónomos.

Todavia este papel deveria ser dado ao Estado, que mesmo tomando determinadas medidas não tem como preocupação a saída da instituição de acolhimento, mas esta preocupação deveria ser tomada a par da sociedade civil, uma vez que é da responsabilidade de todos nós cuidar destes menores abandonados ou em risco.

A legislação portuguesa sobre crianças e jovens tem vindo a sofrer grandes transformações ao longo dos anos, sendo que atualmente estão bem defendidos os direitos e os deveres dos menores. No entanto, o abandono e o perigo tem perpetuado na nossa sociedade, por isso o Estado tem investido nas instituições de acolhimento e desenvolvido medidas como a desinstitucionalização, que tem como objetivo retirar os menores da instituição e inseri-las na sociedade, em outros países tem-se investido nas famílias de acolhimento e na adoção, mas estas respostas são bastante burocráticas e escassas; e ainda o Plano DOM, que tem como objetivo qualificar os Lares de Infância e Juventude, através da criação de recursos humanos quando a equipa técnica é inexistente ou a contratação de mais técnicos quando o seu número é insuficiente.

Deste modo, o Estado tem ainda um longo caminho a executar no que respeita à institucionalização das crianças e jovens abandonadas ou em risco, logo podemos destacar alguns dos investimentos que poderiam ser realizados nesta área.

Em primeiro lugar e como já referimos um investimento na saída dos jovens e na sua respetiva inserção, uma vez que a má inclusão social pode promover o recuo dos avanços realizados durante a institucionalização.

Em segundo lugar, deve haver um trabalho com as famílias. Por um lado, deve-se investir na prevenção da institucionalização, através do trabalho com as famílias já sinalizadas, para que os menores não lhes sejam retirados; e por outro lado a fiscalização das famílias biológicas, ou seja, devem ser responsabilizadas pela situação dos jovens,

acompanhar todo o processo de institucionalização, porque devem manter os laços com os menores e têm de ser trabalhadas.

Por fim, deve haver um forte investimento nas instituições, nomeadamente na criação de comunidades terapêuticas, isto é, instituições capazes e especialmente concebidas para cuidar de jovens com dependências (drogas, álcool) e ainda em apartamentos de autonomização, locais onde os jovens aprendam a ser autónomos, apesar de serem acompanhados por adultos; devem ainda apostar em pequenas instituições, onde o trabalho é mais individual, e os técnicos dedicam mais tempo a cada um dos menores; e ainda o recrutamento de mais técnicos, para que possa haver uma resposta mais eficaz e rápida, na medida em que estes estão sobrecarregados de processos e não conseguem ceder o tempo suficiente a cada um, apesar de esta ser uma medida bastante dispendiosa é essencial para que haja um acompanhamento mais pormenorizado e mais eficaz.

Em suma, o trabalho das instituições de acolhimento tem vindo a ser reconhecido pela sociedade, que vai demonstrando uma crescente preocupação com esta problemática e procurando intervir de forma mais ativa na vida destes menores. Assim, as duas principais formas de incluir o jovem no seio da comunidade envolvente são a inserção em estabelecimentos de ensino públicos, não podemos esquecer que a escola é a principal forma de inserir uma criança na sociedade, sendo que no caso destas crianças a importância é ainda maior; e ainda envolver a criança na vida social, ou seja, a criança e o jovem devem participar nas mais variadas atividades desenvolvidas pela comunidade. Todavia, ao longo deste processo a família de origem não deve ser esquecida, deve ser antes trabalhada e ver os seus laços fortalecidos, porque por muito que a instituição se possa aproximar de uma família, esta deve fazer sempre parte da vida do menor, para que no futuro seja uma retaguarda e uma ajuda.



## **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, João Ferreira de (coord.). (1994). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta. ISBN: 972-674-137-8.

AZEVEDO, José. (1998). “Metodologias qualitativas- análise do discurso”, in *Metodologias qualitativas para as Ciências Sociais*. Porto: Instituto de Sociologia. ISBN: 972-97763-0-X. pp 107-114.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (2003). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes. ISBN: 85.326.2727-7.

BOWLBY, John. (1984). *Separação: angústia e raiva*. São Paulo: Martins Fontes.

BRONFENBRENNER, Urie. (1987). *La ecología del desarrollo humano*. Barcelona, Paidós Transiciones. ISBN: 84-493-1086-5.

BRONFENBRENNER, Urie. (1979). *The Ecology of Human Development: experiments by nature and design*. London: Harvard University Press. ISBN: 0-674-22457-4.

CADIMA, Joana et al. (2009). “Factores de risco: a multiplicidade das variáveis contextuais no desenvolvimento das crianças”, in *Psicologia: revista da Associação Portuguesa de Psicologia*. 23 (2), pp. 175-192. ISSN: 0874-2049.

CAETANO, Ana. (2011). “ Para uma análise sociológica da reflexividade individual”, in *Sociologia, problemas e práticas*. 66, pp. 157-174. ISSN 0873-6529.

CALDEIRA, Elaine. (2012). “Representação dos atores sociais: discurso de reforço e enfraquecimento na constituição discursiva de identidades étnicas”, in *III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade*. ISBN 978-85-62641-06-0.

COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. (2009). “Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes”, in *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 22 (1), pp. 111-118. ISSN: 0102-7972.

CRESWELL, John W. (2007). *Projecto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e mistos*. 2ª ed. Porto Alegre: Artemed. ISBN 978-85-363-0892-0.

CUNHA, Sandra. (2005). *Todos juntos para sempre- representações e expectativas sobre a família e a adoção em crianças e jovens institucionalizados*. Lisboa: ed. do autor. Tese licenciatura em Sociologia.

DELGADO, Paulo. (2010). “O acolhimento familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios”, in *Psicologia e Sociedade*. Porto. 22 (2), pp. 336-344. ISSN: 0102-7182.

FERREIRA, Jorge Manuel L. (2010). “Sistema de proteção à infância em Portugal: uma área de intervenção e estudo do Serviço Social”, in *Revista katálysis*. Florianópolis. 13 (2), pp. 229-239. ISSN: 1414-4980.

FLICK, Uwe. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor-Projetos e Edições, Lda. ISBN: 972-9413-67-3.

GASPAR, Ana Micaela (coord.) (2000). *Crianças e jovens que vivem em lar: caracterização sociográfica e percursos de vida. Lares de crianças e jovens: caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa: Instituto para o desenvolvimento Social. ISBN: 972-8553-07-02.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. (2005). *O Inquérito: Teoria e Prática*. 4ª ed. Oeiras: Celta editora. ISBN 972-774-120-7.

GOFFMAN, Erving. (1982). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

GOFFMAN, Erving. (2003). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspetiva. ISBN: 85-273-0202-0.

GOMES, Madalena Paiva. (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: ISCTE. ISBN: 972-99986-2-0.

ISS. (2007). *Plano de Intervenção Imediata: Relatório de Caracterização Sumária-Instituições de Acolhimento e Acolhimento Familiar 2006*. Lisboa: Segurança Social.

ISS. (2010). *Relatório de Caracterização das crianças e jovens em situação de Acolhimento 2009*. Lisboa: Segurança Social.

ISS. (2012). *CASA 2011- Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Segurança Social.

ISS. (2013). *CASA 2012- Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Segurança Social.

JANEIRO, Armindo et al. (2007). *Ninguém espera por mim? Ou a história das crianças institucionalizadas*. Fátima: Santuário de Fátima. ISBN: 978-972-8213-49-7.

LAMY FILHO, Fernando et al. (2011). “Ambiente domiciliar e alterações do desenvolvimento em crianças de comunidade da periferia de São Luís – MA”, in *Ciências saúde coletiva* . 16 (10), pp. 4181-4187. ISSN 1413-8123.

LESSARD-HÉBERT, Michelle et al. (1990). *Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 972-9295-75-1.

LÓPEZ, Gloria Cecilia Henao; VESGAS, Maria Cristina García. (2009). “Interacción familiar y desarrollo emocional en niños y niñas, in *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*. 7 (2), pp.785-802. ISSN: 2027-7679.

MAIA, Rui Leandro. (2002). *Dicionário de Sociologia*. Porto: Porto Editora. ISBN: 972-0-05273-2.

MOREIRA, Carlos Diogo. (1994). *Planeamento e estratégias da investigação social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

MOTA, Catarina Pinheiro; MATOS Paula Mena. (2008). “Adolescência e institucionalização numa perspetiva de vinculação”, in *Psicologia e Sociedade*. Porto. 20 (3), pp. 367-377. ISSN: 1807-0310.

NAÇÕES UNIDAS. (2010). *Relatório do Desenvolvimento humano- A verdadeira riqueza das Nações: vias para o desenvolvimento humano*. Nova Iorque: UNDP. ISBN 978023028445690101.

ONU. (1959)- Declaração Universal dos Direitos da Criança.

PEREIRA, Mariana Monteiro de Aguiar. (2008). *Desenvolvimento de Crianças em Centros de Acolhimento Temporário e Relação com os seus Cuidadores*. Minho: ed. do autor. Tese de Mestrado em Psicologia Área de Especialização de Psicologia Clínica.

PINHEL, Joana et al. (2009). “Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado”, in *Análise Psicológica*, Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Lisboa. 27 (4), pp. 509-521. ISSN 0870-8231.

POLETTO, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. (2008). “Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção”, in *Estudos de Psicologia (Campinas)*. 25 (3), pp. 405-416. ISSN: 0103-166X.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. 2.<sup>a</sup> ed. revista e aumentada. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-275-1.

RELVAS, Ana Paula; ALARCÃO, Madalena. (2007). *Novas formas de família*. 2.<sup>a</sup> edição. Coimbra: Quarteto. ISBN: 978-989-558-085-9.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes et al. (2008). *Socializações alternativas: crianças e jovens em instituições nos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais (CES-UA). ISBN: 978-989-95167-2-4.

ROCHA, Maria Custódia Jorge da. (2007). *Desconstruindo a metodologia prevalecente na investigação sobre o género: construindo uma análise crítica dos discursos organizacionais*. Miranda do Douro: Centro de Estudos António Maria Mourinho. ISBN: 978-972-9249-12-9.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2007). *Um discurso sobre as ciências*. (15.<sup>a</sup> ed.) Porto: Ed. Afrontamento. ISBN 978-972-36-0174-9.

SANTOS, Maria Adelaide Mendes dos. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco- a experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos*. Coimbra: ed. do autor. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos. (2010). “Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças”, in *Ata Scientiarum*. Maringá. 32 (1), pp. 63-72. ISSN: 1807-8656.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira. (2005). *Metodologia das Ciências Sociais*. 13<sup>a</sup> edição. Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 972-36-0503-1.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. (2006). “O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura”, in *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre. 18 (1), pp. 71-80. ISSN: 1807-0310.

TUDGE, Jonathan. (2008). *A teoria de Urie Bronfenbrenner: Uma teoria contextualista?*. Greensboro: Universidade da Carolina do Norte.

VASCONCELOS, Queila Almeida; YUNES, Maria Angela Mattar; GARCIA, Narjara Mendes. (2009). “Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo”, in *Paidéia*. Rebeirão Preto. 19 (43), pp. 221-229. ISSN: 0103-863X.

WALL, Karin. (2005). *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. ISBN: 972-671-161-4.

**Outas fontes:**

**Legislação:**

Código Civil, dezembro de 2011.

DECRETO-LEI nº 2/86. D.R. I Série. 1 (2-1-1986) 4-5.

DECRETO-LEI nº 190/92. D.R. I Série. 203 (3-9-1992) 4210-4214.

DECRETO-LEI nº120/98. D.R. I Série A. 106 (8-5-1998) 2134-2132.

DECRETO-LEI nº70/2000. D.R. I Série A. 103 (4-5-2000) 1825-1831.

Diário da República. II Série. 92 (19-4-1997) 4661-4662.

LEI n.º 147/99. D.R. I Série A. 204 (1-9-1999) 6115-6132.

**Sites:**

ALERT. *Desenvolvimento: problemas de desenvolvimento - a importância de uma intervenção precoce*, consultado a 4 de fevereiro de 2013 em: <http://www.alert-online.com/pt/medical-guide/desenvolvimento-problemas-de-desenvolvimento-a-importancia-de-uma-intervencao-precoce> .

Child Development. *Stages of Social-Emotional Development – Erik Erikson*, consultado a 4 de fevereiro de 2013 em: <http://childdevelopmentinfo.com/child-development/erickson.shtml> .

CNIS. *Lar de infância e juventude: proposta de regulamento interno*, consultado a 1 de dezembro de 2012 em: [http://novo.cnis.pt/index.php?ToDo=read\\_page\\_2&what=310](http://novo.cnis.pt/index.php?ToDo=read_page_2&what=310)

CNPCJR. Consultado a 1 de dezembro de 2012 em: [http://www.cnpcjr.pt/preview\\_pag.asp?r=523#01](http://www.cnpcjr.pt/preview_pag.asp?r=523#01).

SEGURANÇA SOCIAL. Consultado a 1 de dezembro de 2012 em: <http://www4.seg-social.pt/plano-dom-desafios-oportunidades-e-mudancas>.



# Anexos

## **Anexo 1- Guião de entrevista- Aldeia SOS**

### **I. Instituição**

1. Qual a principal missão da instituição?
2. Quantas crianças estão ao cuidado da instituição?
3. Quantas crianças a instituição tem capacidade de acolher?
4. Existem critérios de prioridade para acolher as crianças? Quais?
5. Para além de acolhimento de crianças, que outros programas de ajuda existem e em que consistem?

#### **I.I. Instituições de acolhimento**

1. A sociedade ainda tem a ideia de que as instituições que acolhem crianças e jovens são fechadas ao exterior, porque acha que tal acontece?
2. Na literatura existe um debate entre os que defendem a inserção das crianças em lares de infância e juventude e aqueles que defendem que a criança deve ser adotada ou inserida numa família de acolhimento, qual a sua posição neste debate?
3. Qual o tipo ajuda que as instituições de acolhimento recebem do Estado?

#### **I.II. Aldeia SOS**

1. A vossa instituição tem uma particularidade especial: proporcionar à criança uma verdadeira família, ou seja, existe uma mãe e as crianças tratam-se como irmãs. Quais os principais aspetos do modelo seguido pela instituição que fazem com que se reproduza o modelo família?
2. Como são selecionadas as mães SOS?

### **II. Contexto**

1. Quais as principais razões para a institucionalização das crianças?
2. Como é que a criança é inserida no contexto institucional?
3. Como são as rotinas das crianças e dos jovens?
4. Muitas das crianças acolhidas crescem num contexto familiar sem laços com os pais, de que forma é que a instituição colmata estas ausências?

### **III. Tempo**

1. Qual é o tempo médio da institucionalização?
2. Durante a institucionalização de que forma é que a criança é inserida na sociedade? Como já explicou a catequese vai ajudar, mas existem outras formas.
3. Ao longo da institucionalização qual é a relação que as crianças estabelecem com a família de origem? E como é que a instituição trabalha com a família de origem?

### **IV. Sentido**

1. Qual a reação mais frequente das crianças à sua institucionalização?
2. Qual a representação que as crianças e jovens têm da institucionalização e da instituição onde são acolhidas?

3. O projeto de vida é fundamental para o desenvolvimento das crianças e para a sua inserção social, como é que todo esse processo de desenvolve? Cada criança tem um projeto de vida.
4. Quais as expectativas futuras mais frequentes entre os jovens? O que é que eles querem, se têm alguma expectativa futura.

#### **V. Competências**

1. Quando as crianças são acolhidas têm os seus próprios hábitos e regras, de que forma é que a instituição ressocializa estas crianças?
2. A criança é socializada pela família a partir do momento em que nasce, mas como existem crianças e jovens que não vivem em contexto familiar (sem regras, rotina), como é que essas crianças reagem às regras da instituição?
3. Quais são as principais atividades que a instituição desenvolve para estas crianças e jovens? E quais são as atividades que as crianças preferem?
4. Que atividades são desenvolvidas em parceria com a comunidade e com a escola?

#### **VI. O Estado e a sociedade civil**

1. Na sua opinião qual o papel da instituição na inserção social das crianças e jovens?
2. Acha que a sociedade civil deveria intervir de forma mais ativa na vida das crianças e jovens institucionalizados e de que forma?
3. Quais os investimentos que o Estado deveria fazer na institucionalização? E que outras medidas deveriam ser tomadas?

#### **VII. Dados sociodemográficos:**

1. Sexo
2. Idade
3. Local de residência
4. Nível de escolaridade
5. Profissão
6. Número de anos que trabalha na instituição
7. Instituições de acolhimento onde já trabalhou

**Obrigado pela sua disponibilidade!!**

**Data:**

**Local:**

**Início:**

**Fim:**

**Duração:**

## **Anexo 2- Guião de entrevista- Casa do Vale**

### **I. Instituição**

1. Qual a principal missão da instituição?
2. Quantas crianças estão ao cuidado da instituição?
3. Quantas crianças a instituição tem capacidade de acolher?
4. Existem critérios de prioridade para acolher as crianças? Quais?
5. Para além de acolhimento de crianças, que outros programas de ajuda existem e em que consistem?

#### **I.I. Instituições de acolhimento**

1. A sociedade ainda tem a ideia de que as instituições que acolhem crianças e jovens são fechadas ao exterior, porque acha que tal acontece?
2. Na literatura existe um debate entre os que defendem a inserção das crianças em lares de infância e juventude e aqueles que defendem que a criança deve ser adotada ou inserida numa família de acolhimento, qual a sua posição neste debate?
3. Qual o tipo ajuda que as instituições de acolhimento recebem do Estado?

### **II. Contexto**

1. Quais as principais razões para a institucionalização das crianças?
2. Como é que a criança é inserida no contexto institucional?
3. Como são as rotinas das crianças e dos jovens?
4. Muitas das crianças acolhidas crescem num contexto familiar sem laços com os pais, de que forma é que a instituição colmata estas ausências?

### **III. Tempo**

1. Qual é o tempo médio da institucionalização?
2. Durante a institucionalização de que forma é que a criança é inserida na sociedade? Como já explicou a catequese vai ajudar, mas existem outras formas.
3. Ao longo da institucionalização qual é a relação que as crianças estabelecem com a família de origem? E como é que a instituição trabalha com a família de origem?

#### **IV. Sentido**

1. Qual a reação mais frequente das crianças à sua institucionalização?
2. Qual a representação que as crianças e jovens têm da institucionalização e da instituição onde são acolhidas?
3. O projeto de vida é fundamental para o desenvolvimento das crianças e para a sua inserção social, como é que todo esse processo se desenvolve? Cada criança tem um projeto de vida.
4. Quais as expectativas futuras mais frequentes entre os jovens? O que é que eles querem, se têm alguma expectativa futura.

#### **V. Competências**

1. Quando as crianças são acolhidas têm os seus próprios hábitos e regras, de que forma é que a instituição ressocializa estas crianças?
2. A criança é socializada pela família a partir do momento em que nasce, mas como existem crianças e jovens que não vivem em contexto familiar (sem regras, rotina), como é que essas crianças reagem às regras da instituição?
3. Quais são as principais atividades que a instituição desenvolve para estas crianças e jovens? E quais são as atividades que as crianças preferem?
4. Que atividades são desenvolvidas em parceria com a comunidade e com a escola?

#### **VI. O Estado e a sociedade civil**

1. Na sua opinião qual o papel da instituição na inserção social das crianças e jovens?
2. Acha que a sociedade civil deveria intervir de forma mais ativa na vida das crianças e jovens institucionalizados e de que forma?
3. Quais os investimentos que o Estado deveria fazer na institucionalização? E que outras medidas deveriam ser tomadas?

#### **VII. Dados sociodemográficos:**

- 1. Sexo**
- 2. Idade**
- 3. Local de residência**
- 4. Nível de escolaridade**
- 5. Profissão**

- 6. Número de anos que trabalha na instituição**
- 7. Instituições de acolhimento onde já trabalhou**

**Obrigado pela sua disponibilidade!!**

**Data:**

**Local:**

**Início:**

**Fim:**

**Duração:**

**Anexo 3-** Grelha de análise de conteúdo clássica das entrevistas

| <b>Contexto</b> |                               |         |        |         |                         |         |
|-----------------|-------------------------------|---------|--------|---------|-------------------------|---------|
|                 | Razões da institucionalização | Momento | Rotina | Momento | Instituição vs. Família | Momento |
| Entrevistado A  |                               |         |        |         |                         |         |
| Entrevistado B  |                               |         |        |         |                         |         |
| Entrevistado C  |                               |         |        |         |                         |         |
| Entrevistado D  |                               |         |        |         |                         |         |
| Entrevistado E  |                               |         |        |         |                         |         |
| Entrevistado F  |                               |         |        |         |                         |         |
| Entrevistado G  |                               |         |        |         |                         |         |
| Entrevistado H  |                               |         |        |         |                         |         |

| <b>Tempo</b>   |                              |         |                  |         |                                 |         |
|----------------|------------------------------|---------|------------------|---------|---------------------------------|---------|
|                | Tempo de institucionalização | Momento | Relações sociais | Momento | Relação com a família de origem | Momento |
| Entrevistado A |                              |         |                  |         |                                 |         |
| Entrevistado B |                              |         |                  |         |                                 |         |
| Entrevistado C |                              |         |                  |         |                                 |         |
| Entrevistado D |                              |         |                  |         |                                 |         |
| Entrevistado E |                              |         |                  |         |                                 |         |
| Entrevistado F |                              |         |                  |         |                                 |         |
| Entrevistado G |                              |         |                  |         |                                 |         |
| Entrevistado H |                              |         |                  |         |                                 |         |

| <b>Sentido</b> |                    |         |              |         |                 |         |
|----------------|--------------------|---------|--------------|---------|-----------------|---------|
|                | Opinião da criança | Momento | Expectativas | Momento | Projeto de vida | Momento |
| Entrevistado A |                    |         |              |         |                 |         |
| Entrevistado B |                    |         |              |         |                 |         |
| Entrevistado C |                    |         |              |         |                 |         |
| Entrevistado D |                    |         |              |         |                 |         |
| Entrevistado E |                    |         |              |         |                 |         |
| Entrevistado F |                    |         |              |         |                 |         |
| Entrevistado G |                    |         |              |         |                 |         |
| Entrevistado H |                    |         |              |         |                 |         |

| <b>Competências</b> |              |         |            |         |
|---------------------|--------------|---------|------------|---------|
|                     | Socialização | Momento | Atividades | Momento |
| Entrevistado A      |              |         |            |         |
| Entrevistado B      |              |         |            |         |
| Entrevistado C      |              |         |            |         |
| Entrevistado D      |              |         |            |         |
| Entrevistado E      |              |         |            |         |
| Entrevistado F      |              |         |            |         |
| Entrevistado G      |              |         |            |         |
| Entrevistado H      |              |         |            |         |

| <b>Instituição</b> |                 |         |                        |         |
|--------------------|-----------------|---------|------------------------|---------|
|                    | Características | Momento | Pilares da Instituição | Momento |
| Entrevistado A     |                 |         |                        |         |
| Entrevistado B     |                 |         |                        |         |
| Entrevistado C     |                 |         |                        |         |
| Entrevistado D     |                 |         |                        |         |
| Entrevistado E     |                 |         |                        |         |
| Entrevistado F     |                 |         |                        |         |
| Entrevistado G     |                 |         |                        |         |
| Entrevistado H     |                 |         |                        |         |

| <b>Estado e Sociedade</b> |           |         |        |         |
|---------------------------|-----------|---------|--------|---------|
|                           | Sociedade | Momento | Estado | Momento |
| Entrevistado A            |           |         |        |         |
| Entrevistado B            |           |         |        |         |
| Entrevistado C            |           |         |        |         |
| Entrevistado D            |           |         |        |         |
| Entrevistado E            |           |         |        |         |
| Entrevistado F            |           |         |        |         |
| Entrevistado G            |           |         |        |         |
| Entrevistado H            |           |         |        |         |

**Anexo 4- Grelha de análise interpretativa das entrevistas**

| Contexto       |                               |         |        |                         |     |                      |     |
|----------------|-------------------------------|---------|--------|-------------------------|-----|----------------------|-----|
|                | Razões da institucionalização |         | Rotina | Família vs. instituição |     |                      |     |
|                | Desestruturação               | Família |        | Adoção                  | LII | Famílias acolhimento | CAT |
| Entrevistado A |                               |         |        |                         |     |                      |     |
| Entrevistado B |                               |         |        |                         |     |                      |     |
| Entrevistado C |                               |         |        |                         |     |                      |     |
| Entrevistado D |                               |         |        |                         |     |                      |     |
| Entrevistado E |                               |         |        |                         |     |                      |     |
| Entrevistado F |                               |         |        |                         |     |                      |     |
| Entrevistado G |                               |         |        |                         |     |                      |     |
| Entrevistado H |                               |         |        |                         |     |                      |     |

| Tempo          |                              |           |                  |                                 |             |
|----------------|------------------------------|-----------|------------------|---------------------------------|-------------|
|                | Tempo de institucionalização |           | Relações sociais | Relação com a família de origem |             |
|                | Tempo                        | Objetivos |                  | Criança                         | Instituição |
| Entrevistado A |                              |           |                  |                                 |             |
| Entrevistado B |                              |           |                  |                                 |             |
| Entrevistado C |                              |           |                  |                                 |             |
| Entrevistado D |                              |           |                  |                                 |             |
| Entrevistado E |                              |           |                  |                                 |             |
| Entrevistado F |                              |           |                  |                                 |             |
| Entrevistado G |                              |           |                  |                                 |             |
| Entrevistado H |                              |           |                  |                                 |             |

| <b>Sentido</b> |                    |               |              |                 |
|----------------|--------------------|---------------|--------------|-----------------|
|                | Opinião da criança |               | Expectativas | Projeto de Vida |
|                | Reação             | Representação |              |                 |
| Entrevistado A |                    |               |              |                 |
| Entrevistado B |                    |               |              |                 |
| Entrevistado C |                    |               |              |                 |
| Entrevistado D |                    |               |              |                 |
| Entrevistado E |                    |               |              |                 |
| Entrevistado F |                    |               |              |                 |
| Entrevistado G |                    |               |              |                 |
| Entrevistado H |                    |               |              |                 |

| <b>Competências</b> |                |        |             |        |            |
|---------------------|----------------|--------|-------------|--------|------------|
|                     | Socialização   |        | Atividades  |        |            |
|                     | Hábitos/Regras | Reação | Instituição | Escola | Comunidade |
| Entrevistado A      |                |        |             |        |            |
| Entrevistado B      |                |        |             |        |            |
| Entrevistado C      |                |        |             |        |            |
| Entrevistado D      |                |        |             |        |            |
| Entrevistado E      |                |        |             |        |            |
| Entrevistado F      |                |        |             |        |            |
| Entrevistado G      |                |        |             |        |            |
| Entrevistado H      |                |        |             |        |            |

| Instituição    |                 |    |             |       |        |         |                        |       |
|----------------|-----------------|----|-------------|-------|--------|---------|------------------------|-------|
|                | Características |    |             |       | Tipo   |         | Relação com a criança  |       |
|                | Missão          | Nº | Prioridades | Papel | Aberta | Fechada | Pilares da instituição | Laços |
| Entrevistado A |                 |    |             |       |        |         |                        |       |
| Entrevistado B |                 |    |             |       |        |         |                        |       |
| Entrevistado C |                 |    |             |       |        |         |                        |       |
| Entrevistado D |                 |    |             |       |        |         |                        |       |
| Entrevistado E |                 |    |             |       |        |         |                        |       |
| Entrevistado F |                 |    |             |       |        |         |                        |       |
| Entrevistado G |                 |    |             |       |        |         |                        |       |
| Entrevistado H |                 |    |             |       |        |         |                        |       |

| Estado e Sociedade |        |           |
|--------------------|--------|-----------|
|                    | Estado | Sociedade |
| Entrevistado A     |        |           |
| Entrevistado B     |        |           |
| Entrevistado C     |        |           |
| Entrevistado D     |        |           |
| Entrevistado E     |        |           |
| Entrevistado F     |        |           |
| Entrevistado G     |        |           |
| Entrevistado H     |        |           |